



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Universidade Federal do Paraná**  
**Setor de Tecnologia**  
**Curso de Arquitetura e Urbanismo**



**ASTRID HARUMI BUENO**

**CASA-ABRIGO E HABITAÇÃO COLETIVA PARA  
MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO E DE VIOLÊNCIA  
EM CURITIBA**

**CURITIBA**

**2017**

**ASTRID HARUMI BUENO**

**CASA-ABRIGO E HABITAÇÃO COLETIVA PARA  
MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO E DE VIOLÊNCIA  
EM CURITIBA**

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA059) como requisito parcial para a conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

**ORIENTADOR (A):**

Profa. Dra. Lisana Katia Schmitz

**CURITIBA**

**2017**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

*Orientador (a): Lisana Katia Schmitz*

*Examinador (a): Andrea Berriel Mercadante Stinghen*

*Examinador (a): Emerson José Vidigal*

*Monografia defendida e aprovada em:*

*Curitiba, 29 de junho de 2017.*

*Dedico este trabalho a todas as mulheres abrigadas em  
Casas-Abrigo no Brasil.*

*Às mulheres pós-abrigadas.*

*Às mulheres vítimas da violência de gênero, às vítimas  
do patriarcado.*

*Àquelas que constroem na práxis feminista uma nova  
Ordem Igualitária de Gênero.*

## Agradeço

*À professora Lisana Schmitz, pelas orientações, pelo incentivo, pelo tempo dedicado e pelo conhecimento transmitido em todos encontros.*

*À Vera Ladika e toda a equipe da Casa-Abrigo Casa de Alice, por me receberem e se disponibilizarem a enriquecer esta monografia.*

*Aos meus pais, Denice e Paulo (in memoriam), pelo fundamental papel em minha educação, formação pessoal e amor incondicional.*

*Aos amigos de curso, Daniel, Graziella, Heloisa, Jéssika, Lais, Bianca e Zô, por compartilharem comigo cada vitória e cada momento difícil dessa importante e longa etapa de minha vida.*

*Ao Rafael, por todo apoio, carinho e companheirismo.*

*“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.”*

Simone de Beauvoir

## RESUMO

A violência de gênero é qualquer ato que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimento físico, sexual e psicológico da mulher. Sua ocorrência mais grave se denomina feminicídio, a manifestação ou exercício de relações desiguais de poder entre homens e mulheres que culmina na morte de uma ou várias mulheres pela própria condição de ser mulher. A principal resposta do Estado brasileiro para o abrigamento de vítimas dessa violência é o equipamento denominado Casa-Abrigo, onde se realiza o acolhimento de mulheres (acompanhadas ou não de seus filhos) cujas vidas se encontram em risco. É um serviço público de caráter temporário (três a seis meses). No Brasil, as Casas-Abrigo têm caráter sigiloso e, dessa atribuição, decorre uma série de incoerências em seu funcionamento: prejuízos sociais, familiares, materiais e financeiros às vítimas, cerceadas de suas liberdades; instalações inadequadas, não-adaptadas e deficientes. Por esse motivo, buscou-se caracterizar a Casa-Abrigo por meio de exemplos internacionais. Também se configurou a violência contra a mulher e os mecanismos existentes para coibir estes crimes, o papel da assistência social, estratégias de projeto arquitetônico para tais abrigos e a realidade local. Os objetivos específicos desta pesquisa foram conceituar a violência contra a mulher; caracterizar estratégias de projeto para abrigos contra a violência doméstica; estudar projetos correlatos; interpretar a realidade local e propor diretrizes para guiar o desenvolvimento do projeto final. Ao final, percebe-se a necessidade de contestar o modelo nacional de Casa-Abrigo sigilosa e sugerem-se questões como o papel do desenho urbano e sua perspectiva para o combate à violência urbana e de gênero, bem como o papel da arquitetura na reabilitação do agressor da mulher.

**Palavras-chave:** Casa-Abrigo. Mulher. Violência. Abrigamento. Institucionalização.

## ABSTRACT

Gender violence is any act that result or may result in physical, sexual or psychological harm to women. Femicide is its most serious occurrence: it is the manifestation or exercise of unequal relations of power between men and women that culminates in the death of one or more women by the own condition of being a woman. The Brazilian State's main response to victim's sheltering is the equipment called Women Shelter, where women (with or without their children) whose lives are at risk can find refuge. Casas-Abrigo in Brazil do not have public addresses and are kept in secret. Due to this attribute, numerous inconsistencies arise and compromises its operation: social, family, material and financial losses may affect victims, having their freedoms restricted; Inadequate and not wheelchair accessible facilities. For this reason, the Women Shelter were characterized through international examples. Violence against women and existing mechanisms to curb these crimes, the role of social assistance, architectural design strategies for such shelters and the local reality were also described. The specific objectives of this research were to conceptualize violence against women; Characterize design strategies for shelters against domestic violence; Study related projects; Interpret the local reality and propose guidelines to guide the development of the final project. In the end, the need to challenge the national shelter model is revealed, and issues such as the role of urban design and its perspective for combating urban and gender violence are suggested as a further research, as well as the role of architecture in rehabilitating the aggressor woman.

**Key-words:** *Women Shelter. Woman. Violence. Shelter. Institutionalization.*

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DIAGRAMA DO CICLO DA VIOLÊNCIA. ....	24
FIGURA 2 - MORTALIDADE DE MULHERES POR AGRESSÕES ANTES E APÓS A LEI MARIA DA PENHA.....	29
FIGURA 3 – MAPA ESQUEMÁTICO DE SITUAÇÃO IDEAL DA CASA-ABRIGO.....	49
FIGURA 4 – ESQUEMA DE INSOLAÇÃO E PAISAGISMO IDEAIS.....	50
FIGURA 5 – ESQUEMA DE POSSÍVEL ESCALA DE PRIVACIDADE .....	51
FIGURA 6 – ESQUEMA DE SUPERVISÃO DO ESPAÇO EXTERNO .....	52
FIGURA 7 – ESTRATÉGIAS PARA AMBIENTAÇÃO ÍNTIMA.....	54
FIGURA 8 – USO DA LAVANDERIA DE ACORDO COM TAMANHO DA FAMÍLIA.....	55
FIGURA 9 – ESQUEMA DE FLEXIBILIDADE DO MOBILIÁRIO.....	56
FIGURA 10 – ESQUEMA DE HIERARQUIA DE PRIVACIDADE.....	57
FIGURA 11 – PLANTA DO PLAZA APARTMENTS.....	58
FIGURA 12 – ESQUEMA DE SEPARAÇÃO ENTRE AMBIENTES POR NÍVEL DE RUÍDO.....	60
FIGURA 13 – ESQUEMA DE BANHEIROS DIVERSOS PARA MORADORES. ....	60
FIGURA 14 – MOBILIÁRIOS MODULARES PERMITEM REARRANJO. ....	62
FIGURA 15 – ESQUEMA DE DIVISÃO DE ÁREAS DE TRABALHO EM COZINHA COLETIVA.....	63
FIGURA 16 – PERSPECTIVA AXONOMÉTRICA DE UNIDADE HABITACIONAL DO PLAZA APARTMENTS .....	66
FIGURA 17 – ESQUEMA DE FECHAMENTOS PARA ÁREA PRIVATIVA .....	67
FIGURA 19 – EXEMPLO DE SALA DE INFORMÁTICA JUNTO AO ESCRITÓRIO.....	70
FIGURA 20 – FOTO DA PRIMEIRA ETAPA DA CASA-ABRIGO .....	72
FIGURA 21 – TÉRREO, SEM ESCALA. ....	73
FIGURA 22 – 2º PAVIMENTO .....	74
FIGURA 23 – IMAGENS DO PÁTIO CENTRAL.....	75
FIGURA 24 – ACESSO PARA A CASA-ABRIGO KWIECO.....	76
FIGURA 25 – ESPAÇOS INTERNOS: COZINHA, QUARTO PRIVATIVO E INSTALAÇÃO SANITÁRIA .....	76

FIGURA 26 – OS VAZIOS ENTRE VOLUMES CONSTRUÍDOS CONFIGURAM ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA .....	77
FIGURA 27 – FOTO DO BUD CLARK COMMONS, FACHADAS NAS RUAS NW HOYT E NW BROADWAY .....	78
FIGURA 28 – SITUAÇÃO DO EDIFÍCIO E SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO ENTORNO, POR USO .....	79
FIGURA 29 – PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO.....	80
FIGURA 30 – IMAGENS DA ÁREA COMUNITÁRIA/REFEIÇÕES DO CENTRO-DIA (A) E DO APARTAMENTO PRIVATIVO (B) .....	81
FIGURA 31 – PLANTA DO 2º PAVIMENTO .....	82
FIGURA 32 – PLANTA DO 3º PAVIMENTO .....	82
FIGURA 33 – PLANTA DO 4º PAVIMENTO .....	83
FIGURA 34 – PLANTA PAVIMENTO TIPO 5º AO 8º PAVIMENTO.....	83
FIGURA 35 – CORTE COM INDICAÇÃO DE SETORIZAÇÃO DEFINIDA POR PAVIMENTO .....	84
FIGURA 36 – IMAGENS DOS CANTEIROS <i>BIOSWALES</i> E DO PÁTIO DE ACESSO AO CENTRO-DIA.....	85
FIGURA 37 – ESQUEMA ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE.....	86
FIGURA 38 – IMAGEM DO ACESSO AO ABRIGO .....	87
FIGURA 39 – SITUAÇÃO DO EDIFÍCIO – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO ENTORNO, POR USO.....	88
FIGURA 40 – PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO.....	89
FIGURA 41 – PLANTA DO 2º E 3º PAVIMENTO.....	90
FIGURA 42 – (A) IMAGEM DO TERRAÇO CENTRAL E (B) IMAGEM DO ESPAÇO COMUNITÁRIO COM VISTA PARA O TERRAÇO .....	91
FIGURA 43 – (A) IMAGEM DO ESTAR/COZINHA COMUNITÁRIO E (B) QUARTO PRIVATIVO .....	91
FIGURA 44 – PLANTA DO SUBSOLO .....	92
FIGURA 45 – GRANDE SALÃO FLEXÍVEL.....	92
FIGURA 46 – (A) DIAGRAMA CONCEITUAL DA REFORMA E (B) ENVOLTÓRIO MODULAR .....	93

FIGURA 47 – IMAGEM DA RECEPÇÃO (À DIREITA) E AS DUAS PORTAS DE CONTROLE DE ACESSO AO ABRIGO .....	94
FIGURA 48 – LOCALIZAÇÃO DO TERRENO NO PARANÁ (A), NA REGIONAL MATRIZ E BAIRRO CABRAL (B) E DENTRO DO ZONEAMENTO URBANO ZR-4 (C) .....	102
FIGURA 49 – MAPA DO ENTORNO COM USOS E TRANSPORTE COLETIVO .....	103
FIGURA 50 – PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA ZONA RESIDENCIAL 4 (ZR-4) DE CURITIBA .....	104
FIGURA 51 – FOTO AÉREA DO ENTORNO E DAS QUADRAS DO ENTORNO, COM FOTOINSERÇÃO DO PRISMA NO TERRENO .....	105
FIGURA 52 – MAPA SÍNTESE DAS CONDICIONANTES DO ENTORNO E INSOLAÇÃO .....	106
FIGURA 53 – CARTA SOLAR PARA O TERRENO ESCOLHIDO.....	107
FIGURA 54 – ESQUEMA DE FLUXOS NO ACESSO PÚBLICO DO EDIFÍCIO .....	110
FIGURA 55 – FLUXOGRAMA.....	116

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – MUNICÍPIOS DA RMC COM MAIOR TAXA DE FEMINICÍDIO/100 MIL HABITANTES.....	95
QUADRO 2 – NÚMERO DE MULHERES (E DOS FILHOS QUE AS ACOMPANHAVAM) ATENDIDAS NA CASA DE MARIA POR ANO, A PARTIR DE 2007 .....	100
QUADRO 3 – PROGRAMA DE NECESSIDADES DO SETOR DE ABRIGAMENTO COM DIMENSIONAMENTO E QUALIDADES MÍNIMAS DO AMBIENTE .....	111
QUADRO 4 – PROGRAMA DE NECESSIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO COM DIMENSIONAMENTO E QUALIDADES MÍNIMAS DO AMBIENTE .....	114
QUADRO 5 – PROGRAMA DE NECESSIDADES GERAL.....	115

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA .....	16
1.2 OBJETIVOS .....	16
1.3 JUSTIFICATIVA .....	17
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	18
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	18
<b>2 CONCEITUAÇÃO .....</b>	<b>20</b>
2.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – VIOLÊNCIA DE GÊNERO .....	21
2.1.1 A violência doméstica .....	22
2.1.2 O Ciclo da Violência.....	24
2.2 LEI 11.340/06 – LEI MARIA DA PENHA .....	26
2.3 REDE DE ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.....	30
2.3.1 Casa da Mulher Brasileira.....	31
2.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	33
2.4.1 Serviço de proteção social básica.....	34
2.4.2 Serviço De Proteção Social Especial – Média Complexidade .....	34
2.4.3 Serviço De Proteção Social Especial – Alta Complexidade.....	35
2.4.3 Fundação de Ação Social (FAS).....	36
2.5 O ABRIGAMENTO .....	36
2.6 AS CASAS-ABRIGO .....	38
2.6.1 A questão do sigilo.....	40
2.6.2 O desenho arquitetônico na recuperação pós violência .....	42
<b>3 ESTRATÉGIAS DE PROJETO PARA ABRIGOS CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....</b>	<b>47</b>
3.1 IMPLANTAÇÃO, ÁREAS EXTERNAS E PAISAGISMO.....	48
3.1.1 Empoderamento .....	48
3.1.2 Segurança .....	50
3.1.3 (Re)Conexão .....	51
3.1.4 Maternidade.....	52
3.1.5 Harmonia .....	53
3.2 ESPAÇOS COMUNITÁRIOS .....	53

3.2.1 Empoderamento .....	53
3.2.2 Segurança .....	56
3.2.3 (Re)Conexão .....	57
3.2.4 Maternidade.....	59
3.2.5 Harmonia .....	59
<b>3.3 COZINHAS E REFEITÓRIOS .....</b>	<b>61</b>
3.3.1 Empoderamento .....	61
3.3.2 Segurança .....	62
3.3.3 (Re)Conexão .....	62
3.3.4 Maternidade.....	63
<b>3.4 ESPAÇOS PRIVATIVOS.....</b>	<b>64</b>
3.4.1 Empoderamento .....	64
3.4.2 Segurança .....	65
3.4.3 (Re)Conexão .....	67
3.4.4 Maternidade.....	68
3.4.5 Harmonia .....	69
<b>3.5 ÁREA DE FUNCIONÁRIOS .....</b>	<b>69</b>
<b>4 ESTUDO DE CORRELATOS .....</b>	<b>71</b>
4.1 CASA-ABRIGO KWIECO .....	72
4.2 BUD CLARK COMMONS.....	78
4.3 VEILIGE VESTE.....	87
<b>5 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE .....</b>	<b>95</b>
5.1 A CASA DE MARIA/POUSADA DE MARIA .....	97
5.2 CASA DE APOIO ALICE CORDEIRO NASCIMENTO (CASA DE ALICE).....	100
5.3 O TERRENO ESCOLHIDO .....	102
5.4.1 Parâmetros construtivos .....	104
5.4.2 Condicionantes do entorno .....	106
<b>6 DIRETRIZES DE PROJETO .....</b>	<b>108</b>
6.1 CONCEITO E PARTIDO .....	108
6.2 PÚBLICO ALVO E USUÁRIOS .....	108
6.3 ASPECTOS FUNCIONAIS.....	109
6.3.1 Programa de necessidades e dimensionamento.....	110
6.3.2 Fluxograma.....	115

<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>8 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

A naturalização da violência contra a mulher (tratada neste trabalho como violência de gênero), é resultado de uma sociedade com preceitos patriarcais e machistas. É uma violência que assume diversas formas (abuso físico, emocional, financeiro, sexual e, recentemente, digital) e expõe a misoginia que permeia não apenas o espaço público, mas também o ambiente doméstico.

Tendo isso em mente, este trabalho busca a contribuição da Arquitetura na resolução deste problema e, para tanto, desenvolve o tema da Casa-Abrigo e Habitação Coletiva para mulheres em situação de violência. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar que engloba conceitos históricos e sociológicos, de áreas do Serviço Social e da Arquitetura e Urbanismo.

## 1.2 OBJETIVOS

Essa monografia tem como objetivo elaborar uma pesquisa que irá auxiliar a execução da próxima etapa do Trabalho Final de Graduação de Arquitetura e Urbanismo, um projeto (que compreende a área de projeto arquitetônico) de Casa-Abrigo e Habitação Coletiva para mulheres em situação de violência de gênero.

Seus objetivos específicos são:

- a. Conceituar a violência contra a mulher;
- b. Caracterizar estratégias de projeto para abrigos contra a violência doméstica;
- c. Estudar projetos correlatos;
- d. Interpretar a realidade local;
- e. Propor diretrizes para guiar o desenvolvimento do projeto final.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Estima-se que, no Brasil, uma mulher seja agredida a cada cinco minutos. A violência contra a mulher não tem apenas o caráter da agressão física: ela também pode ser psicológica, financeira, sexual, digital. Sua expressão mais grave é o feminicídio: o assassinato da mulher em decorrência da sua própria condição de mulher.

Seus companheiros são seus algozes em 50% dos casos, de acordo com o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015). E 71,9% dessas agressões ocorrem dentro do ambiente doméstico ou familiar. Mas a violência de gênero não se limita exclusivamente às violências doméstica e familiar. A violência contra a mulher também está no tráfico de mulheres e tem sua interface com a violência urbana, a exemplo de mulheres em situação de violência cujos parceiros estão ligados ao tráfico de entorpecentes.

O conjunto de ações e serviços especializados no atendimento à mulher é chamado de Rede de Atendimento. Nestes serviços de diferentes setores, busca-se a identificação da violência e o encaminhamento adequado às vítimas.

A Casa-Abrigo é a última instância dos serviços especializados, quando todos os outros recursos foram esgotados. Nestes espaços, ofertam-se uma gama de possibilidades de serviços, programas e benefícios a mulheres em situação de violência que se encontram sob ameaça. Este acolhimento tem a intenção de reestabelecer vínculos familiares e sociais, recuperar sua autonomia e dignidade corroída pelo abuso e reconquistar oportunidades econômicas.

Curitiba conta com apenas uma Casa-Abrigo que, com apenas quatro quartos, não consegue atender toda a procura pelo serviço. Além disso, ocupa uma construção adaptada, cujo projeto não foi pensado para esta finalidade. Como consequência disso (além da falta de espaços essenciais para o desenvolvimento de atividades do abrigo) seus espaços não são adaptados às pessoas com mobilidade reduzida, nem atendem às normas de acessibilidade.

## 1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e que visa o aprofundamento dos conhecimentos acerca do tema e da realidade na qual ele está inserido. Para tal, utiliza-se de fontes bibliográficas e documentais, webgráficas, entrevistas, estudo de correlatos e consultas a órgãos públicos.

Abrange também uma investigação acerca de dispositivos legais e institucionais que dão suporte às vítimas de violência e caracterizam as instalações de abrigo.

## 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

No presente capítulo – INTRODUÇÃO – são apresentados a delimitação do tema e o problema de investigação, os objetivos geral e específicos, a justificativa, metodologia e estrutura do trabalho.

No segundo capítulo – CONCEITUAÇÃO – são discutidos e conceituados aspectos relativos a violência contra a mulher e à violência doméstica. Caracteriza-se o ciclo da violência doméstica e os dispositivos legais e institucionais existentes voltados para a prevenção da agressão. Além disso, tipifica-se o papel da assistência social no confronto do problema, o conceito de abrigo e as Casas-Abrigo, questionando o sigilo imposto sobre o último.

No terceiro capítulo – ESTRATÉGIAS DE PROJETO PARA ABRIGOS CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – são aprofundadas estratégias projetuais em áreas chave de Casas-Abrigo: a implantação, espaços comunitários, cozinhas e refeitórios, espaços privativos e área de funcionários.

No quarto capítulo – ESTUDO DE CORRELATOS – analisam-se três obras correlatas ao tema. De abrangência internacional, tais projetos têm por objetivo nortear o desenvolvimento da segunda etapa do trabalho final de graduação.

No quinto capítulo – INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE – examina-se a realidade curitibana com relação à violência contra a mulher e os serviços que prestam atendimento especializado às vítimas. Desta forma, faz-se uma interpretação de duas

Casas-Abrigo, a Casa de Maria (Curitiba) e a Casa de Alice (São José dos Pinhais). Por fim se realiza a escolha de um terreno para o desenvolvimento do projeto final.

Finalmente, no sexto capítulo – DIRETRIZES DE PROJETO – propõe-se diretrizes conceituais, funcionais, técnicas e formais capazes de guiar o desenvolvimento do projeto arquitetônico. Além disso, lista-se e dimensiona-se o programa de necessidades da instituição.

## 2 CONCEITUAÇÃO

A violência letal é um problema endêmico no Brasil. Estudo realizado sobre o assunto, cujo resultado final compõe o Atlas da Violência (2016), traz dados alarmantes. Em 2014 foram registrados 59 627 mil homicídios no país. Essas mortes representam mais de 10% dos homicídios registrados no mundo e colocam o Brasil como o país com maior número absoluto de homicídios. Desse total, 4 757 (7,9%) homicídios vitimaram mulheres, enquanto a maioria (54 870 – 92,1%) vitimou homens. Esses dados, muitas vezes, são utilizados para *invisibilizar* o debate em torno da violência contra a mulher – ora, se o número de homens assassinados é 11,5 vezes maior do que o número de mulheres assassinadas, como falar de violência de gênero?

De acordo com o estudo global sobre homicídios, 95% dos assassinos do mundo são homens (UNODC, 2013), apontado para o fato de que os assassinatos masculinos não ocorrem pela desigualdade de gênero. Tanto as vítimas quanto os perpetradores são homens. Já as mortes de mulheres são resultado da violência privada que permeia as relações pessoais entre homens e mulheres (MENEGHEL e HIRAKATA, 2011).

A violência cometida por parceiros íntimos/familiares acomete mulheres de maneira desproporcional, à ponto de, em alguns países, representarem a maioria dos homicídios de mulheres. De fato, em nível global, quase metade dos homicídios femininos é cometida por familiares ou parceiros íntimos – enquanto, para homens, apenas 1 em 20 homicídios são cometidos por suas parceiras (UNODC, 2013).

Há uma sensação de que o corpo não pertence a elas, de que é um corpo público. E se é público, pode ser apropriado, inclusive por meio da violência. As mulheres ocupam uma posição inferior em termos de hierarquias sociais e a violência é um modo de manter a mulher nessa posição (MANO, 2017 *apud*. ACAYABA e REIS, G1, 2017).

## 2.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero é qualquer ato que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimento físico, sexual e psicológico da mulher. Isto inclui, além da ameaça de tais atos, a coerção ou privação arbitrária de liberdade (em público ou na vida privada), bem como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto (DESLANDES, GOMES e SILVA, 2000, HARTIGAN, 1997, MENEGHEL, BARBIANI, STEFFEN, WUNDER, ROSA e ROTERMUND, 2003, PALTIEL, 1993, *apud.* KRONBAUER e MENGHEL, 2005). É uma violência que pode se manifestar de diferentes formas e nos mais diversos espaços da sociedade, que independem de idade, raça/etnia, classe social, tipo de cultura e do grau de desenvolvimento econômico do país (OMS, 2002, *apud.* GALVÃO e ANDRADE, 2004). Gênero pode ser compreendido, neste trabalho, como

(...) elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças entre os sexos e como modo primordial das relações de poder. 'Gênero' é um conceito cultural vinculado à forma como a sociedade constrói as diferenças sexuais, atribuindo *status* diferente a homens e mulheres. Refere-se à construção social de sexo, ou seja, a palavra sexo designa apenas a caracterização anátomo-fisiológica das pessoas, enquanto gênero se refere à dimensão social da sexualidade humana (SCOTT, 1990 *apud.* KRONBAUER e MENEGHEL, 2005, p. 696).

O feminicídio (o homicídio da mulher decorrente de conflitos de gênero) “corresponde a qualquer manifestação ou exercício de relações desiguais de poder entre homens e mulheres que culmina na morte de uma ou várias mulheres pela própria condição de ser mulher” (MENGHEL e HIRAKATA, 2011, p. 565). De acordo com levantamento do Mapa da Violência (2015), a taxa de feminicídios no Brasil é de 4,8 óbitos por 100 mil mulheres. É o 5º país que mais mata mulheres, atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa. No Estado do Paraná, essa taxa é de 5,2/100 mil mulheres e 6,2/100 mil mulheres em Curitiba. Números acima da média nacional e também acima das taxas registradas em Santa Catarina (3,1/100 mil) e no Rio Grande do Sul (3,8/100 mil). A pesquisa foi realizada com base nos dados disponíveis no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (WASELFSZ, 2015).

### 2.1.1 A violência doméstica

“A violência conjugal contra mulheres é a expressão do desejo que o homem tem de controlar e dominar a parceira” (CUNHA, 2008, p. 168). É um fenômeno que atinge diversas sociedades, cujas vítimas possuem condições sociais e econômicas distintas (MENEGHEL e HIRAKATA, 2010). Comumente chamada de violência familiar, ocorre predominantemente na residência, porém, pode acontecer em outros espaços, como na rua, em bares, no local de trabalho da vítima etc. É uma forma de violência que apresenta pontos de sobreposição com a violência interfamiliar, contudo, é uma violência mais ampla: atinge também aqueles que não pertencem à mesma família, mas vivem (parcial ou integralmente) no domicílio do agressor, como é o caso de agregados, empregadas(os) domésticas(os), afilhados etc (SAFFIOTI, 1999, 2001, 2002 *apud*. CUNHA, 2008).

A cada cinco minutos, uma mulher é agredida no Brasil – é o que aponta o Mapa da Violência de 2015, divulgado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Já o feminicídio, a expressão mais grave da violência contra a mulher, vitimou mais de 50 mil mulheres no período de 2001 a 2011 – uma mulher a cada 1h30 (GARCIA *et al.*, 2013). O Mapa da Violência caracteriza os responsáveis por estes ataques: 71,9% das agressões ocorrem dentro do ambiente doméstico e seus algozes são seus próprios parceiros em 50% dos casos (WASELFSZ, 2015). Enquanto isso, a pesquisa “Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade” (2002) revela que as mulheres são responsáveis por apenas 1% das agressões praticadas contra seus parceiros (SAFFIOTI, 2002, *apud*. CUNHA, 2008).

Heleieth Saffioti (1934-2010), socióloga brasileira e pesquisadora da questão da violência contra a mulher, traz em sua publicação *Gênero, Patriarcado, Violência* (2015) dados ainda mais preocupantes:

As projeções da Fundação Perseu Abramo, partindo dos dados coligidos, são: como 11% das investigadas relataram vivências de espancamento (lesão corporal dolosa) num universo de 61,5 milhões, estima-se que, entre as brasileiras vivas, pelo menos 6,8 milhões delas tiveram, ainda que uma só vez, esta experiência. Já que as casadas com espancadores contumazes relataram que a última violência desse tipo havia ocorrido no período dos 12 meses

anteriores ao trabalho de campo, projetou-se, por baixo, cerca de 2,1 milhões a cada hora, o que significa quatro vítimas por minuto ou uma a cada 15 segundos. (...)

A lesão corporal dolosa é, sem dúvida, o crime prevalente contra mulheres. Entre suas vítimas, 32% afirmaram ter este fato ocorrido apenas uma vez, enquanto outros 20% delas aprontaram para duas ou três vezes. Entre as vítimas de LCD, 11% admitiram sua ocorrência por mais de dez vezes. Há, ainda, aquelas (15%) que certamente perderam a conta do número de espancamentos que sofreram, preferindo mencionar o tempo em que ficaram expostas a esse tipo de violência: mais de dez anos foi o comum, havendo 4% que se referiram a mais de dez anos e durante toda a vida. O marido agressor comparece com 53% nos casos de ameaça à integridade física da companheira com armas, subindo sua presença para 70% quando se tomam todas as modalidades de violência investigadas, exceto o assédio sexual. Se aos companheiros se somarem os ex-maridos, ex-namorados, ex-companheiros, esse grupo constitui a esmagadora maioria dos agressores (SAFFIOTI, 2015, p. 69).

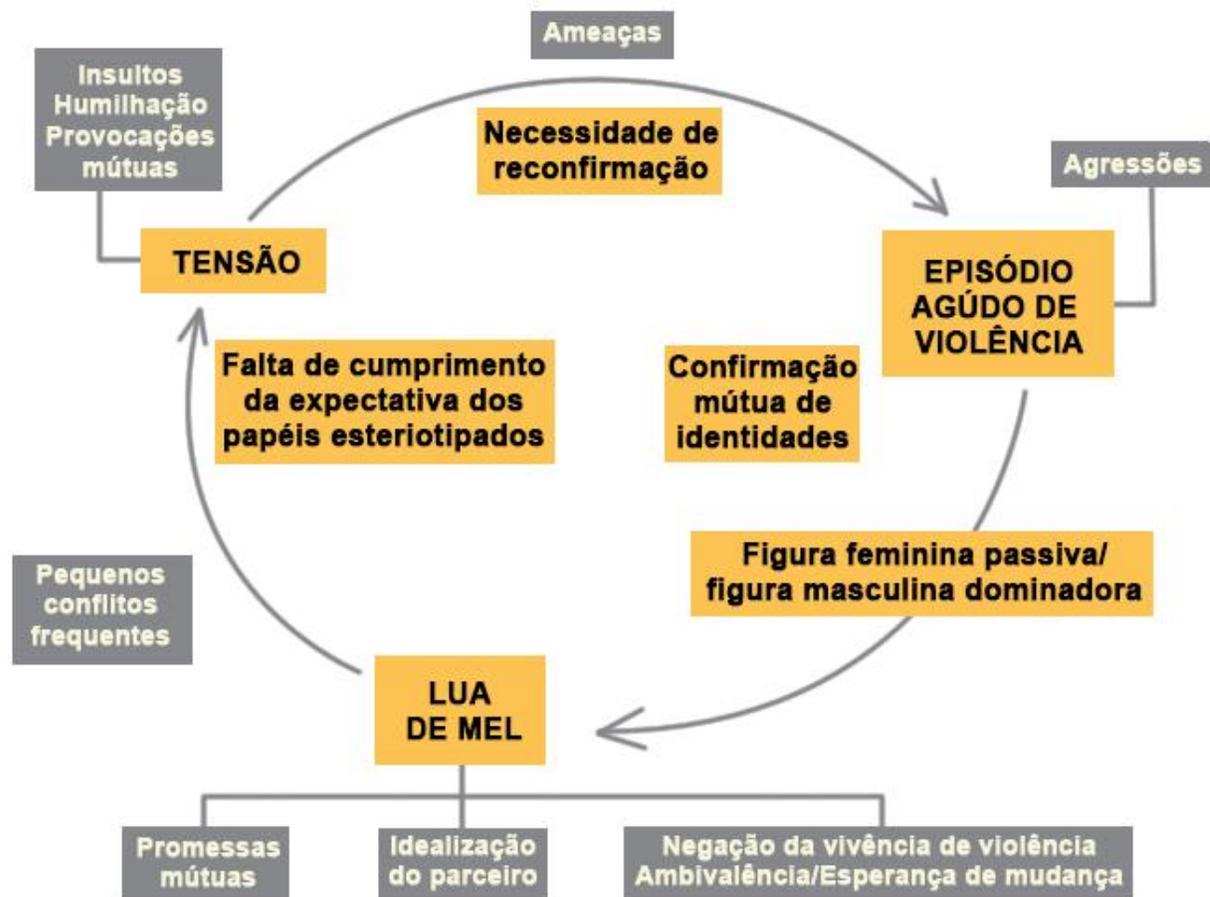
Diversas pesquisas apontam para o espaço doméstico como o principal local de agressão contra mulheres. Segundo BARSTED (1998, *apud.* GALVÃO e ANDRADE, 2004), isto é resultado da cumplicidade e da indiferença da sociedade para com a violência que ocorre no interior da família.

No Brasil, o movimento feminista (principalmente durante a década de 1980) desenvolveu ações para dar visibilidade à causa, visando trazer para a esfera pública o assunto que até então era tratado como do âmbito privado. Como resultado dessas ações, a violência contra a mulher passou a ser reconhecida como problema de ordem pública, a ser combatido por meio de políticas públicas. A partir disso, criaram-se serviços especializados (sobretudo nas grandes cidades) como as delegacias da mulher, os centros de referência, centros de atendimento jurídico e de apoio à mulher vítima da violência e as casas-abrigo (CAMARGO, 2000, *apud.* GALVÃO e ANDRADE, 2004). Ainda na mesma década de 1980, a violência contra a mulher é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um problema de saúde pública, em virtude de sua dimensão e das graves sequelas físicas e emocionais que produz em suas vítimas (ALVES, 2001, *apud.* GALVÃO e ANDRADE, 2004).

### 2.1.2 O Ciclo da Violência

A descrição do ciclo da violência (FIGURA 1) é o resultado de um modelo de análise (WALKER, 1979 *apud*. NASCIMENTO, 2013) desenvolvido a partir de estudos com mulheres vítimas de agressão. Esse modelo pretendia identificar as características básicas das situações de violência vivenciadas, buscando por padrões de repetição de ações e atitudes.

FIGURA 1 – DIAGRAMA DO CICLO DA VIOLÊNCIA.



FONTE: ADAPTADO DE NASCIMENTO (2013).

Concluiu-se que a violência não consiste de meros episódios isolados, mas que se constitui de uma série de violações contínuas, cujos abusos têm variadas naturezas e que aumentam em constância e intensidade.

O estudo que objetivava melhor entender e intervir na violência doméstica configura três fases do ciclo de violência, caracterizados pela sua repetição sucessiva ao longo de meses ou anos. As fases de tensão (primeira fase) e de lua-de-mel (terceira fase) podem se tornar cada vez menores, enquanto a fase de violência (segunda fase) se torna mais intensa.

- a. Primeira fase – aumento de tensão: diz respeito à fase de “acúmulo de tensão” (SIMPLÍCIO, ALBUQUERQUE e LOPES, 2015), manifestada pelo uso de elementos externos que funcionam como desencadeadores e justificadores da violência (álcool, drogas ilícitas, stress, problemas no trabalho, desemprego). É marcada por episódios de insultos, humilhações e *culpabilização*<sup>1</sup> pela violência vivenciada (NASCIMENTO, 2013);
- b. Segunda fase – episódio agudo de violência: corresponde à agressão física resultado exasperado do acúmulo de tensão. É quando a violência ocorre de sua forma mais perversa, arriscando a integridade física e psicológica da vítima. É, em geral, o momento em que ocorrem as denúncias ou busca por ajuda institucional (NASCIMENTO, 2013);
- c. Terceira fase – lua de mel: de acordo com ROCHA (2010, *apud*. NASCIMENTO, 2013) corresponde à etapa de desresponsabilização do homem e da culpabilização da mulher, em que se minimiza a gravidade da agressão vinculando-a a fatores externos. Também se transfere parte da responsabilidade à vítima agredida, acusando-a de exagerar, dramatizar a situação. “É a fase onde o agressor faz juras de amor, é sustentada pelas promessas mútuas, negação da vivência de violência e esperança de mudança” (NASCIMENTO, 2013, p. 117).

---

<sup>1</sup> Ato de desvalorização que ocorre quando a vítima de um crime é considerada responsável pela violação que a acometeu.

Dentro deste ciclo, a mulher cede, cala, tolera e se encontra sob uma violência que encontra apoio na sociedade patriarcal, amparada pela ordem social garantida pelo Estado. A violência doméstica é legitimada por uma ordem patriarcal de organização familiar, que vê a dominação masculina como natural (Diniz, 1999, *apud*. GALVÃO e ANDRADE, 2004). “Essa naturalização e privatização da violência dificultam uma atitude de resistência e ruptura, por parte da mulher, com a situação vivenciada. A superação da violência implica uma revisão de valores, crenças e atitudes socialmente estabelecidas” (GALVÃO E ANDRADE, 2004, p. 91).

## 2.2 LEI 11.340/06 – LEI MARIA DA PENHA

Maria da Penha Maia Fernandes (Fortaleza, Ceará, 1 de novembro de 1945), conhecida como Maria da Penha, é uma ativista de movimentos em defesa dos direitos das mulheres e símbolo da luta contra a violência doméstica. Em 1983, enquanto dormia, recebeu um tiro do seu então marido, professor colombiano Marco Antônio Heredia Viveiros, cuja consequência foi a paraplegia. Após sua recuperação, ainda foi mantida em cárcere privado, passou por outras agressões e sofreu nova tentativa de assassinato. À época, a violência doméstica era julgada pelo Código Penal, uma vez que não existia uma lei específica que tratasse da violência de gênero – violência que é manifestação de discriminação, uma vez que expressa a hierarquização estruturada na dominação do homem sobre a subordinação da mulher. É uma violência que não é motivada estritamente por questões pessoais (KARAM, 2015).

A história de Maria da Penha virou livro. Intitulado *Sobrevivi... posso contar* (1994), retrata as agressões sofridas pela autora e pelas filhas do casal. Esta publicação serve de base para a petição apresentada contra o Estado Brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), relativa à morosidade da justiça brasileira. Em 2001 a Comissão da OEA responsabiliza o Estado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres.

Heredia foi condenado duas vezes por tentativa de homicídio, mas recursos impetrados por seus advogados garantiram-lhe liberdade. Só em outubro de 2002 – 19 anos e 6 meses após as agressões e faltando apenas seis meses para a prescrição do crime – é que o colombiano foi preso. Mesmo assim, dos 8 anos iniciais de pena, cumpriu apenas 1/3 da sentença e se encontra em liberdade desde 2004.

A discussão chega ao Governo Federal, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) onde formou-se um grupo de trabalho – composto por representantes de diversos ministérios – responsável pela elaboração de um projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional. Em agosto de 2006, buscando a redução dos desníveis de desigualdade entre homens e mulheres e introduzindo mecanismos de controle e coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei nº. 11.340/2006 (BRASIL, 2006) é promulgada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e batizada de Lei Maria da Penha.

A Lei nº. 11.340/2006 reconhece a gravidade dos casos de violência doméstica e estabelece diretrizes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar, acrescentando a outros mecanismos que já haviam sido criados antes de sua promulgação (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM; Central de Atendimento à Mulher – Disque 180).

A Lei (BRASIL, 2006) define sua finalidade com o seguinte enunciado político:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Os artigos 5 e 6 da lei conceituam a violência doméstica ou familiar como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que tenha por consequência a morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial que ocorra no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, e configura tais violências como forma de violação dos direitos humanos (BRASIL, 2006). Desta forma

amplia-se o espaço de ocorrência da violência domiciliar e familiar, considerando a violência praticada em qualquer lugar, desde que se estabeleça uma relação de afeto ou de convivência entre agressor e vítima.

Também elenca mecanismos voltados à prevenção e repressão da violência contra a mulher, listando os seguintes elementos:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

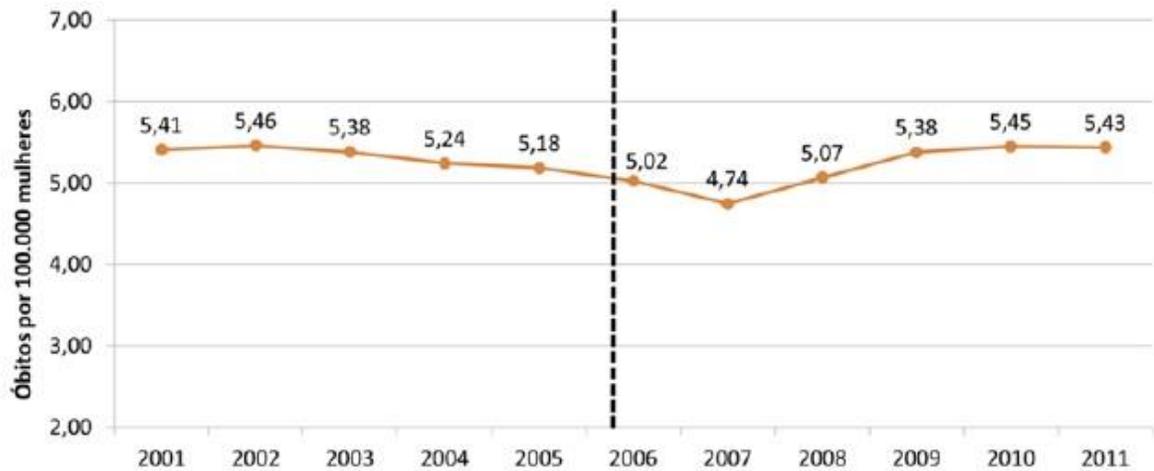
III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores (BRASIL, 2006).

Apesar disso, em pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) acerca de Feminicídios no Brasil e violência contra a mulher, constatou-se que, apesar dos esforços da Lei Maria da Penha, não houve impacto na redução das taxas de mortalidade entre as vítimas de violência doméstica e familiar, em estudo realizado de 2001 a 2011 (FIGURA 2). Imediatamente após a sanção da lei, houve um sutil decréscimo da taxa de mortalidade, no ano 2007. Os anos seguintes, porém, apontaram para o retorno dos valores registrados no início do período (GARCIA *et al.*, 2013, p. 1). Segundo a pesquisadora responsável pelo estudo, Leila Posenato Garcia, a Lei Maria da Penha trouxe nos avanços, levando em consideração que a desigualdade de gênero existente na sociedade é o que alimenta a violência contra a mulher, nenhuma legislação por si só é capaz de sanar o problema (GARCIA, *apud*. PRADO, 2013).

FIGURA 2 - MORTALIDADE DE MULHERES POR AGRESSÕES ANTES E APÓS A LEI MARIA DA PENHA



FONTE: GARCIA *et al.* (2013).

PRADO (2013) ainda cita as palavras da Secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Aparecida Gonçalves, que considera os números apresentados um reforço da necessidade de o Estado fortalecer os serviços especializados, garantindo acesso a informação e proteção às mulheres. Além disso, aponta para a indispensabilidade de estabelecer uma rede de proteção que inclua a rede institucional e a rede pessoal da mulher em situação de violência (GONÇALVES, *apud.* GARCIA, 2013).

Em 2015, buscando o combate ao Femicídio, a expressão máxima da violência contra a mulher, foi sancionada a Lei 13.104/2015, que altera o Código Penal para incluir a modalidade no enquadramento de homicídio qualificado. Tipifica-se o Femicídio como crime praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino (BRASIL, 2015).

O relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre a Violência contra a Mulher no Brasil divulgou o levantamento iniciado em 2012, cujo diagnóstico aponta, entre outros, falhas na implementação da Lei Maria da Penha. A ausência de um sistema nacional de coleta de dados estatísticos inviabiliza a avaliação do impacto da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2013, p. 33), bem como a análise de taxas de criminalidade. A consequência disso é a dificuldade encontrada na elaboração de

políticas públicas eficazes no combate à violência contra a mulher (BRASIL, 2013, p. 535-536). Também fica clara a pouca e ineficaz articulação entre os órgãos que compõem a Rede de Atendimento à Mulheres em Situação de Violência (BRASIL, 2013, p.830). Por fim, outro grave apontamento do relatório foi a aplicação incorreta, por parte de operadores jurídicos, de instrumentos ultrapassados de já proibidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a exemplo do instituto despenalizador da lei 9.099/95 (BRASIL, 2013, p.09). Isso, conforme indica o relatório, é resultado da falta de capacitação dada aos profissionais envolvidos em todo o processo, bem como das interpretações machistas por parte de magistrados e promotores que, assim, violam os direitos das mulheres (BRASIL, 2013, p.364).

### 2.3 REDE DE ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Rede de Atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços especializados de atendimento à mulher, em diferentes setores, que visam identificar e dar o encaminhamento adequado às mulheres em situação de violência, melhorar o atendimento prestado e, também, a humanização dessa assistência (BRASIL, 2011d, P.14).

Considerando a complexidade do fenômeno e a multiplicidade de demandas apresentadas pela mulher em situação de violência, tem se verificado a necessidade de que o atendimento se realize numa perspectiva multisetorial, capaz de oferecer respostas mais eficazes, em um prazo mais curto de tempo. Entretanto é fundamental que estas ações possam se dar de forma articulada, para que os diferentes serviços possam conhecer seus parceiros e trabalhar num sistema de referência e contra-referência, garantindo que as necessidades das usuárias sejam atendidas. Esta forma de articulação é conhecida como rede. As redes podem adquirir caráter local, regional ou nacional (SILVEIRA, 2006, p. 70-71).

A Rede de Atendimento faz parte de um conjunto maior, a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Ela diz respeito à atuação de maneira articulada entre as instituições, serviços governamentais e não-governamentais com a comunidade. Objetiva-se por meio dessa o desenvolvimento de estratégias de prevenção e políticas que garantam o *empoderamento* das mulheres e seus direitos humanos, bem como a

responsabilização de seus agressores e a assistência qualificada às vítimas (BRASIL, 2011d, p.13).

Antes da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, as principais respostas do governo (em todas as esferas, Federal, estadual, municipal) à questão da violência doméstica consistiam nas Casas-Abrigo e nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Junto à criação da Secretaria, ocorre também a ampliação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, de modo a garantir direitos e penalizações aos agressores. No que diz respeito à Assistência prestada às vítimas, a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência é redimensionada e passa a compreender outros serviços, tais como: centros de referência da mulher, defensorias da mulher, promotorias da mulher ou núcleos de gênero nos Ministérios Públicos, juizados especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, Central de Atendimento à Mulher, entre outros (BRASIL, 2011d, p. 7).

De acordo com dados do Governo Federal, em 2014, 1027 atividades especializadas no atendimento à mulher existiam por todo o território nacional. Em dez anos (de 2004 a 2014) registrou-se o aumento do número desses serviços em 309% (PORTAL BRASIL, 2014). O que se observa é que os serviços atuais, dado sua má distribuição pelo Brasil, não contemplam a maioria das mulheres, principalmente aquelas que habitam as regiões de difícil acesso, como na zona rural, da mata, de comunidades indígenas, quilombolas e em municípios mais pobres (BRASIL, 2013, p.48).

Apesar dos esforços empreendidos, a burocracia e as diferenças institucionais ainda representam um grande entrave para a construção dessas redes. Faz-se necessário transformar as parcerias informais em instâncias institucionalizadas, garantindo assim maior continuidade e respostas mais efetivas, rápidas e satisfatórias a todos os envolvidos (SILVEIRA, 2006).

### 2.3.1 Casa da Mulher Brasileira

A Casa da Mulher Brasileira é um espaço integrado e humanizado no atendimento às mulheres em situação de violência. Constituindo um dos eixos do programa *Mulher*,

*Viver sem Violência* (da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República), a Casa busca facilitar o acesso aos serviços especializados de atendimento. Busca-se garantir os meios e as condições para o enfrentamento da violência, bem como o *empoderamento* da mulher e a sua autonomia social e econômica (CASA DA MULHER BRASILEIRA, 2015).

O serviço funciona em Campo Grande – MS, Brasília – DF e Curitiba - PR, sendo que, na última, começou a operar em junho de 2016. O espaço integra os seguintes serviços:

**Acolhimento e Triagem:** O serviço da equipe de acolhimento e triagem é a porta de entrada da Casa da Mulher Brasileira. Forma um laço de confiança, agiliza o encaminhamento e inicia os atendimentos prestados pelos outros serviços da Casa, ou pelos demais serviços da rede, quando necessário.

**Apoio Psicossocial:** A equipe multidisciplinar presta atendimento psicossocial continuado e dá suporte aos demais serviços da Casa. Auxilia a superar o impacto da violência sofrida; e a resgatar a autoestima, autonomia e cidadania.

**Delegacia:** Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) é a unidade da Polícia Civil para ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e sexual, entre outros.

**Juizado/vara especializado/a:** Os juizados/varas especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos da Justiça responsáveis por processar, julgar e executar as causas resultantes de violência doméstica e familiar, conforme previsto na Lei Maria da Penha.

**Ministério Público:** A Promotoria Especializada do Ministério Público promove a ação penal nos crimes de violência contra as mulheres. Atua também na fiscalização dos serviços da rede de atendimento.

**Defensoria Pública:** O Núcleo Especializado da Defensoria Pública orienta as mulheres sobre seus direitos, presta assistência jurídica e acompanha todas as etapas do processo judicial, de natureza cível ou criminal.

**Promoção da Autonomia Econômica:** Esse serviço é uma das “portas de saída” da situação de violência para as mulheres que buscam sua autonomia econômica, por meio de educação financeira, qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho. As mulheres sem condições de sustento próprio e/ou de seus filhos podem solicitar sua inclusão em programas de assistência e de inclusão social dos governos federal, estadual e municipal.

Central de Transportes: Possibilita o deslocamento de mulheres atendidas na Casa da Mulher Brasileira para os demais serviços da Rede de Atendimento: saúde, rede socioassistencial (CRAS e CREAS), medicina legal e abrigo, entre outros.

Brinquedoteca: Acolhe crianças de 0 a 12 anos de idade, que acompanhem as mulheres, enquanto estas aguardam o atendimento.

Alojamento de passagem: Espaço de abrigo temporário de curta duração (até 24h) para mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos, que corram risco iminente de morte.

Serviços de saúde: Os serviços de saúde atendem as mulheres em situação de violência. Nos casos de violência sexual, a contracepção de emergência e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/aids devem ocorrer em até 72h. Além do atendimento de urgência, os serviços de saúde também oferecem acompanhamento médico e psicossocial (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2015).

## 2.4 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social é um direito do cidadão e um dever do Estado, instituída pela Constituição Federal de 1988. No Brasil, é regida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/93, que dispõe de sua organização e dá outras providências. Em seu Art. 1º, define a Assistência Social Política de Seguridade Social (BRASIL, 1993), compondo a Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Diferença da última porque, por ter caráter não-contributivo, deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem.

Não há, no texto da LOAS, previsão de instrumentos e programas de atendimento à mulher em situação de violência. Todavia, o texto traz diretrizes para o enfrentamento à vulnerabilidade social e pessoal de famílias e indivíduos. Desta forma, contempla, também, as mulheres em situação de violência.

A gestão das ações da Assistência Social organiza-se sob a forma de um sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Seus objetivos são, entre outros: integrar a rede pública e privada de serviços,

programas, projetos e benefícios de assistência social e estabelecer responsabilidades na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social.

O SUAS organiza-se em dois tipos de serviço, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (de média e alta complexidade).

#### 2.4.1 Serviço de proteção social básica

A Proteção Social Básica tem por objetivo a *prevenção* de situações de vulnerabilidade e risco social por meio de oferta de programas, projetos e benefícios da Assistência Social. Busca-se o desenvolvimento de potencialidades, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 1993). O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a unidade de execução desses serviços, bem como unidades descentralizadas e vinculadas ao CRAS. É a principal forma de acesso ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em Curitiba, o CRAS oferta serviços de: Proteção e Atendimento Legal à Família (PAIF), que se destina a famílias em vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Básica no Domicílio, que atende pessoas idosas ou com deficiências, visando garantir o desenvolvimento da autonomia das mesmas. Além disso, também é responsável por desenvolver oficinas com famílias, ações comunitárias, acompanhamento e atendimento familiar, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2017).

#### 2.4.2 Serviço De Proteção Social Especial – Média Complexidade

O Serviço de Proteção Social Especial diz respeito àquelas famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados em decorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros.

Divide-se em dois tipos de atendimento: o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e o Serviço de Proteção Social Especial de Alta complexidade.

O primeiro diz respeito aos serviços prestados, em geral, nos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS). Seus serviços, programas e projetos ofertados tem por objetivo a o rompimento com o ciclo de violência no interior da família, bem como a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários; a inclusão das famílias na rede de proteção social e nos serviços públicos; a defesa de direitos; o enfrentamento de situações de violação de direitos. O atendimento é personalizado, contínuo e exige intervenções especializadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2017).

#### 2.4.3 Serviço De Proteção Social Especial – Alta Complexidade

Já o Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade refere-se aos serviços de Acolhimento Institucional ou Abrigamento. É a mais alta instância da assistência social, sendo a última possibilidade de atendimento, a última estratégia adotada. Esse serviço de acolhimento abrange crianças e adolescentes cujas famílias se encontrem impossibilitadas de cumprir sua função de proteção; mulheres vítimas de violência, podendo ser acompanhadas ou não de seus filhos; pessoas em situação de rua; idosos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2017).

É um serviço de alta complexidade, de caráter transitório e com o objetivo de proporcionar atendimento integral aos indivíduos em situação de risco. O atendimento é prestado em pequenos grupos, de modo a favorecer o convívio familiar e comunitário, tanto como o uso dos equipamentos públicos e serviços disponíveis no entorno. Regras de gestão e de convivência são construídas de modo participativo e coletivo, buscando assegurar a autonomia dos usuários.

O Acolhimento pode ser feito em diferentes tipos de equipamento, destinando-se a famílias e/ou indivíduos. Sua organização deverá garantir a privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade (de arranjos familiares, raça/etnia, religião, orientação sexual). Insere-se na comunidade com características residenciais, em ambiente acolhedor e de estrutura física adequada. Dessa forma, visa o desenvolvimento

de relações mais próximas do ambiente familiar. E deve prover condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e acessibilidade (BRASIL, 2009).

#### 2.4.3 Fundação de Ação Social (FAS)

No município de Curitiba, o órgão responsável pela gestão da assistência social – que inclui o atendimento às mulheres vítimas da violência de gênero – é a Fundação de Ação Social (FAS). É ela o órgão público que atua de forma integrada a outros órgãos governamentais e instituições não-governamentais, que compõem a rede socioassistencial do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2017).

## 2.5 O ABRIGAMENTO

A Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ao lado da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), representam importantes passos para o combate da violência contra a mulher no Brasil. A última instituiu mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, assegurando às mulheres facilidades para viver sem violência e oportunidades para preservar sua saúde física e mental. Para tanto, previsto pela Lei, uma questão fundamental para garantir a integridade física e moral da mulher diz respeito ao abrigo nos casos de risco de morte.

O abrigo é a última medida possível para proteger mulheres (acompanhada ou não dos seus filhos) em situação de violência. E a resposta do Estado para essa demanda traduz-se na criação de equipamentos denominados Casas-Abrigo. De forma provisória, são espaços capazes de prover medidas emergenciais de proteção (BRASIL, 2011a, p. 11-12).

Seu conceito diz respeito a uma gama de possibilidades (serviços, programas, benefícios) de abrigo provisório destinado a mulheres em situação de violência (violência doméstica e familiar, bem como o tráfico de mulheres, etc). Portanto, o acolhimento

(...) não se refere somente aos serviços propriamente ditos (albergues, casas-abrigo, casas-de-passagem, casas de acolhimento provisório de curta duração, etc), mas também inclui outras medidas de acolhimento que podem constituir-se em programas e benefícios (benefício eventual para os casos de vulnerabilidade temporária) que assegurem o bem-estar físico, psicológico e social das mulheres em situação de violência, assim como sua segurança pessoal e familiar (BRASIL, 2011a, p.15).

A Secretaria de Políticas para as Mulheres ainda ressalta que todo e qualquer abrigo requer o acompanhamento integral da mulher pelo serviço especializado da rede de atendimento, bem como articulação com a segurança pública. Na maioria das vezes, a necessidade de acolhimento ocorre apenas quando todas as outras possibilidades de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar já foram reduzidas e/ou esgotadas.

Em 2011 a SPM publica diretrizes nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e de violência. Tinha por objetivos propor novas metodologias de abrigo além das Casas-Abrigo (serviços de acolhimento temporário de curta duração por exemplo), estabelecer um fluxo de atendimento entre os serviços da rede de atendimento, integrar os serviços de acolhimento do país através de uma Central de Abrigo e definir políticas regionais de abrigo (BRASIL, 2011a, p. 16).

As Diretrizes Nacionais de Abrigo orientam-se pelos princípios propostos pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (de igualdade e respeito à diversidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, participação e controle social). Além disso, reconhece a violência de gênero (e de raça, e de etnia) como violências estrutural e histórica, que deve ser tratada como questão de segurança, justiça, educação, assistência social e saúde pública.

Durante 20 anos, as Casas-Abrigo representaram a única forma de abrigo especializado para mulheres em situação de violência, sendo que o atendimento nesses serviços se restringia a casos de violência doméstica e familiar – seu público alvo eram mulheres cujas vidas estavam sob grave ameaça. Dessa forma, o texto das diretrizes nacionais para o abrigo de mulheres propõe ainda alternativas de abrigo, as “novas formas de abrigo”. Entre elas, estão o abrigo temporário de curta duração/casas de passagem acolhimento provisório e albergues (BRASIL, 2011a, p. 20).

## 2.6 AS CASAS-ABRIGO

As casas-abrigo foram um dos primeiros serviços propostos pelo movimento feminista para o enfrentamento da violência contra a mulher, na década de 70. À época, inexistiam serviços e programas de atendimento à mulher, bem como leis específicas para tratar da violência de gênero. A violência doméstica ainda era tratada como um problema de ordem privada, no qual não convinha interferência estatal. O surgimento desses abrigos, em geral serviços não-governamentais, era uma resposta às ameaças de morte por parte de (ex)-companheiros, (ex)-maridos, (ex)-namorados (BRASIL, 2010, p. 15).

Resultados da iniciativa feminista, surgem os primeiros abrigos para as mulheres, inicialmente na Inglaterra (denominados *refuges*) e nos Estados Unidos (*shelters*). Eram espaços

(...) democráticos, não-hierárquicos, voltados para o empoderamento e 'conscientização' das mulheres e tinham por base o conceito feminista da violência contra as mulheres como expressão do machismo e das desigualdades de gênero. As atividades e o próprio gerenciamento dos abrigos eram realizados por ex-residentes ou militantes do movimento feminista - e não necessariamente profissionais (Rodriguez, 1988 *apud*. BRASIL, 2010, p.16).

A partir da década de 1980 começa a incorporação das Casas-Abrigo pelo o Estado, que passa a trata-la como política pública. Por um lado, nota-se ganhos como a maior visibilidade da violência contra as mulheres, bem como o efetivo enfrentamento da questão pelo poder público. Por outro lado, isso também significou a perda dos ideais feministas de emancipação e empoderamento, predominando a visão assistencialista dos atendimentos. O acolhimento torna-se burocratizado e hierarquizado, reduzindo a participação das mulheres nos processos decisórios referentes ao serviço (BRASIL, 2010, p. 16).

A primeira Casa-Abrigo implantada no Brasil foi o Centro de Convivência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (CONVIDA), em 1986, em São Paulo. Na

década seguinte, nos anos 1990, outros 6 abrigos com a mesma finalidade são implantados no país (em Santo André/SP, Campinas/SP, Porto Alegre/RS, Fortaleza/CE, Brasília/DF e Belo Horizonte/MG) (SILVEIRA, 2005, p. 67).

Atualmente, existem 72 casas-abrigo em todo o território brasileiro. A região sudeste conta com a maior concentração desses equipamentos, totalizando 25 unidades, seguida pela região sul, com 13 equipamentos. Dez Unidades da Federação contam com apenas uma Casa-Abrigo. Em sua maioria, essas casas-abrigo representam serviços governamentais e sigilosos (BRASIL, 2011a, p. 31).

A Casa-Abrigo é um espaço de segurança, de (re) construção: da cidadania, da dignidade, da autoestima e de empoderamento (BRASIL, 2011a, p. 7). São locais seguros que oferecem moradia protegida, bem como atendimento integral a mulheres em situação de risco de vida iminente, em decorrência da violência doméstica. Serviço de caráter sigiloso e temporário, tem o objetivo de abrigar as vítimas por período de tempo pré-determinado, durante o qual as mulheres atendidas deverão reunir as condições necessárias para retomar o curso de suas vidas (MAZONI, CAMARGO E BARROSO, 1997, *apud*. SILVEIRA, 2005, p. 66).

Sua inclusão na tipificação dos serviços socioassistenciais ocorre em 2009, sob denominação de “serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2009, p. 33). É, portanto, um serviço destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de que se garanta a proteção integral dos acolhidos. O serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias prevê duas modalidades de abrigamento, o atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência e em unidade institucional de passagem. No primeiro, prevê-se o limite máximo de cinquenta pessoas por unidade e quatro pessoas por quarto. Já o segundo faz a oferta de acolhimento imediato e emergencial, além de realizar um estudo diagnóstico para encaminhamentos necessários. O serviço de abrigamento institucional para mulheres em situação de violência é tipificado como o acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em decorrência da violência doméstica e familiar. Prevê-se o

desenvolvimento da atividade em local sigiloso, bem como em articulação aos outros serviços socioassistenciais, como o atendimento jurídico e psicológico (BRASIL, 2009).

### 2.6.1 A questão do sigilo

A origem do abrigamento deu-se na Inglaterra, com o trabalho de Erin Pizzey. Em 1971, Pizzey e um grupo de mulheres organizam o primeiro centro comunitário, em um bairro de Londres (HAAKEN e YRAGUI, 2003). O *Chiswick's Woman's Aid* (CWA), centro comunitário inicialmente voltado às mulheres em situação de rua e crianças, logo passou a abrigar mulheres vítimas de violência doméstica que buscavam por ajuda. Baseadas neste modelo de abrigamento, mulheres da Inglaterra, Estados Unidos e outros países estabeleceram abrigos em suas próprias comunidades (HAFNER, 1979; PIZZEY, 1974; PLECK, 1987; SCHECTER, 1982 *apud*. HAAKEN e YRAGUI, 2003).

O CWA era um abrigo não-sigiloso, o único no Reino Unido. Muitos dos outros abrigos foram fundados por feministas que divergiam do entendimento de Pizzey acerca de violência doméstica. Feministas britânicas iniciaram a prática do abrigo sigiloso, modelo de abrigo que ficou conhecido por Modelo Nacional (ou Modelo Feminista) e foi utilizado por abrigos em todo o mundo.

O Modelo Nacional diferenciava-se do Modelo Chiswick de diversas maneiras. No primeiro, somente mulheres poderiam estar envolvidas no trabalho desenvolvido no abrigo. Também com relação ao sigilo praticado no Modelo Nacional, o abrigo oculto refletia a maior ênfase dada à separação entre mulheres e homens, de modo a protegê-las da violência (HAAKEN e YRAGUI, 2003).

Os abrigos de locais confidenciais eram de suma importância para o Modelo Feminista e outros modelos que deste surgiram, mas, paradoxalmente, perdeu-se uma das primeiras ideias do movimento: a percepção de que homens abusivos mantêm seu controle sobre suas vítimas ao isolá-las de suas comunidades. O sigilo era necessário como resposta a ameaça representada por homens violentos, mas também significava uma diminuição na força coletiva das mulheres (HAAKEN e YRAGUI, 2003).

Muitas críticas surgem em torno do sigilo aplicado às Casas-Abrigo. De acordo com Silveira (2005), a mulher, após o período de abrigamento, acumula diversos prejuízos, que dificilmente serão recuperados. A perda da própria moradia não representa somente a perda da unidade habitacional, mas sim o rompimento de uma série de referências sociais importantes: a da vizinhança, dos recursos como escola, creches, tratamentos médicos, etc. É também o prejuízo de bens materiais (móveis, eletrodomésticos, roupas) e, em alguns casos, também do emprego – que precisa ser abandonado por questão de segurança.

As Casas-Abrigo ainda constituem a principal política pública de abrigamento (BRASIL, 2013), mas, dentre os serviços da Rede de Atendimento, ainda são os menos procurados pelas mulheres. Inúmeras razões contribuem para isso, como o não-oferecimento de atividades educativas, culturais e laborais que difiram do tradicional *artesanato*; a falta de privacidade; o confinamento e disciplinamento que norteiam os abrigos; o rompimento das atividades escolares dos filhos; e o rompimento (mesmo que temporário dos vínculos familiares). Percebe-se, portanto, que o sigilo imposto aos abrigos está diretamente relacionado à diversos motivos que levam mulheres a preferir correr riscos a passar pelo período de abrigamento.

Em seu artigo “*Going Underground: Conflicting Perspectives on Domestic Violence Shelter Practices*” (2003), Haaken e Yragui argumentam pela importância do abrigo público, não sigiloso. De acordo com as autoras, a necessidade do sigilo muitas vezes oculta o problema da violência, ao esconder suas vítimas. Conseqüentemente, observa-se uma grande invisibilidade política do problema da violência doméstica.

As Casas-Abrigo são um “mal necessário” diante das inconsistentes políticas públicas brasileiras para mulheres. “Muitas vezes servem apenas para encobrir a ineficiência do Estado em oferecer outras respostas às mulheres, numa perspectiva de proteção à sua vida e aos seus direitos” (SILVEIRA, 2005, p. 67).

A exigência do sigilo traz problemas de todas as ordens e resultam em dificuldades de implementação e manutenção das Casas-Abrigo. Os espaços estão constantemente mudando de endereço para que se garanta o sigilo; é, portanto, impossível construir um imóvel próprio (BRASIL, 2011a). A maioria das Casas-Abrigo acaba optando por alugar

espaços particulares e adaptar seu programa aos espaços locados – o que, do ponto de vista arquitetônico, fica longe do ideal.

(...) faz-se necessário rediscutir a obrigatoriedade do sigilo, desde que sejam asseguradas a proteção e segurança da mulher e seus filhos, por meio de outras estratégias, que incluam: a) a garantia de policiais militares ou guarda municipal feminina para realizar a segurança do serviço; b) a institucionalização das casas-abrigo (criação por lei, que inclua a definição de responsabilidades e obrigações quanto à segurança do serviço); c) a formalização de parcerias por meio de acordos de cooperação técnica e outros documentos legais; d) maior articulação com a comunidade, no sentido de comprometer os atores sociais locais com o enfrentamento da violência contra as mulheres e com a proteção das mulheres abrigadas; e) a garantia de sistemas/tecnologia de segurança nos serviços; f) exigência do registro de boletim de ocorrência para permanência na Casa-Abrigo no sentido de caracterizar a necessidade de “proteção” da mulher abrigada (e de seus filhos) por parte do Estado; f) a não-divulgação do endereço do serviço em documentos de acesso ao público e a não-utilização de placas de identificação do serviço (BRASIL, 2011a, p. 34).

A questão é: ao colocarmos ênfase tão grande no sigilo não estaríamos por um lado confirmando a onipotência/onisciência que as mulheres atribuem ao seu agressor; e de outro eximindo o Estado da sua responsabilidade de garantir a segurança e o direito de ir e vir destas cidadãs? Muitas vezes a manutenção do sigilo se converte em um grande problema para as usuárias e funcionárias da casa-abrigo, sustentando-se no cerceamento da liberdade das mulheres. O paradoxo é que um serviço que deveria incentivar a autonomia acaba impedindo a mulher de transitar livremente. Em algumas casas, as mulheres efetivamente não podem deixar o abrigo, desconhecem elas mesmas o endereço e só podem reconstruir sua vida em outra cidade. É interessante observar nestes casos uma contaminação do medo vivido pela mulher por toda a equipe do abrigo (SILVEIRA, 2005, p. 69).

Haaken e Yragui (2003) concluem que o isolamento das vítimas da violência doméstica, afastadas da sociedade sob o sigilo de seus abrigos, acaba por aumentar seus temores, fazendo homens parecerem ilimitados em seus poderes.

### 2.6.2 O desenho arquitetônico na recuperação pós violência

O momento do acolhimento em uma Casa-Abrigo representa um período de grande estresse para os sobreviventes da violência doméstica e, portanto, os projetos arquitetônicos destes abrigos devem ser sensíveis e adequados às necessidades específicas dessa população vulnerável.

Tendo em vista essa questão, Laura Prestwood levanta, em sua tese de doutorado, intitulada “Elementos de projeto arquitetônico de abrigos de violência doméstica que afetam o êxito de mulheres vítimas da violência doméstica: um inquérito naturalista para estabelecer teoria para pesquisa futura”<sup>2</sup> (PRESTWOOD, 2010, tradução nossa), algumas considerações acerca de características arquitetônicas do espaço construído que auxiliam o processo de cura das sobreviventes. O estudo de Prestwood contribui para além da arquitetura e do design de interiores (em áreas como: sociologia, antropologia e psicologia ambiental), e fornece a pesquisadores, arquitetos e profissionais da saúde, critérios projetuais específicos para o usuário das Casas-Abrigo.

Tais colocações – resultado de um extenso processo de pesquisa, entrevista e aplicação de questionários com mulheres abrigadas na Casa-Abrigo SafeHaven em Fort Worth – servirão de base teórica para a definição de diretrizes, fluxograma, setorização e programa arquitetônico do projeto a ser realizado no próximo semestre.

O processo de cura de vítimas da violência doméstica, tal qual pacientes em hospitais, acontece simultaneamente a um período de estresse, consequência do abrigo em si. De acordo com ULRICH (1991, *apud*. PRESTWOOD, 2010), o nível de estresse dos pacientes pode ser reduzido quando há distrações positivas (i.e., vistas da natureza), controle de características do ambiente (i.e., ruídos, iluminação) e acesso a apoio social (a presença da família). Além disso, pacientes com altos níveis de suporte social mostraram maior grau de bem-estar. Acredita-se, portanto, que a promoção de acomodações apropriadas para prover suporte social, aumenta o êxito de vítimas da violência doméstica.

Para as sobreviventes da violência doméstica, o lar é, muitas vezes, o lugar da agressão. Neste sentido, Casas-Abrigo se tornam lares substitutos para mulheres e crianças que buscam refúgio de seus agressores. Muitas das abrigadas projetam suas ideias de lar para o ambiente do abrigo, buscando por cura e por uma vida independente e livre de um agressor. Por tanto, o projeto de um abrigo deve incluir as diversas formas

---

<sup>2</sup> Architectural design factors of domestic violence shelters that affect outcomes for female domestic violence victims: a naturalistic inquiry to establish grounded theory for future research.

e conceitos de “lar”, a fim de proporcionar o ambiente que vítimas da violência doméstica almejam.

A pesquisa resultou nas seguintes questões físicas/de melhorias espaciais (PRESTWOOD, 2010, tradução nossa):

- a) Segurança: segurança própria e de pertences pessoais. Muitas das mulheres atendidas chegam ao abrigo com poucos pertences pessoais, mas de grande valor emocional para as mesmas. Muitas delas se veem obrigadas a carregar todos estes itens durante o dia, de modo a garantir a integridade de seus bens. Desta forma, o ideal seria prover de armários que pudessem ser trancados para armazenar bens pessoais.
- b) Quartos privativos: A necessidade do espaço próprio foi relevante em muitas das sessões de discussão promovidas por Prestwood, e diziam respeito principalmente aos ambientes dos quartos e dos banheiros. As participantes relataram a necessidade de um espaço individual, onde pudessem se retirar da convivência com outras sobreviventes e recuperar-se após a agressão: indicando que a cura pessoal era algo que desejavam obter à sós. As mulheres falaram sobre o desejo de entrar e sair de seus quartos livremente, ou sentar-se para ler sem a preocupação de atrapalhar as outras moradoras do quarto. Essa questão pode ser minimizada com o uso de abajures controlados de maneira independente. Quando questionadas sobre quartos compartilhados, verificou-se que quartos com não mais que outras duas mulheres adultas eram aceitáveis. Mais uma vez a falta de um espaço de armazenamento entrou em questão, dada a falta de um espaço para guardar roupas e pertences pessoais.
- c) Banheiros: Levantaram-se questões sobre a temperatura e pressão da água, bem como de privacidade nas instalações de banheiros coletivos. Aponta-se para a necessidade de instalações sanitárias próximas aos quartos privativos (principalmente para pessoas com deficiência física).
- d) Crianças/ruídos: Há a necessidade de criar ambientes tranquilos, livres de ruídos. Muitas vezes, isso se torna impossível quando a mulher abrigada está no abrigo juntamente de seus filhos pequenos. A solução encontrada para o

problema está na separação das áreas privativas em alas separadas entre mulher com e sem filhos.

Além disso, a mãe que se abriga com os filhos tem necessidades especiais a serem atendidas. Com frequência, precisam se deslocar até os banheiros durante a noite para atender as necessidades dos filhos, ou alimentar as crianças menores.

Nos espaços comunais também se verificou a necessidade de criar separações entre áreas para adultos e áreas para crianças.

- e) Enfermaria: Muitos abrigos não contam com espaços dedicados aos profissionais da enfermagem, mas a existência destas áreas é de grande importância principalmente para abrigadas que ainda se recuperam de traumas físicos causados por seu agressor.
- f) Biblioteca: Embora a existência de bibliotecas infantis seja frequente, uma área de leitura dedicada às moradoras adultas não deve ser negligenciada. É um espaço de instrução pessoal, onde se encontra tranquilidade.
- g) Área de TV: Frequentemente se requisitou áreas separadas de entretenimento para adultos/infantil/adulto acompanhado de criança. São áreas com funções semelhantes, mas que devem atender a públicos distintos. Além disso, a proximidade destas salas com os quartos privativos deve ser levada em consideração, por ser um pólo gerador de ruído.
- h) Área de computador: Novamente aparece a necessidade de áreas separadas entre adultos/crianças, para que o ruído de um grupo não atrapalhe o outro. Os computadores devem ser vistos como aliados na hora de pesquisar por moradias após o período de abrigamento, bem como em pesquisas por postos de trabalho e para manter contato com familiares/amigos.  
Além disso, muitas entrevistadas revelaram que sentiam dificuldades em lidar com a tecnologia, revelando a necessidade de capacitação neste sentido.
- i) Área fitness: A atividade física traz grandes benefícios físicos e mentais para aqueles que a praticam. Portanto, a Casa-Abrigo deve contar com um espaço dedicado para esta atividade.

- j) Área de hobby/atividades: Com menor frequência, requisitou-se uma área dedicada ao desenvolvimento de atividades manuais e lazer.
- k) Acessibilidade: Trata-se de um público vulnerável, que por vezes apresenta sequelas físicas do abuso ou ainda se recupera da agressão. É importante que todos os espaços do abrigo sejam acessíveis, adaptados às pessoas com mobilidade reduzida.

### 3 ESTRATÉGIAS DE PROJETO PARA ABRIGOS CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Fundada em 1990 por sobreviventes e aliados, a Coalizão do Estado de Washington Contra a Violência Doméstica – WSCADV Construindo Dignidade<sup>3</sup> (WSCADV) é uma rede sem fins lucrativos que reúne diversos programas que trabalham com a violência doméstica. Seus projetos têm como finalidade auxiliar os sobreviventes a superar a violência e o abuso, prestar assistência no acesso aos serviços (policiais, judiciais, habitacionais) necessários para a superação e contribuir para o fim da violência doméstica (WSCADV, 2017).

Um de seus programas, o Construindo Dignidade (*Building Dignity*), é o resultado da colaboração do WSCADV com o Mahlum Architects, escritório norte americano de arquitetura. Seu objetivo é demonstrar como, através do projeto arquitetônico e do processo colaborativo, as Casas-Abrigo podem compor um ambiente construído que reflita e complemente suas missões e valores.

O Construindo Dignidade explora estratégias de projeto para Casas-Abrigo para mulheres vítimas da violência doméstica, pois acredita que o projeto arquitetônico possa empoderar e capacitar os pais, apoiar as necessidades das crianças e facilitar o processo de cura, de superação. Acredita-se que a arquitetura possa atender à necessidade dos sobreviventes de segurança bem como auxiliar a reconstrução de seu senso de dignidade. Ao atender ao programa arquitetônico, oferece à equipe multidisciplinar envolvida com o abrigo o espaço necessário para atendimento e defesa adequada aos abrigados.

O programa serve de referência aos profissionais envolvidos na construção e/ou planejamento de moradias de emergência para sobreviventes e suas famílias e servirá como importante referência na construção da nova Casa-Abrigo para mulheres vítimas de violência em Curitiba.

---

<sup>3</sup> Washington State Coalition Against Domestic Violence – WSCADV Building Dignity

O website do programa traz estratégias de projeto e segue uma lógica de critérios, focando em cinco qualidades desejadas nos projetos de Casa-Abrigo:

1. Empoderamento: tomar suas próprias decisões, retomando a autonomia e a dignidade corroídas pelo abuso;
2. Segurança: proteção e bem-estar;
3. (Re)conexão: apoio da comunidade e reconexão com a sociedade, de modo a romper com a sensação de isolamento causada pela violência;
4. Maternidade: supervisão e oportunidades de melhorar o relacionamento com as crianças;
5. Harmonia: minimizar conflitos e a necessidade de regras.

### 3.1 IMPLANTAÇÃO, ÁREAS EXTERNAS E PAISAGISMO

A localização da construção, o acesso aos equipamentos urbanos e o contato com o meio ambiente são escolhas do programa a se fazer no processo de projeto. Programas já existentes no local podem ter sua função melhorada através de paisagismo e do uso cuidadoso do espaço. A capacidade do bairro de receber tal estrutura deve ser avaliada. O local deve ser capaz de apoiar a recuperação de independência, oportunidades econômicas e conexões sociais.

#### 3.1.1 Empoderamento

A escolha do terreno deve ser orientada de forma a responder as perguntas: este espaço tem fácil acesso ao sistema de transporte público? Assistência médica? Educação e lazer? A área é voltada para pedestres e/ou ciclistas? A vizinhança é segura para mulheres que transitam com crianças? Os moradores terão acesso a estes recursos no entorno? Se não, o local tem espaço o suficiente para acomodar todos esses recursos dentro do próprio terreno (FIGURA 3)?

FIGURA 3 – MAPA ESQUEMÁTICO DE SITUAÇÃO IDEAL DA CASA-ABRIGO



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

Deve-se criar um ambiente convidativo, acolhedor. A superação da violência é facilitada quando as pessoas têm sua situação reconhecida e se sentem bem-vindas. Para isso, faz-se o uso de cores e referências culturalmente relevantes para as pessoas atendidas pelo programa.

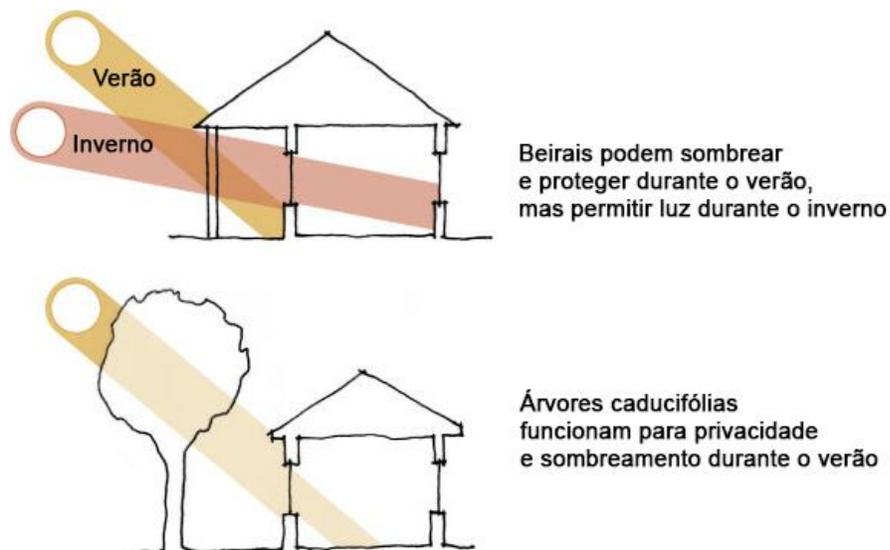
Os espaços externos oferecem oportunidades para reflexão, conexão com filhos, privacidade e atividades saudáveis. O contato com a natureza, locais ensolarados e arborizados, promove bem-estar, tendo efeitos curativos sobre aqueles que se recuperam de um trauma (MARCUS e BARNES, 1999, *apud*. BUILDING DIGNITY, 2017). Assim, os jardins podem receber sessões de terapia de arte, de trabalho externo em grupo – são um ponto de conexão com outros programas comunitários, tais como os voltados para a educação ambiental. Sendo um espaço murado, ainda oferece às crianças um espaço protegido ao ar livre.

Outra necessidade pouco reconhecida é o espaço interior/externo para animais de estimação. Para muitas vítimas de violência, sair de casa e deixar para trás um animal

de estimação – que também pode sofrer a violência de seus agressores – não é uma opção. Além disso, o abrigo também pode contar com terapia facilitada por animais de serviço (qualquer animal que tenha sido individualmente treinado para prestar um serviço específico a uma pessoa com deficiência física, sensorial, mental).

Por fim, o clima do local também é outro fator importante a ser considerado no projeto. O clima local, a implantação, o entorno imediato, tudo deve ser levado em conta ao localizar janelas, grandes planos de vidro, árvores para sombreamento etc (FIGURA 4). As estratégias de projeto passivo garantem contas de energia mais baixas e maior conforto aos residentes. O acesso ao abrigo deve ser protegido de neve, chuva, ventos.

FIGURA 4 – ESQUEMA DE INSOLAÇÃO E PAISAGISMO IDEAIS



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

### 3.1.2 Segurança

O abrigo deve ser um ambiente seguro com limites claramente definidos entre a instituição e a comunidade circundante. A visibilidade do interior do edifício deve ser limitada, de modo a proteger a privacidade das abrigadas. Os playgrounds devem ser visíveis dos espaços comuns e privados, permitindo a supervisão das crianças pelos

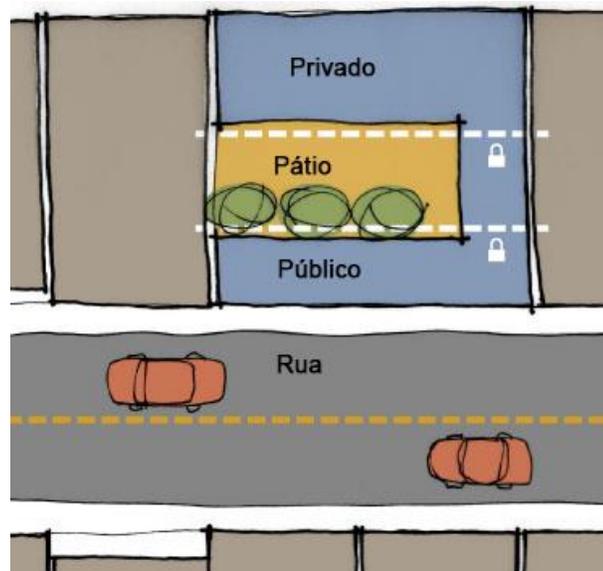
pais e funcionários. E, claro, seus espaços externos devem ser espaços bem iluminados, possibilitando o uso das áreas externas durante a noite.

Os acessos são – dada a necessidade de proteção – controlados, mas devem permitir o ir e vir livremente. As estratégias adotadas devem incluir o uso de chave-cartão, câmeras de perímetro e na entrada. Esse acesso controlado pode dispensar as rígidas políticas de toque de recolher.

### 3.1.3 (Re)Conexão

Para que as abrigadas retomem as conexões sociais que deixaram para trás com o abrigo, sugere-se o uso de escalas de privacidade (FIGURA 5). Uma sala de reuniões pública pode ser utilizada pelas residentes para reencontrar famílias e amigos, além de servir como salas de aula e workshop. Do mesmo modo, áreas externas públicas acomodam eventos públicos – convida-se a comunidade para participar do abrigo, sem que se comprometa a segurança das vítimas.

FIGURA 5 – ESQUEMA DE POSSÍVEL ESCALA DE PRIVACIDADE



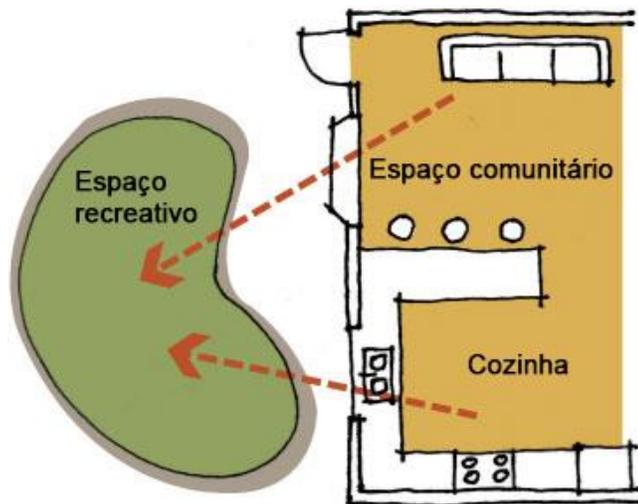
FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

A proteção da confidencialidade pessoal nem sempre requer um local igualmente secreto. Embora tradicionalmente muitas Casas-Abrigo adotem os locais secretos como estratégia de segurança, atualmente, é mais difícil manter em segredo a função destes locais. Dispositivos como o GPS e a própria internet desafiam a garantia do sigilo. Sendo assim, a resposta dos abrigos está focada na segurança e confidencialidade individual, reconhecendo a possibilidade de que os espaços físicos possam ser públicos, de endereço conhecido. Estes abrigos percebem que abrir mão do “local secreto” criou caminhos para suas comunidades apoiarem tanto o programa quanto as sobreviventes (WSCADV, 2017).

### 3.1.4 Maternidade

Os espaços externos devem facilitar a supervisão dos filhos pelas mães. Linhas claras de visão entre a cozinha, áreas comuns, áreas privadas e o exterior permitem o monitoramento mesmo sem estar no mesmo espaço físico (FIGURA 6).

FIGURA 6 – ESQUEMA DE SUPERVISÃO DO ESPAÇO EXTERNO



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

### 3.1.5 Harmonia

Diferentes áreas podem receber diferentes atividades para diferentes faixas etárias. Sendo assim, a utilização de pisos distintos, com marcações no solo e mudança de material, entre outras ferramentas, pode diferenciar a área de jogos, esporte, jardinagem ou reunião para adultos. Busca-se o equilíbrio entre áreas de grupos maiores (e também mais ruidosos) e áreas de descanso, leitura, telefonemas.

A existência de áreas externas cobertas possibilita o uso do espaço exterior durante todo o ano e, a depender da localização do abrigo, devem proteger do frio, da chuva e do calor extremo nas estações quentes.

Por fim, o espaço também deve acomodar fumantes, de modo a minimizar a exposição de não-fumantes à fumaça gerada. Pequenas áreas externas cobertas podem receber tais atividades se posicionadas distantes da edificação e levando em consideração os ventos predominantes.

## 3.2 ESPAÇOS COMUNITÁRIOS

Espaços comunitários funcionais e confortáveis podem criar o ambiente ideal para uma interação de apoio, facilitam o relacionamento com filhos e minimizam os conflitos entre as moradoras. As áreas devem ser intuitivas e fáceis de usar para que os abrigos não precisem gastar tanto tempo impondo regras e sim no acolhimento. Espaços compartilhados devem servir para grupos de diversas idades, com uma variedade de necessidades.

### 3.2.1 Empoderamento

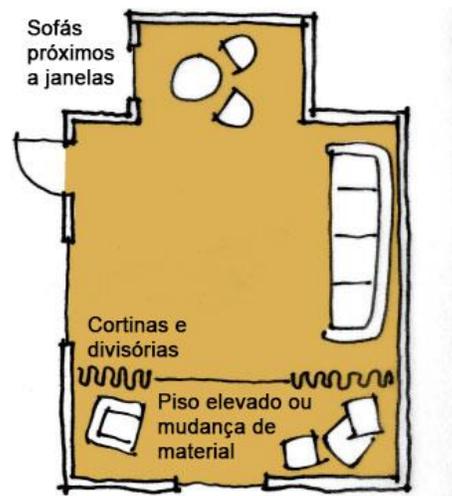
O acesso visual, a transparência, por todo o edifício consolida a autonomia. Dessa forma, torna-se possível, por exemplo, escolher com quem e quando interagir no abrigo. Moradoras apreciam a capacidade de ver quem está em um espaço comum antes de entrar nele. Janelas, recortes e linhas de visão aberta podem auxiliar nessa tarefa. Ao

mesmo tempo, essa transparência interior podem facilitar pessoas com deficiência auditiva que usam linguagem gestual para se comunicar.

Portanto, também é particularmente desejável que o ambiente construído seja de fácil navegação, essencialmente para as pessoas que são ansiosas, que estejam deprimidas ou em alguma crise. Percursos claros, limpos, ajudam pessoas com problemas de memória de curto prazo ou outros desafios cognitivos (que não são incomuns tratando-se de sobreviventes de lesões cerebrais traumáticas de agressões físicas). Crianças também apreciam cores vibrantes e imagens à altura da visão, pois auxiliam na orientação, bem como servem de ponto de referência. Além disso, o abrigo também deve estar preparado a receber pessoas com mobilidade reduzida. Portanto, a comunicação visual deve ser fácil de ler, incluir braile e integrar pictogramas.

A privacidade é fundamental, porém dificilmente alcançada nesses espaços. Uma forma de conseguir privacidade, além das áreas privativas, é a criação de áreas calmas, tranquilas – uma “sala tranquila”, sem televisão, sem som, apenas móveis confortáveis. Podem constituir pequenos ambientes integrados às áreas comunitárias maiores e funcionam como opções de retirada de grupos maiores, sem que se perca a conexão do grupo. Assentos na janela e outros espaços periféricos permitem a criação de seu próprio espaço (FIGURA 7).

FIGURA 7 – ESTRATÉGIAS PARA AMBIENTAÇÃO ÍNTIMA



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017).

Outro espaço de importância é a lavanderia (FIGURA 8). Comumente as moradoras de abrigos estão abrigadas também com seus filhos mais novo. Deve-se supor que cada adulto lavará roupas de uma a duas vezes por dia. As lavanderias em subsolo ou garagens impõem desafios para residentes com mobilidade reduzida, ou que carreguem filhos de colo. Além disso, áreas de serviço afastadas das unidades de habitação dificultam a supervisão de crianças mais velhas durante a atividade.

FIGURA 8 – USO DA LAVANDERIA DE ACORDO COM TAMANHO DA FAMÍLIA



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

A flexibilidade dentro dos espaços comunitários estimula e encoraja a diversidade de usos. A utilização de móveis leves, mas resistentes, incentiva moradores e funcionários a reconfigurar o espaço interno de modo a apoiar suas atividades e necessidades. A cor, a posição dos móveis e tapetes e a iluminação podem ser utilizados para criar limites dentro de um espaço amplo – criando vários pequenos ambientes. Ao invés de ter todos os assentos orientados para um único ponto focal central, pequenos agrupamentos podem fazer mais sentido – eles criam espaços intimistas essenciais para a conexão entre mães e filhos, para ler, brincar. E, se o mobiliário utilizado for leve e flexível, a sala pode ser rearranjada para abrigar atividades que envolvam todo o grupo (FIGURA 9).

FIGURA 9 – ESQUEMA DE FLEXIBILIDADE DO MOBILIÁRIO



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

O abrigo deve adotar estratégias para facilitar a mobilidade, pois a população que abriga geralmente inclui pessoas com lesões, com problemas de equilíbrio, que transportam crianças de colo. Escadas com espelho de 18cm e piso de 28cm são considerados aceitáveis, porém espelhos menores e degraus mais profundos proporcionam deslocamentos mais confortáveis. Além disso, um patamar entre pavimentos deve ser previsto sempre que possível, para que não ocorram mais de nove espelhos entre níveis. Corrimãos contínuos também auxiliam pessoas com mobilidade reduzida a se deslocar com mais segurança, assim como corrimãos mais baixos – na altura das crianças. Devem estar disponíveis em ambos os lados da escada para atender pessoas com paralisia ou força reduzida em um lado de seu corpo.

### 3.2.2 Segurança

Ambientes com iluminação natural abundante, tal como os que contemplam as áreas externas, promovem o bem-estar. Portanto, o posicionamento das salas, janelas e claraboias deve ser pensado para maximizar a luz natural e aumentar as vistas para jardins – fornecendo uma sensação de conexão com o exterior.

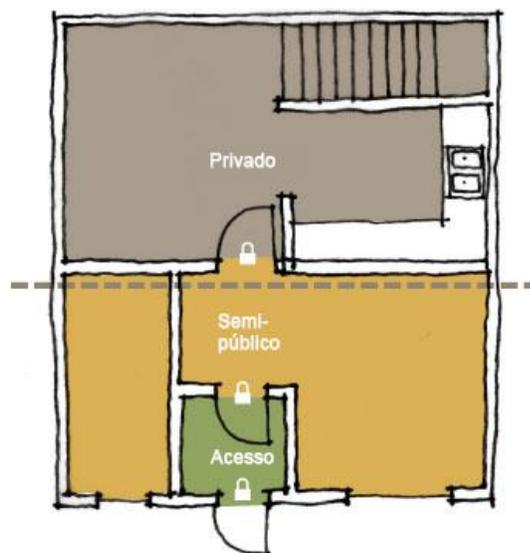
Ao mesmo tempo, atentando para a segurança, as janelas e cortinas ajustáveis controlam a quantidade de luz e da transparência. Embora a conexão visual com o exterior auxilie no processo de cura, esse alcance visual excessivo entre o abrigo e o público pode ser desconfortável para os sobreviventes de traumas.

### 3.2.3 (Re)Conexão

Os espaços de reuniões públicas devem permitir conexões com a comunidade. São espaços que devem ser concebidos para receber indivíduos e grupos da comunidade, sem que isso comprometa o bem-estar e a segurança das moradoras. Esses ambientes de reuniões são importantes para possibilitar atividades de, por exemplo, ensino e instrução.

Recaindo novamente sobre a questão do sigilo, a WSCADV auxiliava na construção de novos programas de habitação transitória quando concluiu que o sigilo estava trabalhando contra os objetivos finais em termos de construção de relacionamentos e serviços necessários para melhor servir aos sobreviventes. Percebeu-se que a utilização de níveis de privacidade (FIGURA 10) possibilitava encontros e reuniões com amigos e familiares, além de grupos de apoio e aulas coordenadas por outras organizações.

FIGURA 10 – ESQUEMA DE HIERARQUIA DE PRIVACIDADE



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

Além dos espaços coletivos públicos, ainda há de se planejar espaços coletivos privados, especialmente quando o modelo habitacional é de unidades ou de

apartamentos individuais. Quais espaços comuns são desejados por residentes e os beneficiam? Quais são mais úteis se compartilhados e quais são melhores se privativos? Edifícios com unidades habitacionais podem incluir espaços comuns por andar, permitindo aos moradores a oportunidade de se reunir como uma unidade familiar ou para socializar e dar apoio uns aos outros, sem sacrificar a privacidade de suas próprias unidades (FIGURA 11).

FIGURA 11 – PLANTA DO PLAZA APARTMENTS



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

NOTA: habitação de interesse social em São Francisco, onde cada morador tem, além própria unidade habitacional, áreas comuns como salas de estar, lavanderia e deck.

Por fim, ambientes como cozinhas industriais, galpões, oficinas e áreas de trabalho com computadores podem funcionar como locais de trabalho e, conseqüentemente, renda para as moradoras do abrigo.

### 3.2.4 Maternidade

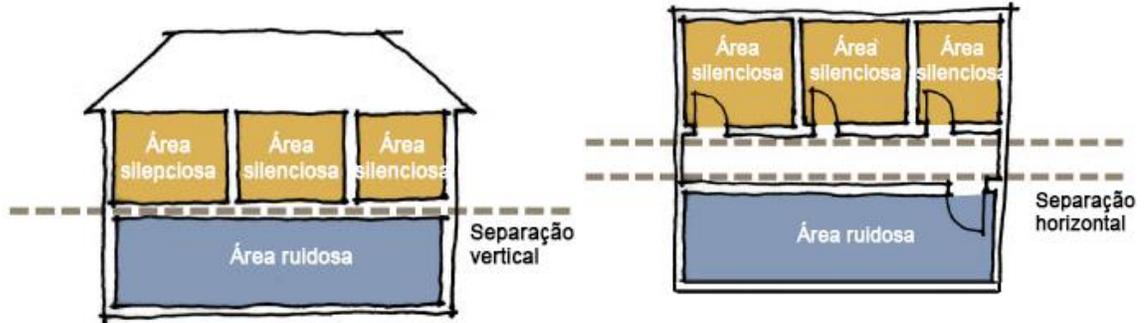
A visibilidade entre espaços comunitários permite que as mães vigiem os filhos sem necessariamente estar no mesmo espaço físico. Essa permeabilidade visual permite, assim, que crianças possam brincar enquanto a mãe está ocupada e dá suporte ao desenvolvimento da autonomia da própria criança. São conexões visuais importantes a se considerar: conexão entre cozinha e espaços comuns adjacentes, entre cozinha e espaço exterior, entre espaços comunitários internos e o espaço externo de brincar, entre quartos/unidades habitacionais e a lavanderia.

A criança abrigada também tem a necessidade de ambientes específicos para desenvolver suas atividades. Espaços acolhedores, livre de distrações – como áreas de estudo e leitura. Uma vez que a maioria das crianças em idade escolar terá tarefas de casa para produzir, necessitarão de áreas tranquilas e que incentivem o foco – também para a mãe que pode vir a ajudar na realização da tarefa. Essa necessidade também se encontra nos grupos de adolescentes abrigados, entre outras necessidades específicas. Uma pequena “sala de adolescente” pode incluir mesa de escritório, acesso à internet, televisão, música. O desafio de espaços pensados para adolescentes é reduzido quando o abrigo conta com apartamentos ou unidades individuais.

### 3.2.5 Harmonia

O controle acústico (FIGURA 12) tem grande importância no planejamento da Casa-Abrigo. As áreas ruidosas e de alto estímulo devem estar fisicamente separadas, minimizando o ruído e proporcionando privacidade. Vedação, estrutura das paredes, teto acústico ajudam a evitar a transferência do barulho entre ambientes.

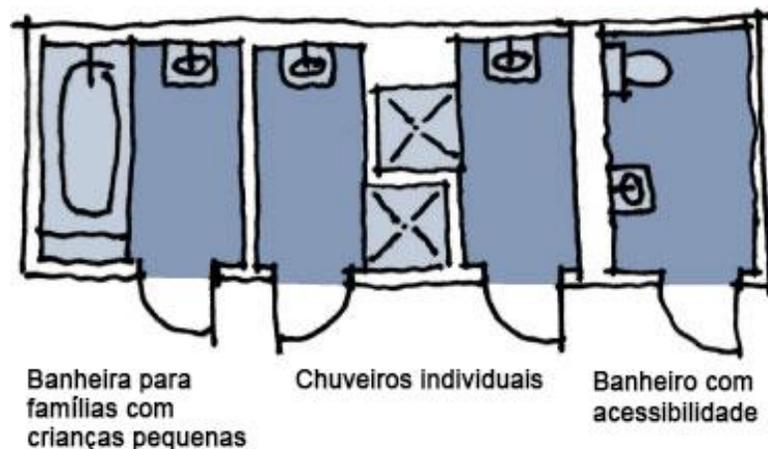
FIGURA 12 – ESQUEMA DE SEPARAÇÃO ENTRE AMBIENTES POR NÍVEL DE RUÍDO.



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

Banheiros amplos e privativos reduzem o stress e fortalecem a dignidade (FIGURA 13). Quando individuais ou em grande número, dão suporte às atividades parentais de rotina (como a preparação para a escola ou antes de dormir). O ideal é que cada família conte com seu próprio banheiro e que se enquadrem nas normas de acessibilidade. Além disso, os banheiros de espaços comunitários podem ter suas funções desmembradas; separar os sanitários das pias torna possível a utilização simultânea de várias pessoas.

FIGURA 13 – ESQUEMA DE BANHEIROS DIVERSOS PARA MORADORES.



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

Os acabamentos devem ser duráveis e fáceis de limpar, mas também podem ser quentes e convidativos, sem parecerem institucionais. Em geral, diferem-se de materiais comumente utilizados em casas de família, como a exemplo: madeira maciça, piso de superfície dura, carpete removível, banheiros e pias de porcelana, fibra de vidro em banheiras e box de chuveiros, mobiliário comercial e armários em aço inoxidável ou pedra projetada. Além disso, o uso da automação – como iluminação acionada por detectores de movimento – auxiliam no controle do gasto energético.

### 3.3 COZINHAS E REFEITÓRIOS

As cozinhas são polos de contato social e da vida familiar. Seus projetos são um grande desafio, principalmente em abrigos comunitários, no que diz respeito à limpeza e funcionalidade. É uma área que deve ser capaz de atender às necessidades de um grupo culturalmente diverso, com abordagens diferentes de comida.

#### 3.3.1 Empoderamento

Assim como no que diz respeito aos banheiros, a cozinha também existe, idealmente, em cada unidade individual de habitação. Assim se permite que os sobreviventes possam determinar o que e quando se alimentar, poder de decisão que podia ser controlado pelo agressor. Cozinhas individuais também reduzem conflitos religiosos ou éticos em relação aos alimentos.

Contudo, se as cozinhas comunitárias são inevitáveis, elas devem ser planejadas para o uso simultâneo. Amplos espaços de passagem (que levem em consideração o balanço das portas de aparelhos – em especial o da geladeira); bancadas generosas; fornos e fogões separados; várias pias; máquinas de lavar louça. Além disso, a cozinha comunitária exige grandes espaços de armazenamento.

Mobiliários modulares e flexíveis (FIGURA 14) permitem que os moradores decidam realizar refeições juntos ou separados. Mesas menores podem ser unidas para refeições em conjunto ou separadas se o objetivo for espaço pessoal.

FIGURA 14 – MOBILIÁRIOS MODULARES PERMITEM REARRANJO.



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

### 3.3.2 Segurança

A permeabilidade visual entre a cozinha comunitária e as áreas externas ou recreativas é importante pois permite que a supervisão das crianças seja feita mesmo enquanto a mãe realiza outras tarefas. Uma estratégia a ser adotada, por exemplo, é a localização do quarto de brinquedos ao lado da cozinha – dessa forma, crianças pequenas estão fisicamente próximas da responsável, porém longe do espaço congestionado da cozinha.

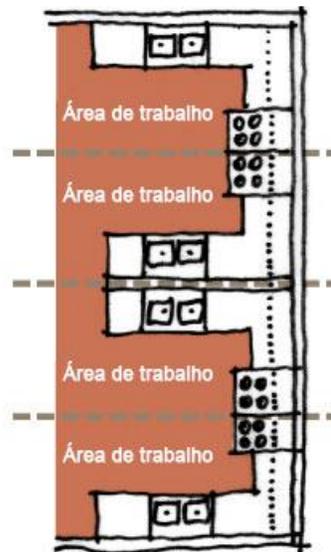
### 3.3.3 (Re)Conexão

A cozinha também pode ser o local de conquista de independência financeira. Em algumas comunidades, o preparo e a venda de comida tradicional é parte importante da economia feminina e já há programas que integram uma cozinha industrial (que não é utilizada no dia a dia) aos seus abrigos.

Alguns programas, como o YWCA Pierce County, p.e., permitem o acesso a uma grande cozinha industrial ou comercial que não é usada para cozinhar no dia-a-

dia. Estas podem aumentar as opções econômicas para as residentes, também quando disponibilizadas aulas de culinária. Na SAGE (Segurança, Defesa, Crescimento, e Empoderamento), um programa contra a violência doméstica em Wenatchee (EUA), um jardim é o coração do projeto, que cria um círculo comunitário de cuidado e empoderamento para as mulheres latinas vítimas de violência doméstica. A SAGE convoca “La Charla” (A Conversa): um grupo aprende a cultivar produtos no jardim; os produtos, combinados com recursos do banco de alimentos local, transformam-se em uma refeição em família semanal que ocorre antes de grupos de apoio para mulheres latinas e seus filhos; cozinhar e comer a refeição tem lugar na cozinha comercial de uma igreja local. Esta teia de cooperação criou um modelo de auto-capacitação poderoso: participantes estão nutrindo seus filhos, escrevendo um livro de receitas, decidindo o que elas querem aprender e trazendo pessoas para ensinar-lhes, e começando a alcançar outras mulheres em necessidade. O jardim serve como uma fonte de paz e refúgio, uma metáfora para a construção de relacionamentos em comunidade, e uma fonte de alimento. Pela jardinagem, culinária, alimentação e aprendendo em conjunto, as mulheres neste grupo criaram fortes sistemas de apoio mútuo, aumentaram suas habilidades, alimentaram seus filhos e abriram novos mundos (WSCADV, 2017).

FIGURA 15 – ESQUEMA DE DIVISÃO DE ÁREAS DE TRABALHO EM COZINHA COLETIVA



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

### 3.3.4 Maternidade

As cozinhas individuais (FIGURA 15) oferecem vantagens perante as coletivas também no que diz respeito à presença de crianças. Os espaços individuais são menos

congestionados e, portanto, são ambientes mais seguros para as crianças perto da mãe que cozinha – ou até mesmo da criança que participa da cocção.

O projeto deve incluir recursos de segurança para crianças, com principal preocupação em: áreas de armazenamento de facas e objetos pontiagudos, de produtos de limpeza, fogões e cabos e tomadas elétricas.

### 3.4 ESPAÇOS PRIVATIVOS

Em muitos casos de violência doméstica, as vítimas têm o espaço pessoal violado pelos agressores, tendo a vida privada negada. Isso interfere diretamente com a reflexão, o descanso e a ligação entre mães e filhos. Por essa razão, espaços privativos são de grande importância para os sobreviventes – são essenciais para a cura do trauma, a recuperação da autoestima e da maternidade. O espaço íntimo funciona como um santuário em cada abrigo.

#### 3.4.1 Empoderamento

Os quartos privados para mulheres e famílias facilitam a recuperação do trauma. Em um estudo realizado com foco na acessibilidade cultural dos abrigos em King County, Washington (EUA), constatou-se que a falta de privacidade ainda é um grande problema nos abrigos (LYON, BRADSHAW e MENARD, 2011 *apud*. WSCADV, 2017). As moradoras relataram sentir-se constantemente vigiadas e nunca ter tempo para si mesmas ou para estar com os filhos (KUMASAKA e TEST, 1992, *apud*. WSCADV, 2017).

Além disso, grupos de pesquisa da WSCADV com moradores de abrigos indicaram que a maioria prefere quartos individuais por oferecerem maior privacidade, redução do ruído, redução do constrangimento e melhoria na qualidade do sono. As sobreviventes falaram sobre o desejo de trancar a porta enquanto estão no quarto, bem como quando não estão.

Deve-se levar em consideração que os perpetradores da violência doméstica frequentemente exigem disponibilidade física, psicológica e sexual em todos os

momentos, negado às suas vítimas o direito de estabelecer limites. Sobreviventes e seus filhos podem ter sido acordados no meio da noite em meio a uma confusão ou sendo violentados, agredidos. A capacidade de sentir-se segura e em controlar o ambiente que a circunda (quando ser social, quando estar sozinha, quando estar apenas com os filhos) facilitam a cura do trauma e do abuso. A certeza de que ninguém adentrará o quarto enquanto estão dormindo também aumenta a sensação de segurança. Em abrigos comunitários, o espaço íntimo, silencioso, proporciona refúgio.

Esses espaços privativos devem trazer inspiração tanto quanto bem-estar. Construir ambientes bonitos não apenas diz respeito a materiais e acabamentos caros ou luxuosos, mas sim na utilização cuidadosa da cor, proporção, textura. As cores podem ter associações positivas e fazer de um espaço um local acolhedor, amigável, familiar.

Também nestes espaços a flexibilidade do mobiliário é desejada. Painéis e cortinas deslizantes, sofás e camas rebatíveis, além de mobiliário móvel podem ser utilizados para ocultar a desordem e pertences pessoais. O espaço aberto para funções de socialização, não apenas para o descanso dos abrigados, permite a privacidade entre os membros da família. Além disso, a iluminação dos quartos deve ser abundante, contribuindo para a sensação de conforto do residente (INSTITUTE OF HUMAN CENTERED DESIGN *apud*. WSCADV, 2017).

### 3.4.2 Segurança

O Centro Nacional de Habitação Saudável enumera uma série de estratégias para o projeto saudável (FIGURA 16):

- a. Uma construção hermética, com janelas e fundações isoladas, minimiza a entrada de partículas e alergênicos que contaminam o ar. A construção hermética também reduz a penetração de umidade e inibe o crescimento de fungos e mofo;
- b. Ventilação mecânica remove o ar viciado e filtra o ar fresco de entrada. Os filtros devem ser trocados periodicamente, bem como passar pela manutenção necessária para que se garanta o bom funcionamento do sistema;

- c. Sistema de aquecimento a água quente, em oposição àqueles de ar forçado, para reduzir as partículas transportadas pelo ar;
- d. Uso de venezianas em vez de cortinas para reduzir a poeira;
- e. Linóleo em vez de tapetes para reduzir o acúmulo da poeira;
- f. Utilização de tintas, calefação e selantes de baixa emissão de compostos orgânicos voláteis.

FIGURA 16 – PERSPECTIVA AXONOMÉTRICA DE UNIDADE HABITACIONAL DO PLAZA APARTMENTS



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

O Plaza Apartments utiliza materiais de acabamento simples e duráveis, cujo tratamento é livre de formaldeídos. As cozinhas têm piso de linóleo, os carpetes podem ser facilmente removidos e substituídos e as tintas utilizadas não têm compostos orgânicos voláteis. Além disso, os arquitetos também lançaram mão de outras estratégias sustentáveis, como

- a. Sistema de ventilação – fachadas ventiladas (para eficiência energética) e janelas operáveis com ventilação mecânica (para garantir a qualidade do ar);

- b. Piso do banheiro – os banheiros têm piso de borracha, material natural e renovável;
- c. Piso da sala/do quarto – o carpete é feito de material 45% reciclável;
- d. Aquecimento – radiador hidráulico de parede.

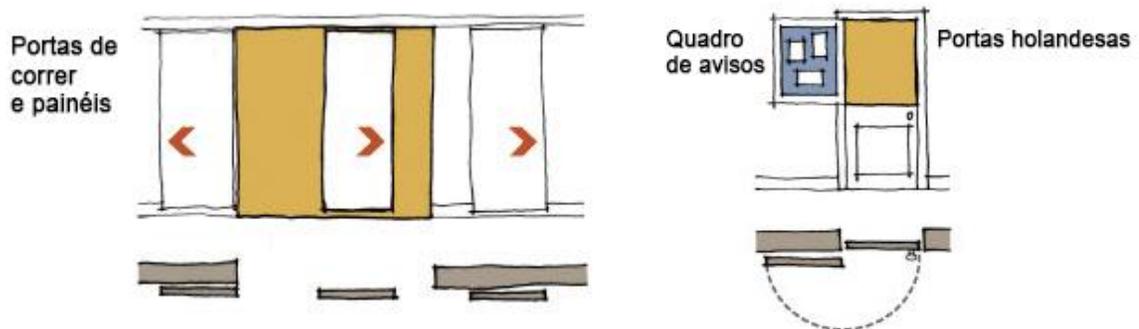
### 3.4.3 (Re)Conexão

Os quartos privativos possibilitam que as abrigadas possam escolher quando receber outras pessoas em seu espaço íntimo.

Moradoras que vivem em programas com unidades individuais comentaram sobre o quanto valorizavam serem capazes de convidar uma a outra para um chá, uma conversa, ou uma refeição. Elas apreciavam o controle que tinham sobre seus contatos sociais e seus filhos (WSCADV, 2017).

Uma estratégia a adotar é a utilização de portas holandesas, biombos e persianas nas entradas para espaços privativos. Isso permite que os residentes controlem seu ambiente e seu nível de engajamento social, sinalizando sua abertura à socialização espontânea (FIGURA 17).

FIGURA 17 – ESQUEMA DE FECHAMENTOS PARA ÁREA PRIVATIVA



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

### 3.4.4 Maternidade

As unidades residenciais individuais oferecem oportunidades para que as famílias estabeleçam ruma rotina, relaxem e comam juntos, fortalecendo laços entre mães e filhos, o que resulta em uma família mais saudável. Uma pesquisa do Centro de Estudos de Políticas de Habitação revelou que as condições de vida em espaços comunais causam:

(...) taxas de graduação reduzidas para os jovens; atrasos no desenvolvimento cognitivo das crianças, particularmente entre as idades de 1-5 anos; aumento da pressão arterial; aumento de sentimentos de desesperança; relações mãe-filhos depreciadas; e aumento do sofrimento psíquico (Center for Housing Policy Study *apud*. WSCADV, 2017).

Além disso, residentes relataram maior dificuldade em realizar tarefas parentais fundamentais (preparar refeições, escolher a quem as crianças estariam expostas, preparar os filhos para a escola e/ou dormir, ajudar nas tarefas de casa, ler, jogar) em ambientes comunais cheios e agitados.

Entretanto, espaços com instalações compartilhadas tornam possível acomodar famílias grandes, várias famílias pequenas ou indivíduos (FIGURA 18).

FIGURA 18 – EXEMPLO DE UNIDADE COLETIVA



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

### 3.4.5 Harmonia

A escala do edifício, ao configurar alojamentos compartilhados, está inversamente relacionada à qualidade da vida comunitária. Quanto maior o tamanho do abrigo, maior a diversidade cultural de seus abrigados e o gerenciamento da vida comunitária se dificulta.

Quanto maior o abrigo, mais provável que as moradoras relatem alguns problemas durante a sua estadia. No geral, 83% das sobreviventes concordaram quando perguntadas se o espaço as fez sentirem-se confortáveis (p. 16). Conforme o tamanho do abrigo e a capacidade de camas aumenta, a porcentagem de inquiridas que concordam com este item tende a diminuir, e os problemas com privacidade, a aumentar. Em geral, as sobreviventes em abrigos menores (menos de 10 cama) relataram níveis mais elevados de satisfação com o pessoal, recebendo a ajuda de que precisavam, e menos problemas do que as sobreviventes em abrigos maiores (p. 60). Os problemas com privacidade eram mais frequentes em abrigos maiores, com apenas 7% das pessoas relatando problemas de privacidade em abrigos com 5 a 10 camas, 11% das pessoas em abrigos com menos de 5 camas, 21% das pessoas em abrigos com 31 a 40 camas e 27% das pessoas em abrigos com 16 a 20 camas (LYON, 2011, p.108, *apud*. WSCADV, 2017).

## 3.5 ÁREA DE FUNCIONÁRIOS

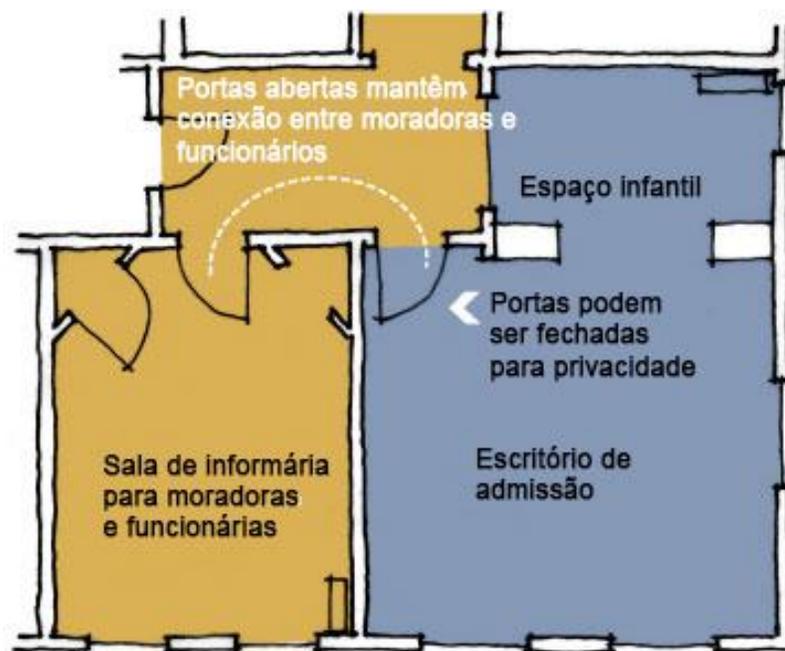
Os funcionários de uma Casa-Abrigo precisam ter habilidades que incluem a diplomacia, a capacidade de intervir em crises, a resolução criativa de problemas, escrita, sintetização de informações, cultivo de relacionamentos e compreensão dos sistemas de serviços jurídicos e sociais. Áreas de trabalho funcionais que permitam à estas pessoas a devida atenção e cuidado na qualidade do trabalho realizado podem ter impactos positivos na moral do abrigo.

Os ambientes têm uma necessidade de privacidade elevada, portanto, sugere-se que as áreas recebam tratamento acústico, bem como sejam visualmente separados das áreas comuns e privativas. As salas de conferência podem ser utilizadas para conversas confidenciais com as residentes, lidar com situações de crises, reunião entre funcionários e supervisores. Janelas com persianas no interior permitem que os usuários bloqueiem o acesso visual quando privacidade for necessária.

A colocação de salas com acesso a computadores em locais próximos às áreas de administração pode encorajar a interação entre funcionários e abrigadas. Para muitas das sobreviventes reconectar-se com os novos e antigos grupos de apoio é facilitado através do uso de e-mails e redes sociais. O acesso online também abre portas para a obtenção de trabalhos, benefícios públicos, habitação e informação. Elas também podem se beneficiar da ajuda das prestadoras de serviço, que auxiliam em tarefas como a produção de CV's, procura por postos de trabalho, etc. Com frequência, mulheres também chegam ao abrigo com computadores e smartphones, então a existência de zonas wifi nas áreas comunitárias pode incentivar a interação (FIGURA 19).

Além disso, espaços para crianças também devem existir próximos ao espaço administrativo – para que a criança possa manter contato visual com a mãe, mas não consiga ouvir todos os detalhes que ela pode ter para discutir com os assistentes.

FIGURA 19 – EXEMPLO DE SALA DE INFORMÁTICA JUNTO AO ESCRITÓRIO.



FONTE: ADAPTADO DE BUILDING DIGNITY, WSCADV (2017)

## 4 ESTUDO DE CORRELATOS

Os correlatos aqui selecionados têm por objetivo nortear o desenvolvimento do projeto prático no próximo semestre. Foram selecionados três projetos diferentes: a Casa-Abrigo *KWIECO*, o abrigo e residência para pessoas em situação de rua *Bud Clark Commons* e a Casa-Abrigo *Veilige Veste*. Todos os três estudos trazem uma contribuição em comum, que é o auxílio na constituição do programa de necessidades.

A Casa-Abrigo *KWIECO*, em Moshi, Tanzânia, foi escolhida por se tratar de um abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica não-sigiloso. Em virtude disso, para garantir a privacidade das mulheres e crianças abrigadas, o projeto lança mão de diversas técnicas alternativas, em especial a cuidadosa escolha para a implantação e a abertura dos quartos para um pátio central.

A escolha do *Bud Clark Commons* se deu em virtude da sua inserção na cidade (um contexto urbano e central), além da proposta inovadora de união dos três elementos que compõem o projeto (abrigo emergencial, centro-dia e habitação de interesse social). Trata-se de um abrigo completo – inicia-se pela prestação de serviços básicos (higiene, saúde, educação) àqueles que necessitam, pelo abrigamento e assistência àqueles que querem deixar a condição atual e, por fim, providencia habitação permanente após a transição.

Por fim, a escolha pelo abrigo *Veilige Veste* se deu pelas estratégias de segurança adotadas para salvaguardar as mulheres abrigadas. O abrigo vai contra as antigas referências de abrigo – locais afastados e escondidos, sigilosos –, evitando que, assim, a pessoa abrigada acabe afastada da sociedade.

#### 4.1 CASA-ABRIGO KWIECO

FIGURA 20 – FOTO DA PRIMEIRA ETAPA DA CASA-ABRIGO



FONTE: JUHA ILONEN (2015)

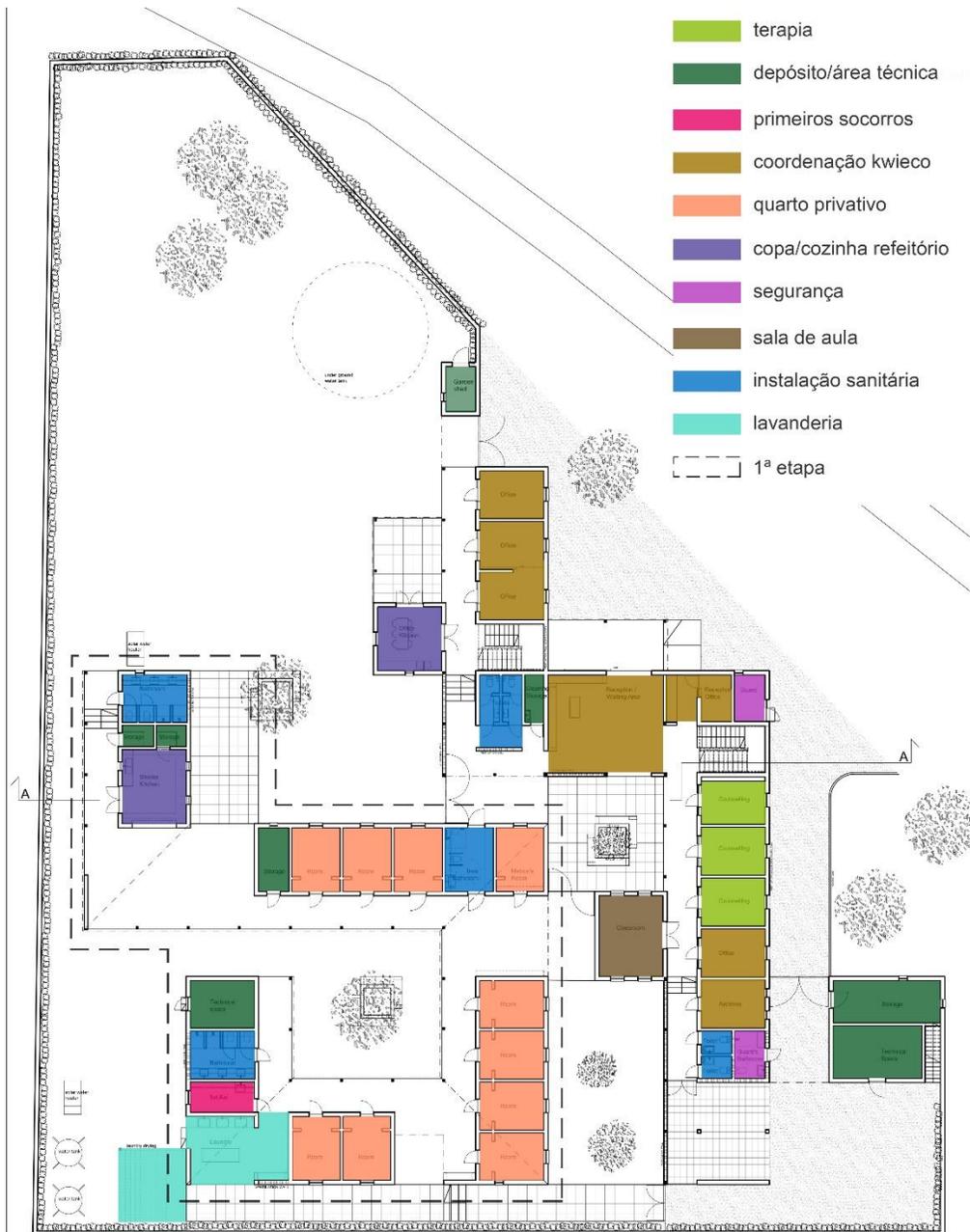
Localização: Moshi, Tanzânia  
Arquitetura: Hollmen Reuter Sandman Architects  
Ano de construção: 2015  
Área construída: 423m<sup>2</sup>

A Organização de Consultoria e Intercâmbio de Informações das Mulheres do Kilimanjaro (KWIECO), fundada em 1987, presta aconselhamento legal, social, econômico e de saúde às mulheres do Kilimanjaro – mulheres que, como no resto do continente africano, estão altamente vulneráveis às violações de seus direitos à vida, à liberdade e à segurança. A violência contra a mulher é permitida por atitudes sociais e culturais, e a lei não é capaz de salvaguardá-las das agressões, nem de promover gozo pleno de seus direitos fundamentais (ARCHDAILY, 2015).

A sociedade tanzaniana ainda é muito patriarcal, especialmente na região do Kilimanjaro, e costumes antigos ainda são fortes: meninas se casam e têm filhos cedo, mulheres não podem ter propriedades e a mutilação genital feminina é realizada (MASUKA, 2014).

Em conjunto com a ONG Ukumbi (organização finlandesa que oferece serviços de arquitetura a comunidades carentes), desenvolveram o projeto da Casa-Abrigo KWIECO (FIGURA 21 E 22), apresentada ao Ministério de Negócios Estrangeiros da Finlândia, que financiou a construção da primeira etapa do edifício (UKUMBI, 2017).

FIGURA 21 – TÉRREO, SEM ESCALA.



FONTE: ADAPTADO DE HOLLMÉN REUTER SANDMAN ARCHITECTS (2017)

FIGURA 22 – 2º PAVIMENTO



FONTE: ADAPTADO DE HOLLMÉN REUTER SANDMAN ARCHITECTS (2017)

O programa se divide em volumes soltos e independentes, articulados de modo a gerar vazios internos que organizam quatro pátios (FIGURA 23). Uma grande cobertura metálica conecta os blocos construídos, formando grandes beirais para sombreamento e proteção das circulações. O conjunto de blocos amarelos não tem grandes pretensões artísticas, buscando, através de sua simplicidade, focar-se na capacitação da comunidade à qual atende (FRASER, 2016).

FIGURA 23 – IMAGENS DO PÁTIO CENTRAL



FONTE: FONTE: JUHA ILONEN (2015)

A primeira etapa do abrigo (única construída até agora) conta com dez quartos individuais (que podem receber uma família cada um), três instalações sanitárias (FIGURA 25c) – sendo uma delas adaptada para normas de acessibilidade – e um fraldário, uma lavanderia comunitária, uma cozinha refeitório (FIGURA 25a) com áreas adjacentes de depósito de alimentos e de resíduos sólidos, depósito e área administrativa. Na segunda etapa do projeto, para a qual a KWIECO está arrecadando fundos, estão previstas salas administrativas (onde funcionarão as dependências da própria organização), arquivos, salas para terapia, sala para educação comunitária e capacitação pessoal. A construção da segunda etapa será entre a avenida que faz frente ao terreno e a construção atual; visa-se, dessa forma, isolar as áreas privativas do edifício atual.

O lote tem todo seu perímetro rodeado por cercas, sobre as quais crescem trepadeiras para aumentar a privacidade do abrigo. A cobertura e a caixa d'água têm estrutura metálica, embora nos volumes edificadas o sistema construtivo seja a alvenaria de tijolos. Os pisos são de cimento queimado, as esquadrias de madeira e bambu, e as paredes contam com elementos vazados e com garrafas translúcidas de vidro colorido.

FIGURA 24 – ACESSO PARA A CASA-ABRIGO KWIECO



FONTE: FONTE: JUHA ILONEN (2015)

A implantação da primeira etapa do conjunto, que consiste principalmente nas áreas privadas do programa (FIGURA 25b), dá-se na porção mais interna do terreno, buscando a maior distância da avenida de acesso. Abrem-se os volumes para um pátio central, protegendo a construção das atividades externas e aumentar sua privacidade.

FIGURA 25 – ESPAÇOS INTERNOS: COZINHA, QUARTO PRIVATIVO E INSTALAÇÃO SANITÁRIA



FONTE: JUHA ILONEN (2015)

O projeto do escritório Hollmén Reuter Sandman Architects respeita a cultura local e a hierarquia espacial. Empregou-se materiais, mão de obra e conhecimento locais, bem como energias renováveis (o aquecimento de água é feito através de aquecedores solares *low-tech*). Aberturas zenitais garantem a iluminação diurna, visando reduzir custos com energia elétrica. As áreas cobertas externas podem ser utilizadas para encontros ou seminários em todo o ano, ao mesmo tempo em que os vazios formados promovem ventilação natural com o ar que atravessa o prédio (FIGURA 26).

FIGURA 26 – OS VAZIOS ENTRE VOLUMES CONSTRUÍDOS CONFIGURAM ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA



FONTE: FONTE: JUHA ILONEN (2015)

Além disso, para que a construção fosse vista como pertencente às pessoas daquele local, o projeto teve um processo participativo, com contribuição dos usuários.

## 4.2 BUD CLARK COMMONS

FIGURA 27 – FOTO DO BUD CLARK COMMONS, FACHADAS NAS RUAS NW HOYT E NW BROADWAY



FONTE: CHRISTIAN COLUMBRES (2012)

Localização: Portland, Oregon, Estados Unidos

Arquitetura: Holst Architecture

Ano de construção: 2011

Área construída: 9850m<sup>2</sup>

A agência governamental *Home Forward* é o órgão público responsável pela criação do maior número de habitações de interesse social do estado do Oregon. Em conjunto com o órgão não-governamental, o *Transition Projects Inc.* (agência assistencialista que presta serviços à comunidade), desenvolvem o abrigo Bud Clark Commons. Projetado pelo escritório norte americano Holst Architects, o edifício une as missões dos dois órgãos contratantes, oferecendo serviço de abrigo e de habitação de interesse social. É uma peça central no Plano de dez anos para acabar com o problema da falta de moradia de Portland.

O partido do edifício combina três elementos diferentes, mas com missões semelhantes. No embasamento, o volume composto por grandes folhas de vidro, recebem os serviços relativos ao abrigo emergencial, bem como o centro-dia de atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Já a torre de cinco pavimentos divide-se em dois volumes (de tijolo claro e escuro) e comporta 130 unidades habitacionais, além de áreas comuns e de serviço. Desta forma, o Bud Clark Commons estabelece um novo padrão para os serviços públicos, ao combinar a habitação de interesse social com um centro de recursos para a comunidade (ARCHDAILY, 2011).

Localizado na entrada do centro de Portland, perto da histórica estação Union Station e às margens do Pearl District (bairro caracterizado pelo uso-misto de suas construções e habitações de alta renda), o Bud Clark Commons tem localização privilegiada (FIGURA 28).

FIGURA 28 – SITUAÇÃO DO EDIFÍCIO E SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO ENTORNO, POR USO



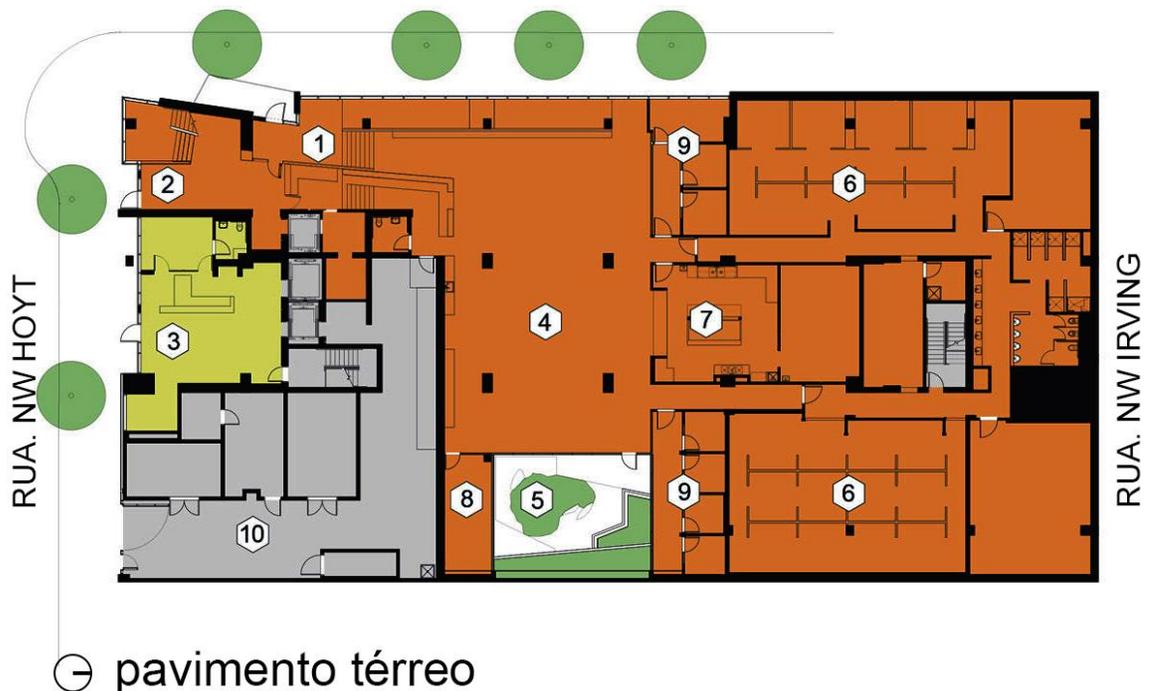
FONTE: A AUTORA (2017).

Altamente integrado ao sistema de transporte, em seu entorno encontram-se três modalidades transporte público (veículo leve sobre trilhos, trens e ônibus). Essa integração resultou na supressão intencional das áreas de estacionamento do programa, visando incentivar o uso do transporte alternativo.

O acesso ao abrigo emergencial, à torre habitacional e o acesso de funcionários se dá abaixo da cota de soleira, ao sul do terreno. O lote apresenta uma grande inclinação no sentido Norte-Sul (da rua NW Irving para a rua NW Hoyt), grande o bastante para que o acesso (do centro-dia) ao norte do edifício se situe, na realidade, no 2º pavimento (FIGURA 30).

O pavimento térreo, na verdade subsolo, recebe o primeiro elemento programático, o abrigo emergencial temporário. Nele funcionam 90 camas para o acolhimento de homens em situação de rua (FIGURA 29).

FIGURA 29 – PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO



FONTE: ADAPTADO DE ARCHDAILY (2011)

LEGENDA: 1. Acesso do abrigo / 2. Acesso doações e funcionários / 3. Acesso residencial / 4. Área comum do abrigo / 5. Pátio privado / 6. Quarto comunitário / 7. Cozinha / 8. Academia / 9. Terapia / 10. Doca e depósitos

O embasamento do edifício também é composto pelo elemento do centro-dia (FIGURA 31 E 32), cujo acesso acontece pela praça ao norte do terreno (FIGURA 36b). Lá os usuários têm acesso a serviços como o centro de higiene (chuveiros e lavanderias), terapia, correspondências, centro de informática com acesso à internet, biblioteca, centro médico e barbearia. Na área comum do centro-dia (FIGURA 30A), o pé-direito duplo recebe iluminação direta pelas amplas janelas do piso ao teto.

A torre habitacional (FIGURAS 32 E 33) dispõe de 130 estúdios, sendo 9 unidades adaptadas para atender a pessoas com mobilidade reduzida – os estúdios têm, em média, aproximadamente 33m<sup>2</sup> cada e 35m<sup>2</sup> a unidade adaptada. São apartamentos eficientes (FIGURA 30b), confortáveis e fáceis de manter (ARCHDAILY, 2011). Há, também, um cuidado no design do mobiliário, que é tratado para ser resistente à insetos e um armário que funciona também como rack de bicicleta. Além disso, o pavimento tem uma sala/cozinha comunitária, além de espaços reservados para a terapia/aconselhamento.

FIGURA 30 – IMAGENS DA ÁREA COMUNITÁRIA/REFEIÇÕES DO CENTRO-DIA (A) E DO APARTAMENTO PRIVATIVO (B)



FONTE: SALLY SCHOOLMASTER (2011)

FIGURA 31 – PLANTA DO 2º PAVIMENTO



FONTE: ADAPTADO DE ARCHDAILY (2011)

LEGENDA: 1. Acesso do abrigo dia / 2. Pátio público / 3. Área comunitária / 4. Centro comunitário / 5. Centro de higiene / 6. Terapia

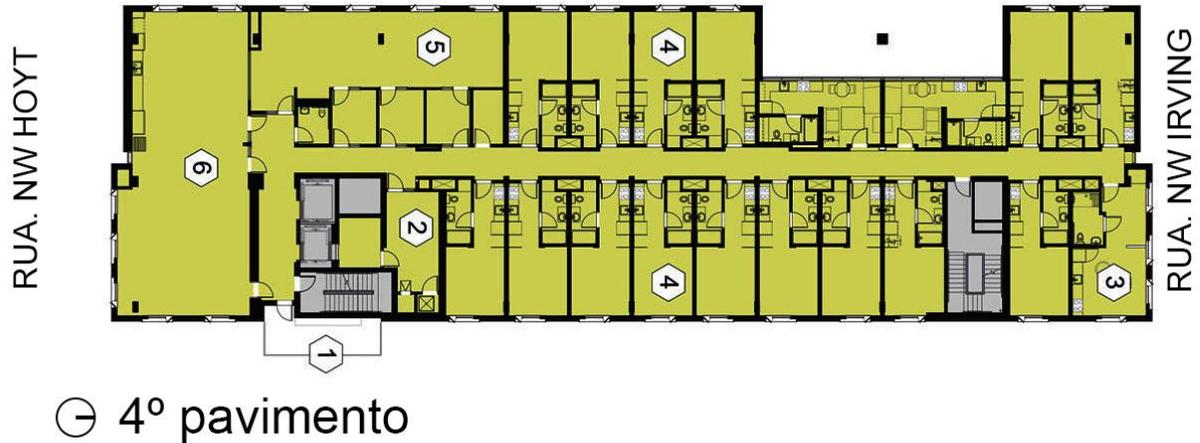
FIGURA 32 – PLANTA DO 3º PAVIMENTO



FONTE: ADAPTADO DE ARCHDAILY (2011)

LEGENDA: 1. Estúdio de arte / 2. Varanda para o jardim / 3. Administração / 4. Community Courtroom

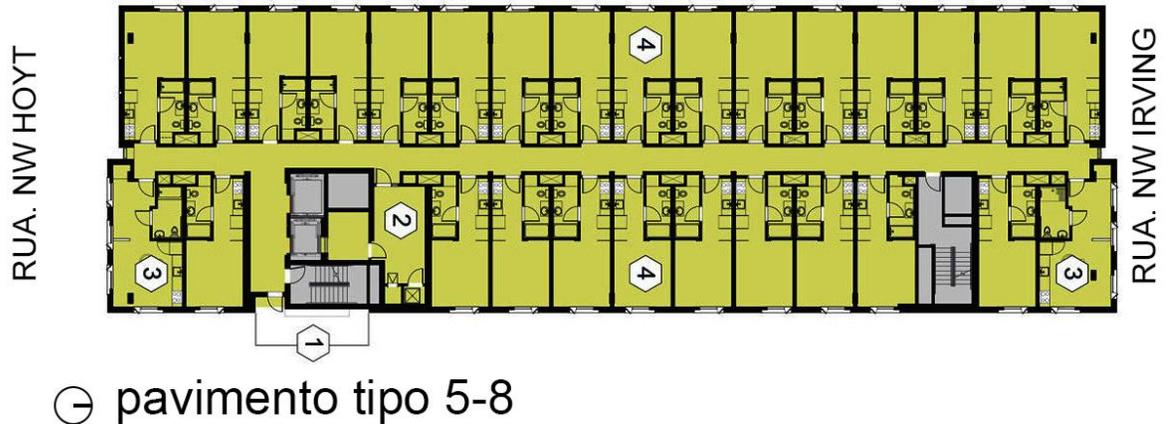
FIGURA 33 – PLANTA DO 4º PAVIMENTO



FONTE: ADAPTADO DE ARCHDAILY (2011)

LEGENDA: 1. Sacada comunitária / 2. Lavanderia / 3. Apartamento acessível / 4. Apartamento / 5. Terapia / 6. Sala comunitária.

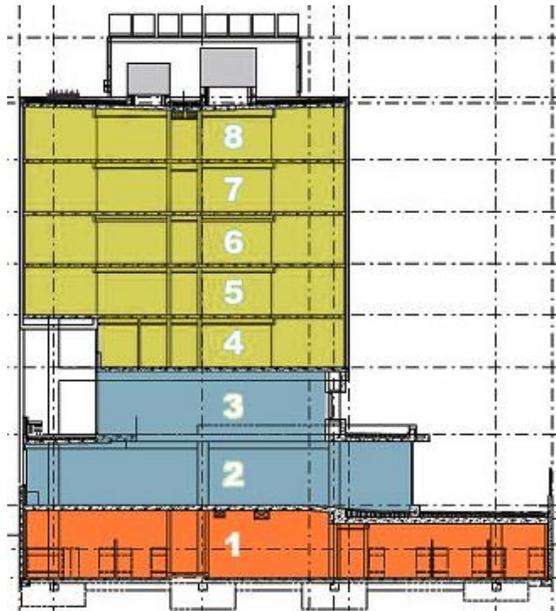
FIGURA 34 – PLANTA PAVIMENTO TIPO 5º AO 8º PAVIMENTO



FONTE: ADAPTADO DE ARCHDAILY (2011)

LEGENDA: 1. Sacada comunitária / 2. Lavanderia / 3. Apartamento acessível / 4. Apartamento

FIGURA 35 – CORTE COM INDICAÇÃO DE SETORIZAÇÃO DEFINIDA POR PAVIMENTO



FONTE: ADAPTADO DE HUD USER (2017)

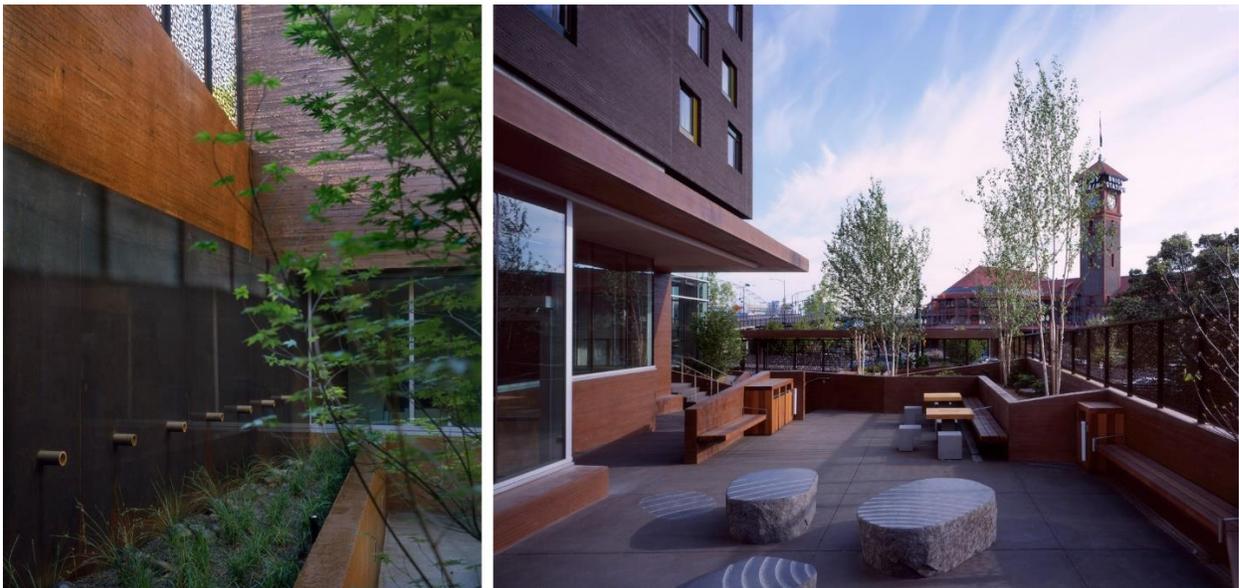
O projeto, que inicialmente ocupava toda a área do quarteirão, foi reduzido para formar um único prédio de oito andares e estrutura de concreto armado. Com uma menor taxa de ocupação (além do gasto com a compra do terreno ter sido reduzido), a construção atingiu altura mais próxima à máxima permitida por legislação e a maior densidade também se manteve mais próxima da densidade planejada para o local.

Com selo LEED Platinum, há na construção diversas estratégias (FIGURA 37) visando a sustentabilidade (AIA, 2017):

- a. Arquitetura bioclimática – o aquecimento das unidades habitacionais é realizado pelo próprio calor do corpo e dos equipamentos ali instalados. Para reduzir a necessidade de recursos energéticos não-renováveis a equipe incorporou estratégias como o aquecimento de água por painéis solares, a ventilação com recuperação de calor. Além disso, os pátios situam-se onde a exposição à luz solar será máxima – hoje em dia e no futuro, quando os lotes adjacentes estiverem ocupados.

- b. Sistema de ventilação – especialmente para esse tipo de projeto, há uma importância muito grande na ventilação para evitar doenças tal como a tuberculose. Por isso, os espaços de reunião e de convívio/comunitários exigiram estratégias de ventilação por deslocamento (ou efeito chaminé) – isso garante qualidade aos abrigados sem sacrificar o conforto.
- c. Reuso de águas pluviais e cinza – o sistema de tratamento de águas pluviais está integrado aos pátios que compõem o edifício. A chuva, coletada nos telhados, acumula-se nos “*bioswales*” (FIGURA 36a) – elementos de paisagismo que removem lodo e poluição da superfície da água. Além disso, também é feita a coleta de água-cinza, que capta as águas dos chuveiros e máquina de lavar para utilizar nos sanitários.

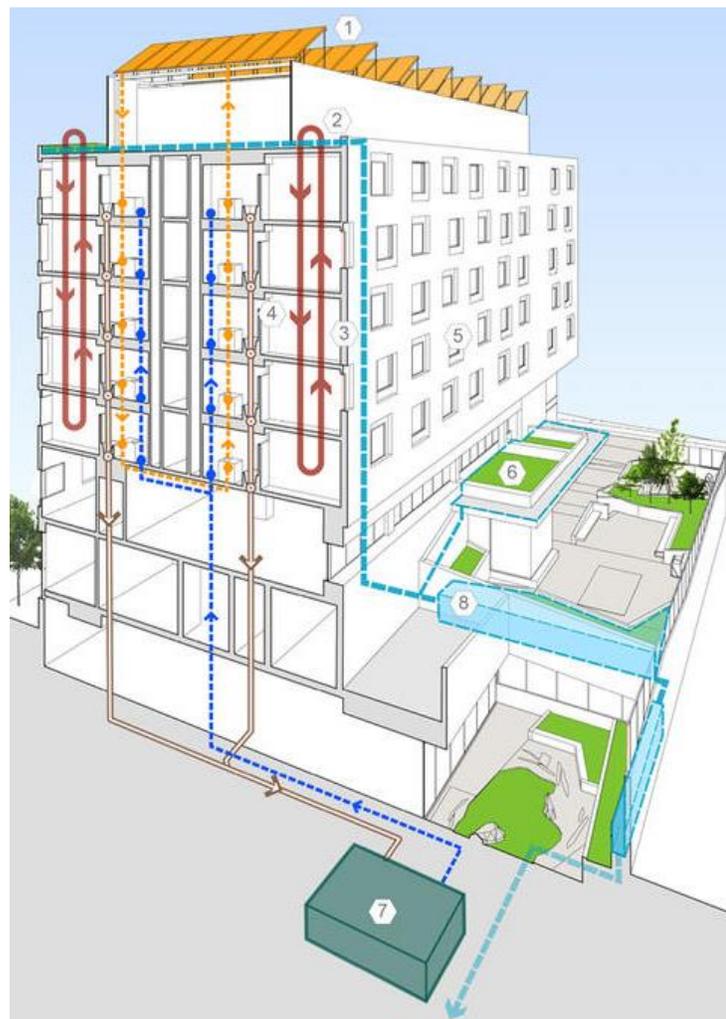
FIGURA 36 – IMAGENS DOS CANTEIROS *BIOSWALES* E DO PÁTIO DE ACESSO AO CENTRO-DIA



FONTE: SALLY SCHOOLMASTER (2011)

- d. Eficiência energética – o BCC possui um dos maiores sistemas de aquecimento solar de água no noroeste do Pacífico, capaz de satisfazer 80% das necessidades de água quente do edifício. O invólucro térmico, uma camada de controle de fluxo do calor, reduz a perda de calor do edifício. Já nas unidades habitacionais o sistema de ventilação utilizado permite a recuperação de calor.

FIGURA 37 – ESQUEMA ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE



FONTE: AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS (2017)

LEGENDA: 1. Aquecimento solar de água / 2. Sistema de ventilação com recuperação de calor / 3. Invólucro de alta performance / 4. Janelas internas nos banheiros / 5. Janelas de fibra de vidro / 6. Telhado verde / 7. Reuso de águas cinzas / 8. bioswales

A escolha dos materiais se deu principalmente por sua capacidade de melhorar a saúde dos habitantes, pela sua durabilidade e facilidade de manutenção e seu uso energético. Os dois pátios são compostos por materiais duráveis (concreto pintado e aço corten). Os materiais utilizados no restante do edifício são de fontes locais ou produzidos de maneira sustentável (os tijolos que recobrem as fachadas, o concreto da estrutura, a madeira utilizada no interior do edifício).

#### 4.3 VEILIGE VESTE

FIGURA 38 – IMAGEM DO ACESSO AO ABRIGO



FONTE: DUTCH DESIGN DAILY (2015)

Localização: Leeuwarden, Holanda  
Arquitetura: KAW Architecten  
Ano de construção: 2012  
Área construída: 5340m<sup>2</sup>

A *Fier* é uma organização nacional holandesa dedicada à prevenção da violência, bem como a prestação de assistência àqueles que são, ou foram, vítimas de violência doméstica, sexual ou tráfico humano. A *Fier* fornece cuidados, apoio e tratamento a crianças, adolescentes e adultos, com especialidade em atender casos em que existe ameaça séria à vítima. Dentro da *Fier*, a organização responsável pelo atendimento às vítimas do tráfico de pessoas é a CKM (Centro de combate ao tráfico de crianças e adultos).

O escritório holandês KAW Architecten foi responsável pelo projeto do novo abrigo para mulheres vítimas do tráfico humano, que teve como conceito a ousadia, a coragem e a segurança. Três anos depois, o mesmo escritório projetou o espaço físico do CKM, em terreno adjacente ao do abrigo *Veilige Veste* (FIGURA 39). Desta forma, além da localização física próxima ao edifício de acolhimento, parte do programa de atendimento às pessoas acolhidas também é realizada na sede da CKM.

FIGURA 39 – SITUAÇÃO DO EDIFÍCIO – SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NO ENTORNO, POR USO



FONTE: A AUTORA (2017)

Localizado à sudeste do centro de Leeuwarden, seu entorno é tipicamente residencial, principalmente na porção sul, enquanto ao norte ocorrem grandes centros de comércio e logística.

O abrigo, que é a nova casa para mulheres de todas as partes do mundo, é também o primeiro projeto específico de Casa-Abrigo para vítimas deste crime. Antes, os abrigos eram em locais adaptados, em casas anônimas e afastados dos centros urbanos. O objetivo dessa nova abordagem é interromper o medo que estas mulheres sentem de seus agressores ao diminuir o poder que estes exercem sobre as mesmas. “Veilige Veste” significa, literalmente, “fortaleza segura”.

O edifício é resultado da reforma de um edifício policial dos anos 1970. O prédio de três andares é setorizado de modo que as atividades de serviço e assistência ocorram no térreo (FIGURA 40) e as áreas privadas nos pavimentos 2 e 3 (FIGURA 41).

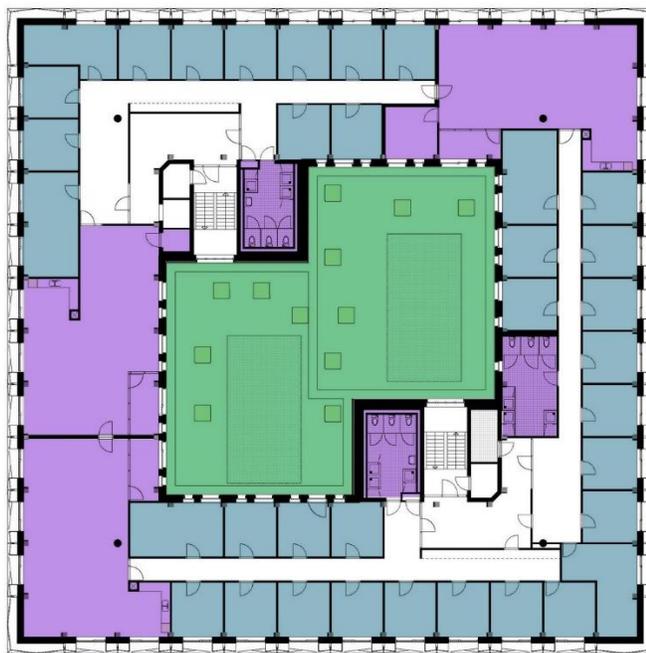
FIGURA 40 – PLANTA DO PAVIMENTO TÉRREO



FONTE: ADAPTADO DE KAW ARCHITECTEN (2012)

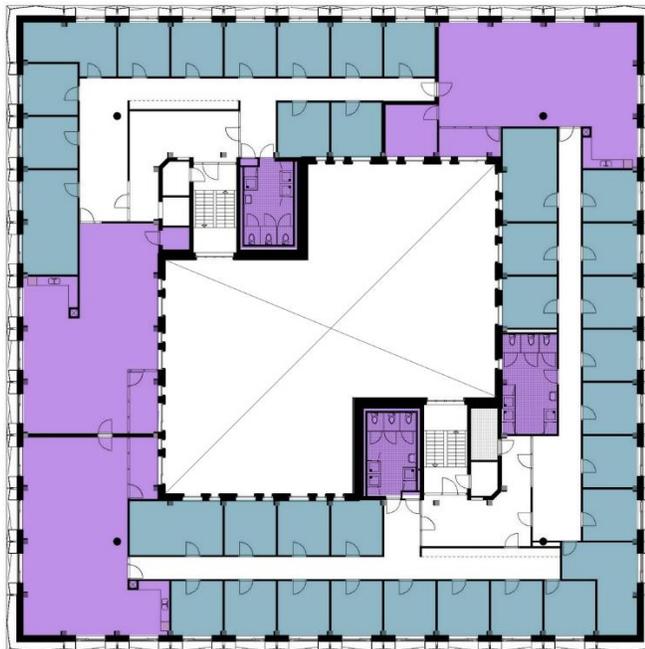
LEGENDA: 1. Acesso abrigo / 2. Acesso funcionários / 3. Acesso subsolo (veículos) / 4. Acesso subsolo (pedestres).

FIGURA 41 – PLANTA DO 2º E 3º PAVIMENTO



- área privativa
- área comunitária
- terraço

2º PAVIMENTO



3º PAVIMENTO

FONTE: ADAPTADO DE KAW ARCHITECTEN (2012)

A construção tem planta quadrada e, no pavimento térreo, ocupa toda a projeção desse quadrado, totalizando 1600m<sup>2</sup>. Enclausurado, no centro do edifício, estão as funções administrativas e assistenciais. A ventilação e iluminação destes ambientes é feita por aberturas zenitais ligadas ao terraço central (FIGURA 42), no segundo pavimento.

FIGURA 42 – (A) IMAGEM DO TERRAÇO CENTRAL E (B) IMAGEM DO ESPAÇO COMUNITÁRIO COM VISTA PARA O TERRAÇO



FONTE: DUTCH DESIGN DAILY (2015)

No segundo e terceiro pavimento a planta se desenvolve em torno de um vazio central, o terraço/pátio central. Os quartos são pequenos (FIGURA 43b), comportando apenas uma cama, armário e escrivaninha. Todos os outros espaços (estar, cozinha, i.s.) são compartilhados (FIGURA 43a). Ao total, o Veilige Veste tem capacidade para receber 46 mulheres que são divididas em seis grupos (3 por pavimento).

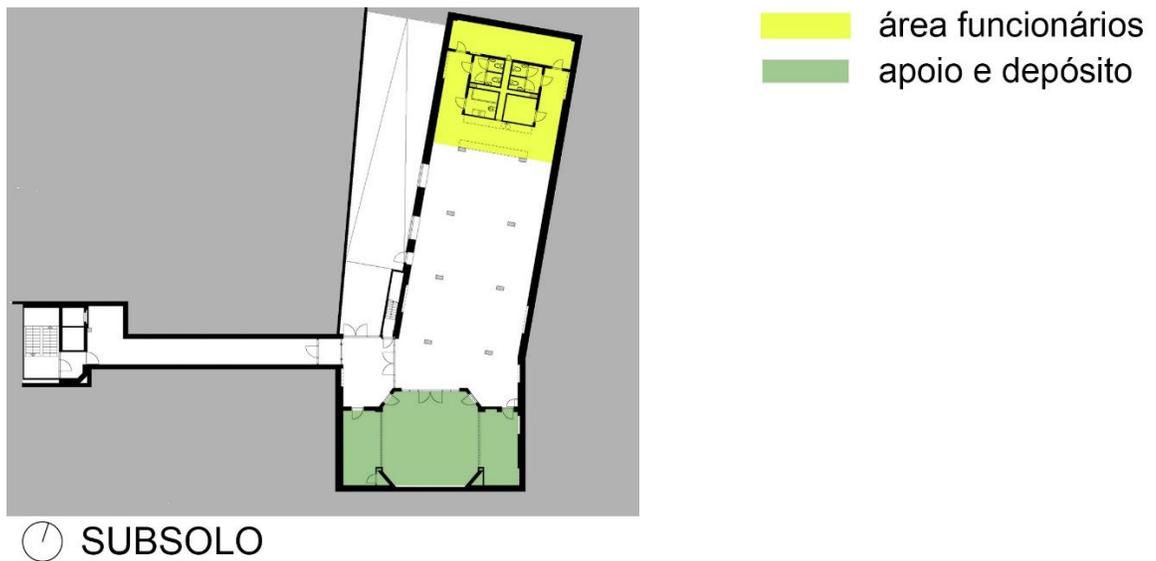
FIGURA 43 – (A) IMAGEM DO ESTAR/COZINHA COMUNITÁRIO E (B) QUARTO PRIVATIVO



FONTE: AVRO KUNSTUUR (2014)

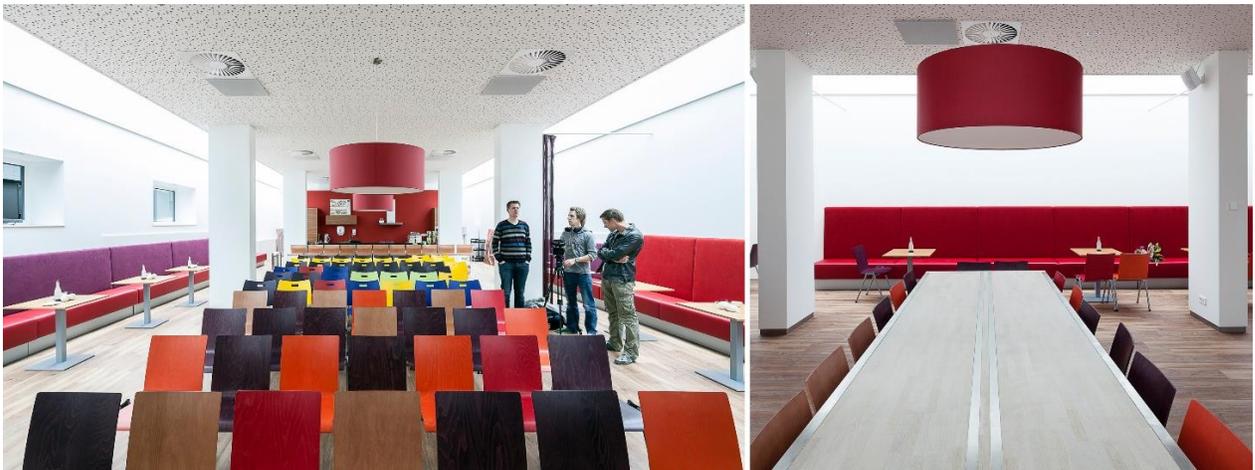
O subsolo (FIGURA 44), espaço antigamente reservado para guardar as viaturas policiais, é agora uma grande sala flexível – as cadeiras podem ser dispostas de modo a conformar um pequeno auditório, bem como pode receber uma grande mesa de reuniões (FIGURA 45), entre outros. Há, além disso, uma pequena cozinha aos fundos desse grande ambiente, além de instalações sanitárias e áreas de apoio/depósito. Aberturas zenitais iluminam esse salão.

FIGURA 44 – PLANTA DO SUBSOLO



FONTE: ADAPTADO DE KAW ARCHITECTEN (2012)

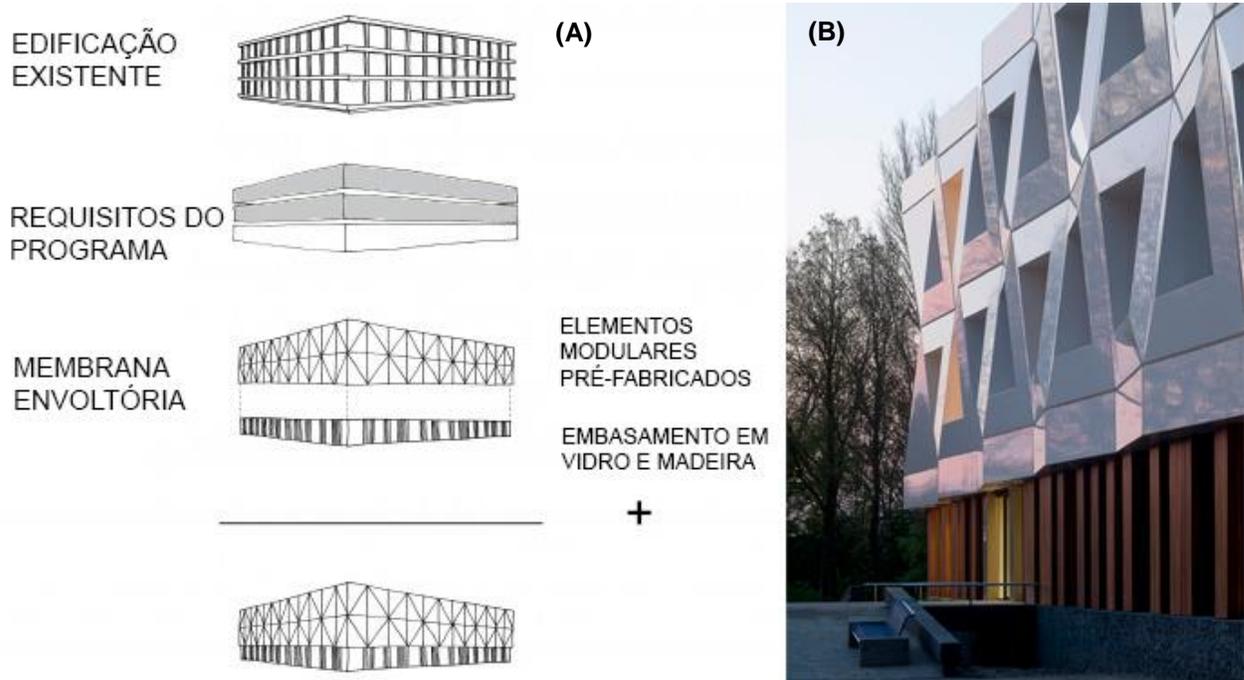
FIGURA 45 – GRANDE SALÃO FLEXÍVEL



FONTE: GERARD VAN BEEK (2012)

A solução encontrada para melhorar a proteção térmica do antigo edifício foi a adição de um envoltório (FIGURA 46) composto por elementos quadrados tridimensionais. Os quadrados com angulações diagonais são posicionados alternadamente para criar um padrão de forma que se assemelha a um diamante.

FIGURA 46 – (A) DIAGRAMA CONCEITUAL DA REFORMA E (B) ENVOLTÓRIO MODULAR



FONTE: KAW ARCHITECTEN (2012)

Graças ao novo envoltório, a fachada recebe 35cm de material isolante, completamente estanque ao ambiente externo. O projeto da Veilige Veste é o primeiro caso de reuso de edifício utilizando a norma de eficiência energética *Passivhaus*. Além disso, foram adotadas outras medidas para reduzir o consumo energético: a ventilação mecânica é realizada com um sistema de recuperação de calor; telhado verde parcial; unidades de células fotovoltaicas e aquecedores de água solar.

Existe uma grande preocupação com a segurança do edifício, posto que se trata de um abrigo não-sigiloso, que acolhe mulheres que sofrem grande ameaça. Desta forma, além de contar com câmeras de segurança e vigilância, o projeto é tratado com

diferentes escalas de privacidade (FIGURA 40). Existem barreiras (FIGURA 47) que dificultam o acesso ao abrigo, controlando a entrada e saída de pessoas. Ao total, antes de ter acesso às instalações do abrigo, o visitante precisa atravessar quatro barreiras físicas, cujo acesso é controlado.

FIGURA 47 – IMAGEM DA RECEPÇÃO (À DIREITA) E AS DUAS PORTAS DE CONTROLE DE ACESSO AO ABRIGO



FONTE: AVRO KUNSTUUR (2014)

## 5 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

Dados de 2015 revelam que Curitiba é a 18ª capital que mais registra casos de feminicídios no Brasil. Entre os estados da região sul, lidera com 6.2 homicídios/100 mil habitantes (o número de homicídios/100 mil habitantes em Florianópolis e Porto Alegre é de 4.0 e 4.2, respectivamente). Esse número aumentou 13,1% entre 2006 e 2013. O problema não é exclusivo da capital paranaense. Muitos municípios da RMC figuram entre as 100 cidades (com mais de 10 000 habitantes) com maior taxa feminicídios (QUADRO 1) (WASELFISZ, 2015).

QUADRO 1 – MUNICÍPIOS DA RMC COM MAIOR TAXA DE FEMINICÍDIO/100 MIL HABITANTES.

MUNICÍPIO	TAXA MÉDIA	POSIÇÃO NO RANKING
CAMPINA GRANDE DO SUL	14,2	27º
PIRAQUARA	13,6	36º
PINHAIS	12,5	56º
ARAUCÁRIA	12,2	61º
ALMIRANTE TAMANDARÉ	12,2	62º
FAZENDA RIO GRANDE	11,5	73º
COLOMBO	10,4	100º

FONTE: WASELFISZ (2015).

A Casa-Abrigo, o serviço de acolhimento institucional especializado no atendimento de mulheres vítimas da violência de gênero, é o espaço de abrigamento daquelas que esgotaram todos os recursos disponíveis para evitar a maior consequência desse tipo de violência, o feminicídio. Em todo o Paraná, há apenas seis instituições que realizam essa assistência. São elas: Casa-Abrigo Canto de Dália (em Londrina), Casa-Abrigo Edna Rodrigues de Souza (em Maringá), Serviço de Acolhimento Institucional Vanusa Covatti (em Cascavel), Casa de Apoio Feminina (em Foz do Iguaçu), Casa de Alice (São José dos Pinhais) e a Unidade de Acolhimento Casa de Maria (em Curitiba).

A demanda pelo serviço é alta e pela criação de novas unidades de acolhimento em Curitiba é antiga: ainda em 2005, tramitou na Câmara de Vereadores da cidade um

projeto de lei para ampliar o número de Casas-Abrigo. A redatora do projeto, a vereadora professora Josete (2007, *apud.* ANDRICH, 2007), disse que o ideal seria a existência de ao menos uma casa por regional. Já a delegada titular da Delegacia da Mulher de Curitiba, Darli Rafael (2007, *apud.* ANDRICH, 2007), acredita que seria necessário pelo menos mais uma Casa-Abrigo em Curitiba e outra para atender a RMC (ANDRICH, 2007). Apesar disso, em 2007, o projeto sobre Casas-Abrigo foi rejeitado pela maioria dos parlamentares (CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2007).

Em 2013, Gustavo Fruet, então Prefeito de Curitiba, decretou a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres de Curitiba. Criada por Decreto e não por Projeto de Lei, o órgão não possuía autonomia financeira e administrativa, ou sequer orçamento. Curitiba foi a última capital brasileira a criar uma secretaria da Mulher e a criação teve por objetivo, entre outros, a adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, que prevê recursos disponibilizados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo Federal. Com a adesão, a prefeitura de Curitiba trabalharia na criação de dois novos Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) e na criação de uma nova Casa-Abrigo – foi o que indicou, em 2013, a então Secretária Municipal da Mulher, Roseli Isidoro (GAZETA DO POVO, 2013).

Finalmente, em 2016, é inaugurada a Casa da Mulher Brasileira, no bairro Cabral. A Casa foi construída com recursos do Governo Federal e é gerida pelo município. O local concentra serviços da Delegacia da Mulher, de psicólogos e assistentes sociais da Prefeitura de Curitiba, dos núcleos especializados da Defensoria Pública, do Juizado da Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Patrulha Maria da Penha. Além disso, a Casa da Mulher Brasileira oferece dez vagas para o acolhimento de passagem (de até 48h) às vítimas que correm risco de morte (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2017).

## 5.1 A CASA DE MARIA/POUSADA DE MARIA

A Casa de Maria (ou Pousada de Maria) é, dentre as instituições de acolhimento institucional geridas pela Fundação de Ação Social (FAS), a única unidade oficial da Prefeitura Municipal que faz o atendimento especializado às mulheres vítimas de violência doméstica.

Fundada em 1993, foi gerenciada até 2001 por uma entidade social (o Lar Batista Esperança). A partir de 2002, a FAS assume a coordenação e reorganiza os trabalhos do abrigo, dentro dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Desde 2006 ocupa o edifício na atual sede, cujo endereço não pode ser revelado (FEGADOLI, 2010).

A Casa atende mulheres entre 16 e 59 anos, residentes em Curitiba, que estejam em situação doméstica ou familiar, acompanhadas ou não de seus filhos menores de idade – meninas de até 18 anos incompletos e meninos de até 12 anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2017). Quando não há mais vagas, são encaminhadas ao acolhimento da entidade “São João Batista”, que não possui serviço de acolhimento especializado. A Central de Vagas da FAS é a responsável por gerenciar a lotação das instituições (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2014). São ofertadas 40 vagas, mas como o abrigo recebe mulheres com filhos, o número de atendimentos a mulheres é reduzido.

O atendimento integra ações e recursos para restabelecer suas condições emocionais, físicas, econômicas, sociais de modo a prover o bem-estar da família. Mulheres são vítimas de violência quando têm seus direitos violados ou ameaçados por atos de violência física, abandono, maus tratos, negligência, entre outros, com quebra ou suspensão momentânea do vínculo familiar e comunitário (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2017).

Não há um único fluxo de abrigamento, mas sim vários meios de acesso da mulher, vítima de violência, à Casa-Abrigo: o Poder Judiciário, a Polícia, a Vara da Família, o Conselho Municipal da Condição Feminina, os Conselhos Tutelares, as Unidades e Núcleos Regionais de Saúde e a Central de Resgate Social. Porém, uma vez que a mulher esteja abrigada, é imprescindível que a violência seja formalizada através de um

boletim de ocorrência na Delegacia da Mulher (FEGADOLI, 2010). Somente assim poderá ser aplicada a Lei 11.340 (Lei Maria da Penha).

A equipe multiprofissional que atende as vítimas na Casa de Maria é composta por coordenadora, assistente social, terapeuta ocupacional, psicólogo, educadores sociais e equipe administrativa. Para serviços de saúde, são encaminhadas às unidades de referência, através do Sistema Único de Saúde (SUS) – não há, portanto, na instituição de acolhimento, o serviço de atenção à saúde (FEGADOLI, 2010).

A construção, de aproximadamente 350m<sup>2</sup> foi adaptada para receber a Casa de Maria. Dividida em dois pavimentos, contém, no pavimento térreo: um hall de entrada/salão de eventos, cozinha, refeitório, lavanderia, sanitários e área administrativa. No segundo pavimento são apenas quatro quartos e dois sanitários. Além disso, a casa não é adaptada a pessoas com deficiência/mobilidade reduzida.

A pesquisa “Perfil da Violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria” levantou o perfil socioeconômico das mulheres (e seus filhos) que utilizaram o serviço entre os anos de 1993 e 2007. Nestes 14 anos, 886 mulheres foram atendidas na instituição, uma média de 63 mulheres por ano. Estima-se, porém, que o número de incidência da violência seja ainda maior e, estes dados, decorrentes de subnotificações. A pesquisa (LABRONICI *et al.*, 2009) teve por objetivo específico a caracterização das mulheres abrigadas:

- a. A idade das mulheres abrigadas variou de 18 a 88 anos, estando a maioria na faixa etária entre 19 e 49 anos (54,75%).
- b. 59,72% tinham baixa escolaridade, não tendo completado sequer o ensino fundamental.
- c. 47,98% eram solteiras e 41,63% eram casadas ou amasiadas (casais que vivem juntos, mas não são casados legalmente).
- d. Prévio ao encaminhamento ao abrigo, 58,8% procuraram serviços de saúde para tratamento físico ou psicológico; 34,2% buscaram setores de segurança e 7% outras redes de apoio. Já durante a permanência na Casa de Maria, 65% foi encaminhada para terapia com psicólogo; 7,5% para tratamento hospitalar (devido a graves lesões físicas) e 27,5% para acompanhamento com terapeuta

ocupacional. Todas as mulheres foram avaliadas pelos assistentes sociais que integravam a equipe multidisciplinar da Casa-Abrigo.

- e. As vítimas permaneceram por períodos que variaram entre um dia a um ano e três meses até a reinserção no convívio social/familiar.
- f. Seus agressores eram, em 71,41% dos casos, os próprios companheiros.
- g. A agressão física foi responsável pelo encaminhamento ao abrigo em 57,97% dos casos, seguida pela violência psicológica (16,96%).
- h. Com relação ao uso de drogas, 80,47% declarou não consumir drogas lícitas ou ilícitas; 11,17% eram usuárias de cocaína, maconha, crack, álcool ou tabaco.

Percebe-se ainda a existência de uma relação entre o grau de escolaridade e as agressões sofridas: a ocorrência de todos os tipos de violência (física, psicológica, sexual e estrutural) aparece principalmente entre mulheres com ensino fundamental incompleto.

Muitas conviveram com a violência para manter a união familiar com os filhos (64,45%), a dependência financeira e o medo do agressor também motivaram a permanência, representando 13,65 e 13,44%, respectivamente. Já o rompimento com o ciclo da violência veio, em 78,44% dos casos, através da existência de abrigos e de programas sociais (entendidos como a própria Casa-Abrigo, albergues, serviços e programas da Fundação de Ação Social).

Por fim, os dados coletados na pesquisa sugerem que, para atender às necessidades das mulheres abrigadas na Casa de Maria, deve-se buscar parcerias com outros setores da sociedade, visando desenvolver ações conjuntas com o poder judiciário, ministério público, assistência social, saúde, trabalho e educação – com isso, busca-se uma maior efetividade nos resultados alcançados (LABRONICI *et al.*, 2009).

Em levantamento mais recente, a Central de Vagas da FAS (*apud.* FORMIGHIERI JR., 2015) aponta que, de 2007 a 2017, 533 mulheres foram atendidas na Casa de Maria, uma média de 76 pessoas por mês (QUADRO 2).

QUADRO 2 – NÚMERO DE MULHERES (E DOS FILHOS QUE AS ACOMPANHAVAM) ATENDIDAS NA CASA DE MARIA POR ANO, A PARTIR DE 2007

<b>ANO</b>	<b>ATENDIMENTO A MULHERES</b>	<b>ATENDIMENTO AOS FILHOS</b>
2007	75	155
2008	78	157
2009	59	109
2010	46	77
2011	45	81
2012	69	106
2013	77	106
2014	84	103
<b>TOTAL</b>	<b>533</b>	<b>894</b>

FONTE: CENTRAL DE VAGAS FAS (2015, *apud.* FORMIGHIERI, 2015)

## 5.2 CASA DE APOIO ALICE CORDEIRO NASCIMENTO (CASA DE ALICE)

Fundada em 2008, a Casa de Alice realiza o acolhimento institucional de mulheres, acompanhadas ou não dos filhos menores de 18 anos, vítimas de violência doméstica em São José dos Pinhais. Com capacidade de 20 acolhimentos, ao todo, a instituição já abrigou 291 mulheres, acompanhadas de 546 crianças e 102 adolescentes. Vera Lucia Miranda Ladika é a coordenadora da Casa de Alice, que também conta com profissionais da psicologia, pedagogia, assistência social, além de educadores, preparadores de alimento e segurança pública do município.

Atualmente, não existe um perfil econômico único das mulheres atendidas na Casa de Alice, que já acolheu mulheres de classe baixa à alta. Em média, essas mulheres permanecem abrigadas por 3 meses, mas esse tempo varia de acordo com o Plano de Ação elaborado pela equipe técnica, visando o resgate da família, a busca dos vínculos familiares, da autoestima, a inserção no mercado de trabalho, de forma que a mulher tenha um alicerce fora da Casa-Abrigo.

Esses dados foram revelados pela coordenadora Vera Ladika, em entrevista realizada em maio de 2017, que ainda citou a Delegacia da Mulher como principal porta de entrada à Casa-Abrigo.

A Casa de Alice, cujo endereço também é sigiloso, está alocada em uma construção cujo projeto arquitetônico foi desenvolvido para essa finalidade, diferenciando-se da Casa de Maria, que ocupa um imóvel adaptado. Apesar disso, ainda foram apontados problemas, principalmente com relação à ausência de ambientes essenciais para o desenvolvimento das atividades básicas da instituição.

Faltam espaços de depósito e armazenagem – de roupas, toalhas, roupas de cama, materiais de higiene pessoal. Os alimentos, por exemplo, são armazenados junto com materiais de limpeza, separados apenas em prateleiras diferentes.

O banheiro, apesar de adaptado às normas da NBR 9050, a norma de acessibilidade, é a única instalação sanitária para as mulheres e filhos abrigados. Dessa forma, ambos os gêneros precisam partilhar o mesmo ambiente, impossibilitando o uso concomitante.

A instituição (cujo projeto arquitetônico contava com quatro quartos) funciona com apenas três quartos, pois o quarto espaço teve que ser adaptado para depositar todos os materiais essenciais às atividades desenvolvidas (artesanato, alfabetização, lúdica), além de criar uma sala para as educadoras que acompanham 24 horas por dia as mulheres abrigadas. É nesse espaço que os medicamentos – recolhidos na entrada do abrigo – ficam armazenados e são controlados (e quem faz esse controle é a educadora do plantão, não um profissional da enfermagem, o que seria o ideal).

Há problemas de fluxo dentro da edificação – para acessar a sala administrativa, localizada no mesmo corredor que os quartos comunitários (e que reveza o seu uso como administração, sala de atendimento psicológico, pedagógico, de assistência social etc), por exemplo, é necessário atravessar toda a Casa-Abrigo. O ideal, nesse caso, seria um acesso externo, visando principalmente a privacidade das mulheres, crianças e adolescentes abrigados.

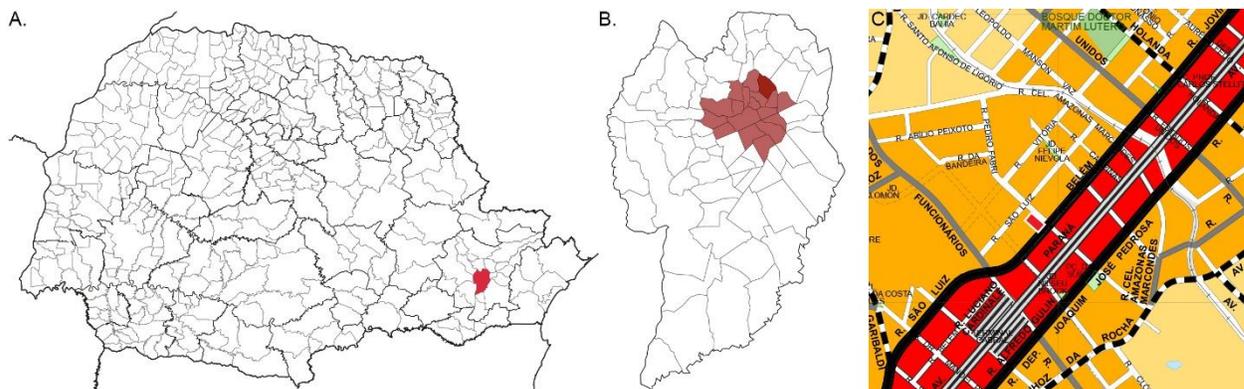
Na área externa encontram-se equipamentos de *playground* além de uma grande área de horta. Ladika menciona, por fim, a inexistência de equipamentos para a promoção de atividade física das mulheres abrigadas – junto à prefeitura de São José dos Pinhais foi feita a solicitação da instalação de equipamentos de ginástica semelhantes àqueles que já são instalados em praças e parques públicos.

### 5.3 O TERRENO ESCOLHIDO

O terreno escolhido para a implantação do projeto está localizado no bairro Cabral, a duas quadras do terminal de ônibus Cabral e uma quadra de distância da Casa da Mulher Brasileira (FIGURA 48). Com dimensões aproximadas de 70m x 38m (2660m<sup>2</sup>), é um terreno de esquina com testadas para a Rua Vereador Garcia Rodrigues Velho e a Rua Belém (via rápida sentido centro).

Trata-se de um terreno público, pertencente ao INSS, que era ocupado de maneira irregular, tendo passado por um processo de reintegração de posse há pouco tempo. Atualmente existe apenas a ruína de uma edificação.

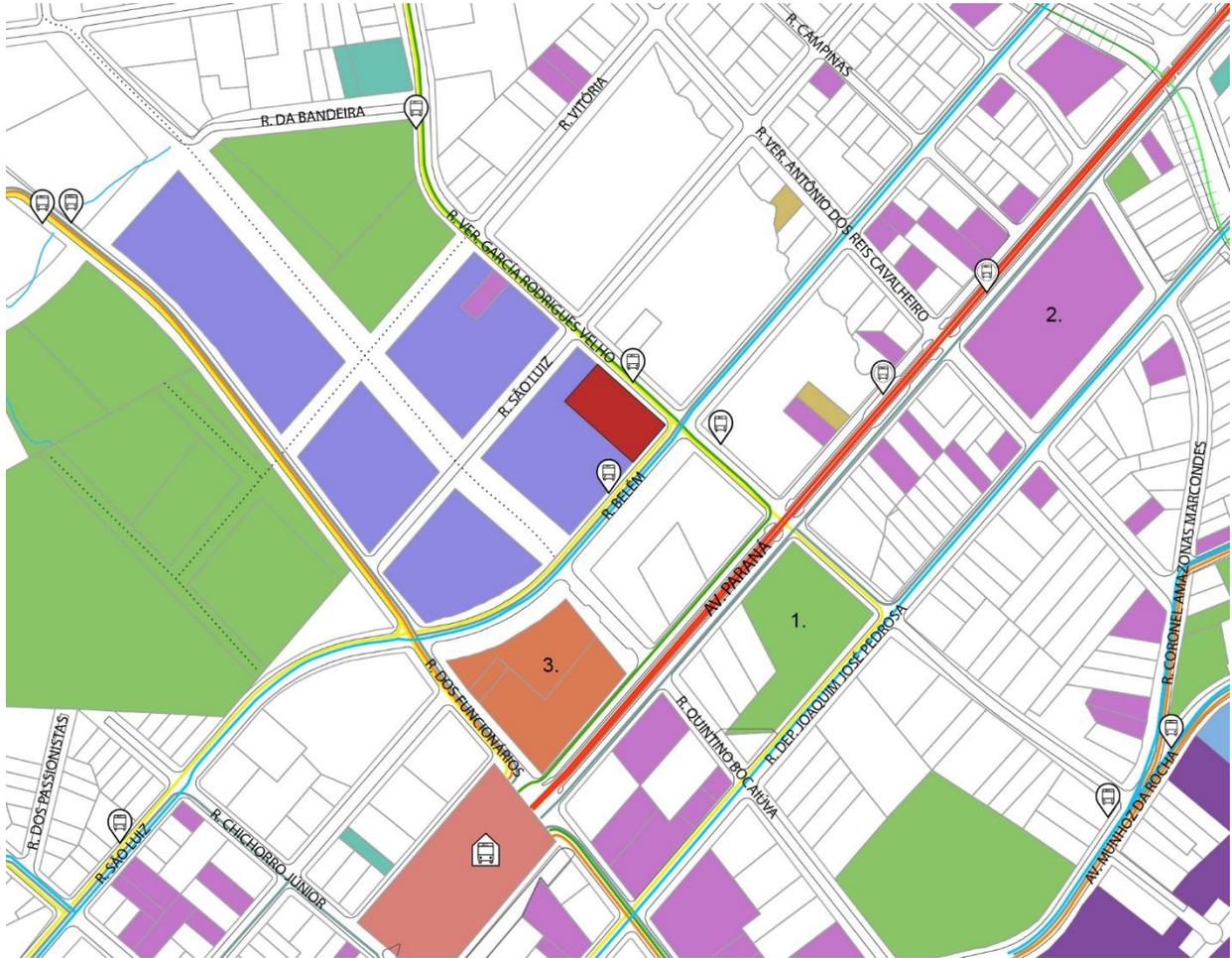
FIGURA 48 – LOCALIZAÇÃO DO TERRENO NO PARANÁ (A), NA REGIONAL MATRIZ E BAIRRO CABRAL (B) E DENTRO DO ZONEAMENTO URBANO ZR-4 (C)



FONTE: A E B - A AUTORA E C - IPPUC (2017)

O lote encontra-se em um entorno bastante consolidado e está distante apenas uma quadra da Via Estrutural Av. Paraná (continuação da Av. João Gualberto). Está inserido no zoneamento urbano Zona Residencial 4 (ZR-4), caracterizada como zona estritamente residencial, que permite usos de comércio e serviço vicinal e de bairro de pequeno porte (FIGURA 49). O gabarito máximo alcançado é de 6 pavimentos e os afastamentos laterais obedecem à fórmula  $H/6$  (altura dividida por seis).

FIGURA 49 – MAPA DO ENTORNO COM USOS E TRANSPORTE COLETIVO



- |                         |                                  |                      |
|-------------------------|----------------------------------|----------------------|
| TERRENO ESCOLHIDO       | USO INSTITUCIONAL                | TERMINAL CABRAL      |
| COMÉRCIO/SERVIÇO        | TERRENO PÚBLICO                  | USO RELIGIOSO        |
| USO HOSPITALAR          | USO EDUCACIONAL                  | USO RECREATIVO/LAZER |
| TERMINAL DE ÔNIBUS      | 1. CASA DA MULHER BRASILEIRA     |                      |
| ESTAÇÃO TUBO            | 2. HIPERMERCADO                  |                      |
| PARADA DE ÔNIBUS        | 3. CENTRO HOSPITALAR             |                      |
| <b>LINHAS DE ÔNIBUS</b> |                                  | <b>DISTÂNCIAS</b>    |
| EXPRESSO                | 900m E.M. CARAMURU               |                      |
| INTERBAIROS             | 900m E.M.E.I. ARCO ÍRIS          |                      |
| METROPOLITANO           | 950m COLÉGIO ESTADUAL L. CORREIA |                      |
| CONVENCIONAL/TRONCAL    | 350m TERMINAL CABRAL             |                      |
| LINHA DIRETA            | 160m CASA DA MULHER BRASILEIRA   |                      |
| ALIMENTADOR             | 350m HIPERMERCADO E FARMÁCIA     |                      |

FONTE: A AUTORA (2017)

A área é atendida por diversas linhas de ônibus que realizam conexões diretas com outros terminais no Município de Curitiba, a partir do Terminal Cabral (Terminal Santa Cândida, Boa Vista, Portão, Pinheirinho, Campina do Siqueira, Hauer, Capão da Imbuia). Há ainda a conexão direta com o Terminal Maracanã, em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba.

#### 5.4.1 Parâmetros construtivos

Segundo a Lei nº 9800/2000 (FIGURA 50), que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba, no lote construído existem os seguintes parâmetros construtivos:

- a. Coeficiente de aproveitamento: 2;
- b. Taxa de ocupação máxima: 50%;
- c. Taxa de permeabilidade mínima: 25%;
- d. Altura máxima: 6 pavimentos;
- e. Recuo mínimo: 5 metros;
- f. Afastamento das divisas: até o 2º pavimento – facultativo, acima de 2 pavimentos – H/6 (altura dividida por seis), atendendo o mínimo de 2,5m;

FIGURA 50 – PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA ZONA RESIDENCIAL 4 (ZR-4) DE CURITIBA

**ZONA RESIDENCIAL 4 – ZR-4**  
**PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

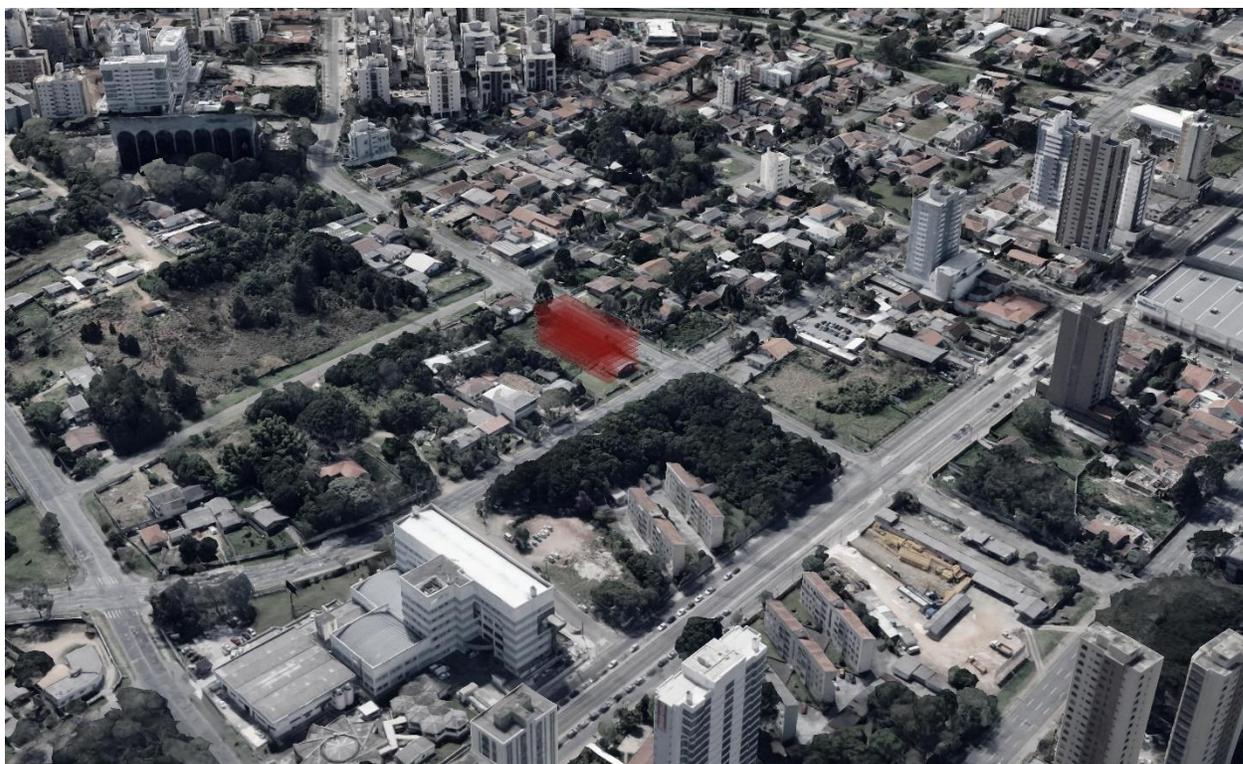
USOS		OCUPAÇÃO							
PERMITIDOS	TOLERADOS	PORTE (m <sup>2</sup> )	COEFIC. APROV.	TAXA OCUP. MÁX. (%)	ALTURA MÁXIMA (PAV.)	RECUO MIN. ALIN. PREDIAL (m)	TAXA PERMEAB. MIN. (%)	AFAST. DAS DIVISAS (m)	LOTE MIN. (Testada x Área)
- Habitação Coletiva - Habitação Transitória 1 (2) - Habitação Institucional - Comércio e Serviço Vicinal e de Bairro (3)	- Habitação Unifamiliar (1) - Habitações Unifamiliares em Série (1)		2	50%	6	5m	25%	Até 2 pav. = Facultado Acima de 2 pav. = H/6 atendido o mínimo de 2,50m	15x460
		200m <sup>2</sup>			2				
	- Comunitário 1 (3)	200m <sup>2</sup>			2				

FONTE: ADAPTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA (2000)

Além disso, o edifício é composto por três usos distintos. Parte dele é classificado como *Habitação de Uso Institucional* (a edificação destinada à assistência social, onde se abrigam estudantes, crianças, idosos e necessitados), parte classifica-se como *Uso Comunitário 1* (que diz respeito a atividades de atendimento direto, funcional ou especial ao uso residencial) e parte se configura como *Habitação Coletiva*. Todos os três usos estão entre os usos permitidos/tolerados no zoneamento.

Levando em consideração as dimensões do lote (2660m<sup>2</sup>), tem-se o valor de 5320m<sup>2</sup> como área máxima construída. Na FIGURA 51, essa área total está representada como um prisma de 6 pavimentos, todos de mesma área.

FIGURA 51 – FOTO AÉREA DO ENTORNO E DAS QUADRAS DO ENTORNO, COM FOTOINSERÇÃO DO PRISMA NO TERRENO

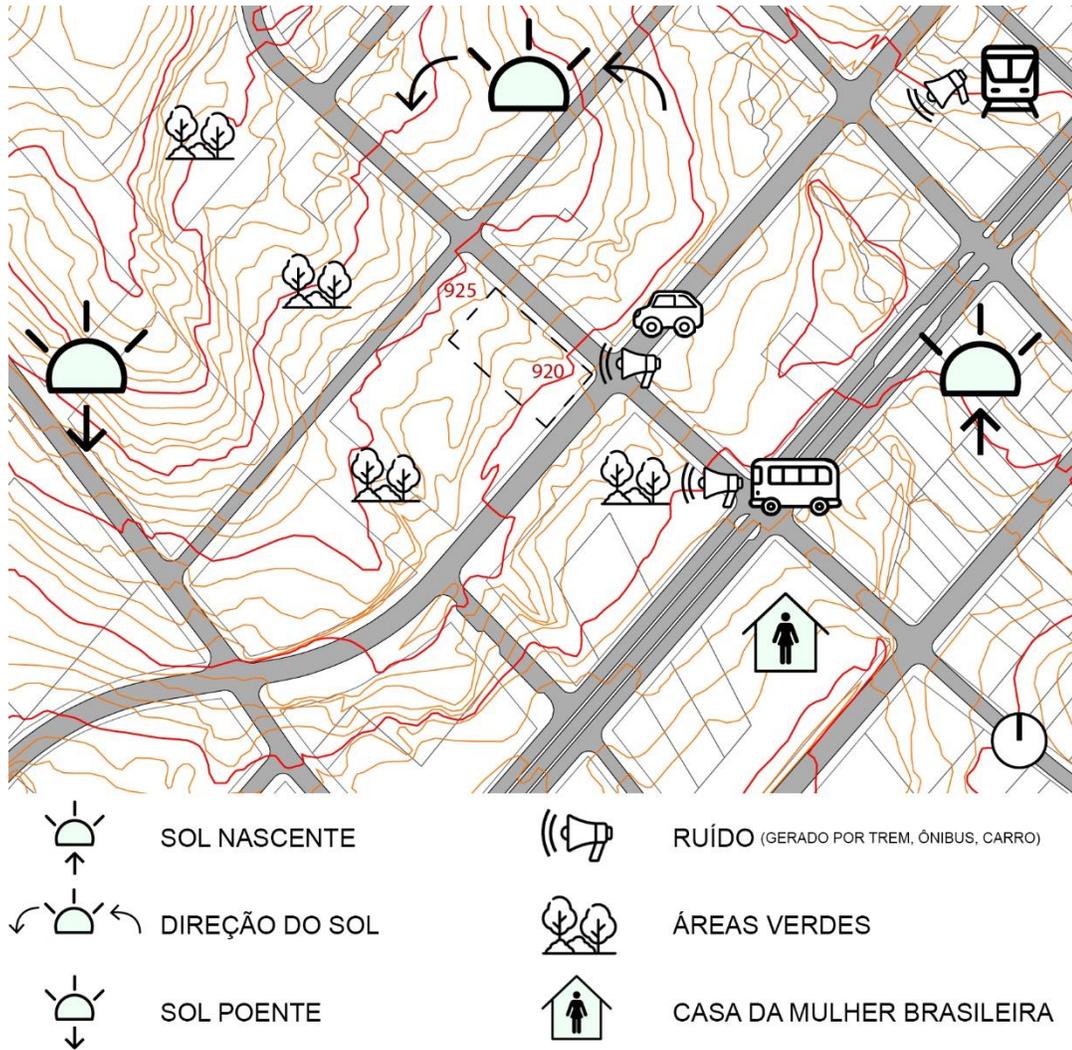


FONTE: ADAPTADO DE GOOGLE EARTH (2017)

5.4.2 Condicionantes do entorno

Nas quadras adjacentes à quadra do lote escolhido, observa-se (FIGURA 52) a presença de áreas verdes, principalmente na quadra situada a sudeste do lote, com um grande maciço vegetal. Com relação ao sistema viário, a maior testada (70m) está voltada para a Rua Vereador García Rodrigues Velho, uma rua de menor porte. Já a outra testada do lote (38m) volta-se para a Rua Belém, uma rua externa do sistema viário estrutural, de intenso movimento.

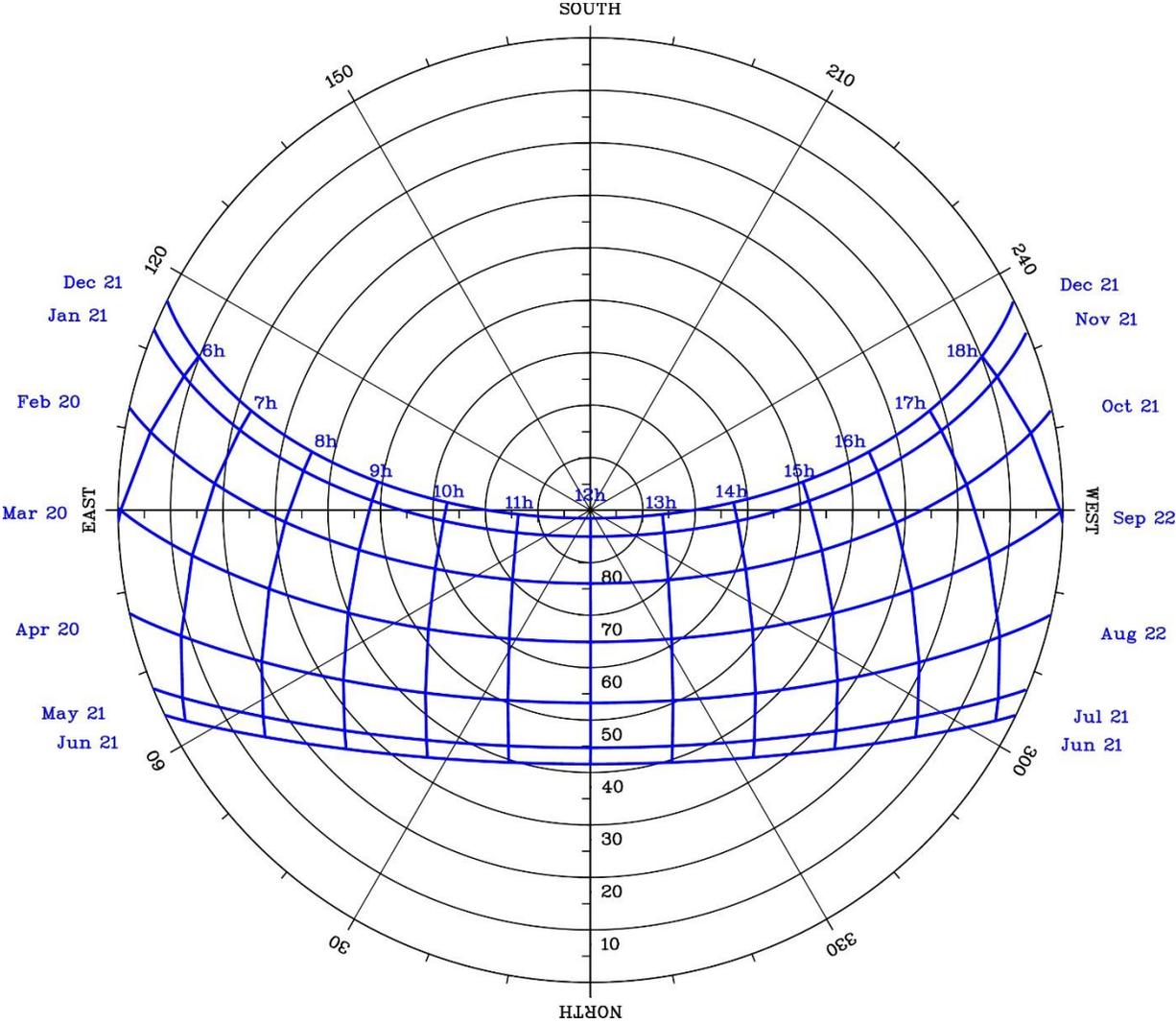
FIGURA 52 – MAPA SÍNTESE DAS CONDICIONANTES DO ENTORNO E INSOLAÇÃO



FONTE: A AUTORA (2017)

Com relação à orientação solar, observa-se na Carta Solar (FIGURA 53) maior incidência solar na orientação norte.

FIGURA 53 – CARTA SOLAR PARA O TERRENO ESCOLHIDO



FONTE: ADAPTADO DE UNIVERSITY OF OREGON, SOLAR RADIATION MONITORING LABORATORY (2017)

## 6 DIRETRIZES DE PROJETO

No presente capítulo são apresentadas as principais condicionantes conceituais e de partido, bem como as diretrizes projetuais que norteiam o tema – desta forma, visa-se dar resposta arquitetônica às situações de acolhimento de mulheres vítimas da violência de gênero.

### 6.1 CONCEITO E PARTIDO

Primeiro deve-se levar em consideração a divisão de usos do edifício. É uma construção que agrega o abrigo (uso Residencial Institucional e Comunitário 1) e a habitação coletiva. Apesar de funcionarem com uma mesma finalidade (a recuperação e reinserção social de mulheres vítimas de violência), atendem a públicos em etapas diferentes. Portanto, buscar-se-á isolar o acesso de cada uso, medida que também visa facilitar o controle de acesso – mais restrito em um (Casa-Abrigo) e menos em outro (habitação).

Essa divisão de usos também deverá ser clara na volumetria gerada pela construção. Térreo e 2º pavimento devem receber o programa do abrigo, enquanto a habitação estará contemplada em uma torre a ocupar os pavimentos 3 ao 6. Todos os usos requerem a previsão de áreas verdes.

### 6.2 PÚBLICO ALVO E USUÁRIOS

Atualmente, o atendimento especializado em Casas-Abrigo realizado nos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais são mantidos pelas prefeituras municipais. Em consequência desse fato, de acordo com LADIKA (2017), cada Casa-Abrigo atende apenas às residentes do próprio município. Desta forma não há uma integração regional das vagas, estando cada mulher vítima de violência à mercê da disponibilidade de vagas municipais. Além disso, há ainda muitas cidades da RMC que sequer contam com o equipamento, mesmo nas cidades que figuram entre as mais perigosas do país (Campina

Grande do Sul, Piraquara, Pinhais, Araucária, Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande, Colombo).

Tendo isso em vista, a solução apropriada seria que tais serviços fossem mantidos em um âmbito maior, para que a rede de atendimento para mulheres vítimas de violência abrangesse Curitiba e municípios da Região Metropolitana, com a estruturação das instituições garantidas em nível estadual, nacional.

Sendo assim, o público alvo e usuários do projeto proposto seriam mulheres vítimas de violência de gênero, acompanhadas ou não de seus filhos menores de idade, residentes em Curitiba e RMC, entre 18 e 59 anos. Inicialmente, são atendidas pelo serviço de abrigo e lá permanecem enquanto a equipe multidisciplinar trabalha no caso de cada pessoa atendida, visando o reestabelecimento de laços sociais, familiares e com a comunidade, além de desenvolver atividades de capacitação pessoal com a mulher e seus filhos.

Após esse período em que permanecem na Casa-Abrigo, para facilitar o desabrigo daquelas que optarem por não retornar à casa com o agressor, mas que não possuem outros vínculos familiares, ou condições de custear a própria habitação, prevê-se a construção de habitações de interesse social. Desta forma, os apartamentos (tal como no estudo de correlato *Bud Clark Commons*) dão suporte à transição entre o acolhimento institucional e a retomada da vida fora do abrigo.

### 6.3 ASPECTOS FUNCIONAIS

A recepção do abrigo é por onde acontece o acesso do público aos usos Comunitário 1 e Habitação Institucional. Tratando-se de um abrigo não-sigiloso, com endereço público, constata-se a necessidade de um cuidado com a segurança do local. Ressalta-se que as mulheres atendidas em Casas-Abrigo são mulheres cujas vidas estão em grave ameaça de morte. Portanto, para salvaguardar as vidas das mulheres e seus filhos, bem como dos profissionais envolvidos com a atividade, são necessárias algumas medidas que garantam a segurança e o controle de acesso ao abrigo.

Uma dessas medidas é o controle do acesso através de “antecâmara”, aqui denominada “Sala de controle e acesso” (FIGURA 54). Dessa forma, é possível a “filtragem” da pessoa que acessa a recepção do abrigo.

FIGURA 54 – ESQUEMA DE FLUXOS NO ACESSO PÚBLICO DO EDIFÍCIO



LEGENDA:  ACESSO DE BAIXA PRIVACIDADE  
 ACESSO DE MÉDIA PRIVACIDADE

FONTE: A AUTORA (2017)

Além disso, deve ser feita a adoção de outras estratégias para que seja garantida a segurança e a privacidade, conforme mencionados no capítulo 3: delimitação clara entre os espaços público/privado; relação de transparência interna x externa controlada; boa iluminação dos espaços externos.

### 6.3.1 Programa de necessidades e dimensionamento

A elaboração do programa de necessidades é resultado da compilação de observações coletadas no percurso exploratório desta monografia. São informações coletadas em conversas e entrevistas, dos exemplos apontados nos estudos correlatos, bem como dos apontamentos das diretrizes nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de violência.

A lotação do abrigo é dimensionada com base na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). De acordo com o documento, o serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias deve ser realizado em unidade institucional com limite máximo de 50 pessoas. Desta forma, o programa relativo à Habitação de Uso Institucional foi dimensionado para atender a 50 pessoas, distribuídas

em quartos com tamanhos/quantidade de leitos distintos – assim, há quartos preparados para receber famílias de tamanhos diferentes.

Os usos de Habitação Institucional e Comunitário 1 (QUADRO 3) correspondem às áreas do abrigo propriamente dito. É onde acontece o acolhimento emergencial de mulheres vítimas da violência de gênero, bem como das atividades desenvolvidas com a finalidade de reestruturar as relações familiares, sociais, econômicas das vítimas. A área está dividida em setores:

- a. Administrativo: Salas de escritório e atendimento individual, bem como espaços de controle de acesso e monitoramento;
- b. Comunitário: São os espaços compartilhados entre as residentes do abrigo e seus filhos.
- c. Privativo: Quartos individuais por família, de modo que se preservem as relações familiares.
- d. Áreas externas: Espaços ajardinados onde também se desenvolvem atividades voltadas para a cura da mulher.

QUADRO 3 – PROGRAMA DE NECESSIDADES DO SETOR DE ABRIGAMENTO COM DIMENSIONAMENTO E QUALIDADES MÍNIMAS DO AMBIENTE

PROGRAMA DE NECESSIDADES - ABRIGO											
ABRIGO	SETOR	FUNÇÃO	AMBIENTE	ÁREA (m <sup>2</sup> )	QUANT. (unid.)	ÁREA TOTAL (m <sup>2</sup> )	ÁREA COMPUTÁVEL?	ÁREA CONST. TOTAL (m <sup>2</sup> )	LUZ NATURAL E/OU VISTAS	INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIA	PRIVACIDADE
	ADMINISTRATIVO	RECEPÇÃO									
			SALA DE CONTROLE ACESSO	10	1	10	S	10	S	N	B
			SALA DE SEGURANÇA	10	1	10	S	10	N	N	A
			RECEPÇÃO	20	1	20	S	20	S	N	B
			HALL/LOBBY	60	1	60	S	60	S	N	M
			VESTIÁRIO	20	2	40	S	40	N	S	A
			I.S.	7,5	2	15	S	15	N	S	M
			COORDENAÇÃO/DIREÇÃO	15	1	15	S	15	S	N	A
			PSICOLOGIA	15	2	30	S	30	S	N	A
			ASSISTÊNCIA SOCIAL	15	2	30	S	30	S	N	A

SETOR	FUNÇÃO	AMBIENTE	ÁREA (m²)	QUANT. (unid.)	ÁREA TOTAL (m²)	ÁREA COMPUTÁVEL?	ÁREA CONST. TOTAL (m²)	LUZ NATURAL E/OU VISTAS	INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIA	PRIVACIDADE	
											(CONTINUAÇÃO)
ABRIGO	ADMINISTRATIVO	ESCRITÓRIO	PEDAGOGIA	15	2	30	S	30	S	N	A
		EDUCADOR SOCIAL	20	1	20	S	20	S	N	A	
		ENFERMAGEM	20	1	20	S	20	S	S	A	
		SALA DE REUNIÕES	20	1	20	S	20	S	N	A	
		ARQUIVOS	20	1	20	S	20	N	N	A	
		I.S.	7,5	2	15	S	15	N	S	A	
		DEPÓSITOS	ALIMENTOS	15	1	15	S	15	N	N	M
		DOAÇÕES (ROUPAS)	15	1	15	S	15	S	N	M	
		ROUPARIA	10	1	10	S	10	S	N	M	
		MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL	10	1	10	S	10	N	N	M	
		MATERIAIS DE LIMPEZA	9	1	9	S	9	N	S	A	
		MAT. DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES	15	1	15	S	15	N	N	A	
	MEDICAMENTOS E PRIMEIROS SOCORROS	9	1	9	S	9	N	S	A		
	APOIO	GUARITA	6	1	6	S	6	S	N	A	
	SALA FUNCIONÁRIOS APOIO	12	1	12	S	12	S	N	M		
	COZINHA INDUSTRIAL	60	1	60	S	60	S	S	M		
	I.S.	7,5	2	15	S	15	N	S	M		
	COPA	25	1	25	S	25	S	S	M		
	COMUNITÁRIO	ESTAR	SALA COMUNITÁRIA	45	1	45	S	45	S	N	M
			SALA VISITAÇÃO	40	1	40	S	40	S	N	B
			REFEITÓRIO	55	1	55	S	55	S	S	M
			SALA DE TELEFONES	30	1	30	S	30	S	N	M
		SOCIOEDUCATIVO	OFICINA MULHERES	45	3	135	S	135	S	S	M
			OFICINA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	45	4	180	S	180	S	S	M
			SALA DE INFORMÁTICA	40	1	40	S	40	S	N	M
			COZINHA COMUNITÁRIA	60	1	60	S	60	S	S	M
			BRINQUEDOTECA	40	1	40	S	40	S	N	M
			BIBLIOTECA/SALA DE LEITURA	40	1	40	S	40	S	N	M
			SALA DE TELEVISÃO	50	1	50	S	50	S	N	M
			I.S. FEM	10	1	10	S	10	S	S	M
			I.S. MASC	10	1	10	S	10	S	S	M
			APOIO	LAVANDERIA	40	1	40	S	40	S	S
	DEPÓSITO	15		1	15	S	15	N	N	M	
	ARMÁRIOS (LOCKERS)	25		1	25	S	25	N	N	M	

SETOR	FUNÇÃO	AMBIENTE	ÁREA (m²)	QUANT. (unid.)	ÁREA TOTAL (m²)	ÁREA COMPUTÁVEL?	ÁREA CONST. TOTAL (m²)	LUZ NATURAL E/OU VISTAS	INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIA	PRIVACIDADE
(CONTINUAÇÃO)										
PRIV.	HABIT.	UNIDADE DE HABITAÇÃO 1-2 PESSOAS	15	10	150	S	150	S	N	A
		UNIDADE DE HABITAÇÃO 3-4 PESSOAS	20	7	140	S	140	S	N	A
		UNIDADE DE HABITAÇÃO 5-6 PESSOAS	25	4	100	S	100	S	N	A
ÁREA EXTERNA	APOIO	BANHEIRO PRIVATIVO	10	21	210	S	210	N	S	A
		FRALDÁRIO	10	2	20	S	20	N	S	M
		DEPÓSITO	10	1	10	S	10	N	N	M
ÁREA EXTERNA	JARDIM	PLAYGROUND	30	1	30	N	0	S	N	M
		JARDIM EXTERNO	50	1	50	N	0	S	N	B
		HORTA COMUNITÁRIA	35	1	35	N	0	S	S	B
		CANIL/ESPAÇO PET	20	1	20	S	20	S	S	B
ÁREA EXTERNA	AP.	GARAGEM C/ 6 VAGAS	75	1	75	S	75	N	N	B
		DEPÓSITO MATERIAL JARDINAGEM	20	1	20	S	20	N	S	M
SOMATÓRIA DE ÁREAS			-	-	-	-	2116	-	-	-
CIRCULAÇÃO 25%			-	-	-	-	529	-	-	-
<b>ÁREA TOTAL</b>			-	-	-	-	<b>2.645</b>	-	-	-

LEGENDA: S – SIM      N – NÃO      |      A – ALTA      M – MÉDIA      B - BAIXA

FONTE: A AUTORA (2017)

Já a parte habitacional do programa de necessidades (QUADRO 4) está separada em três setores, principalmente com base no que se observa no estudo de correlato do projeto Bud Clark Commons: administrativo, comunitário e privativo.

QUADRO 4 – PROGRAMA DE NECESSIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO COM DIMENSIONAMENTO E QUALIDADES MÍNIMAS DO AMBIENTE

PROGRAMA DE NECESSIDADES - HABITAÇÃO											
HABITAÇÃO	SETOR	FUNÇÃO	AMBIENTE	ÁREA (m <sup>2</sup> )	QUANT. (unid.)	ÁREA TOTAL (m <sup>2</sup> )	ÁREA COMPUTÁVEL?	ÁREA CONST. TOTAL (m <sup>2</sup> )	LUZ NATURAL E/OU VISTAS	INSTALAÇÃO HIDROSSANITÁRIA	PRIVACIDADE
	HABITAÇÃO	ADMINISTRATIVO	RECEPÇÃO	HALL/LOBBY	50	1	50	S	50	S	N
COMUNITÁRIO		APOIO	DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA	15	4	60	S	60	N	S	M
		ESTAR	SALA DE CONVIVÊNCIA/ COZINHA COMUNITÁRIA	100	4	400	N	400	S	S	M
		APOIO	DESPENSA	15	4	60	S	60	S	N	M
			LAVANDERIA	50	4	200	S	200	S	S	M
			UNIDADE DE HABITAÇÃO – 1 QUARTO	27	32	864	S	864	S	S	A
PRIVATIVO		HABITAÇÃO	UNIDADE DE HABITAÇÃO – 2 QUARTOS	35	8	280	S	280	S	S	A
SOMATÓRIA DE ÁREAS				-	-	-	-	1514	-	-	-
CIRCULAÇÃO 25%				-	-	-	-	378,5	-	-	-
<b>ÁREA TOTAL</b>				-	-	-	-	<b>1.892,5</b>	-	-	-

LEGENDA: S – SIM N – NÃO | A – ALTA M – MÉDIA B - BAIXA

FONTE: A AUTORA (2017)

Dessa forma, a área total obtida é de aproximadamente 4.500m<sup>2</sup>, como demonstra o QUADRO 5.

QUADRO 5 – PROGRAMA DE NECESSIDADES GERAL

<b>PROGRAMA DE NECESSIDADES CASA-ABRIGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA</b>		
USO	SETOR	ÁREA (m <sup>2</sup> )
ABRIGO	ADMINISTRATIVO	556
	COMUNITÁRIO	815
	PRIVATIVO	630
	ÁREAS EXTERNAS	115
HABITAÇÃO	ADMINISTRATIVO	110
	COMUNITÁRIO	260
	PRIVATIVO	1144
ÁREA		3630
CIRCULAÇÃO 25%		907,5
<b>ÁREA TOTAL</b>		<b>4.537,5</b>

FONTE: A AUTORA (2017)

### 6.3.2 Fluxograma

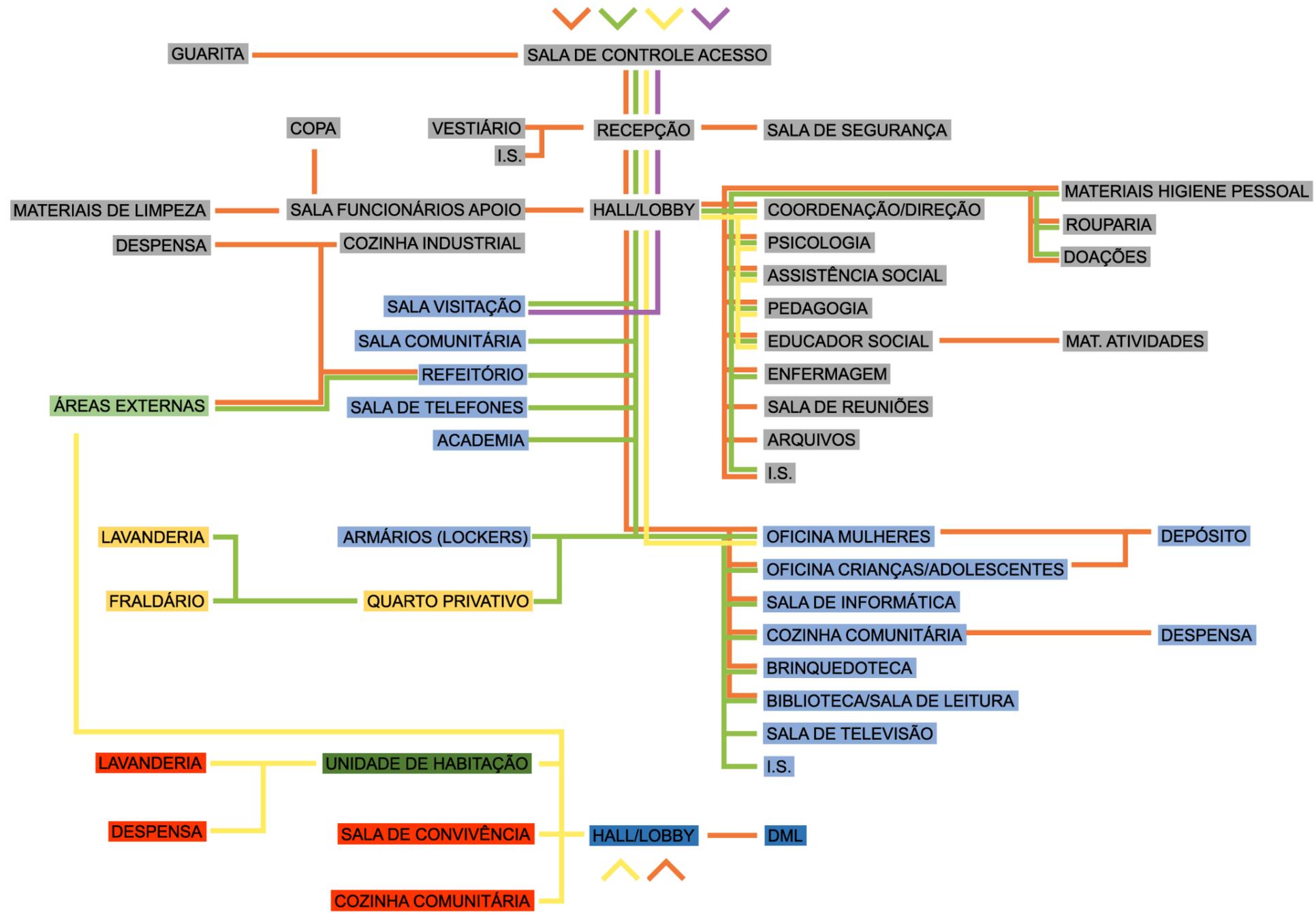
Para a criação do diagrama de fluxos, levou-se em consideração quatro usuários distintos, que realizam percursos diversos por entre os espaços do programa. Dessa maneira, representam-se os espaços em setores e se estabelecem relações de proximidade em um fluxograma (FIGURA 55).

O diagrama mostra a setorização dos ambientes de acordo com o QUADRO 3 e o QUADRO 4; ambientes da Casa-Abrigo ordenados por setor administrativo, comunitário, privativo e áreas externas e ambientes da habitação ordenados por setor administrativo, comunitário e privativo.

Os fluxos também revelam o nível de privacidade do ambiente. O espaço será mais restrito quanto menor for o fluxo/tipo de usuário que a ele têm acesso. No caso da Casa-Abrigo, é o setor que comporta os quartos individuais o com maior privacidade.

As áreas comuns são importantes pontos de interação entre as famílias abrigadas. As áreas de oficinas (para mulheres, crianças e adolescentes), sala de informática, cozinha comunitária e brinquedoteca são ambientes com uso feito sob controle e supervisão da instituição.

FIGURA 55 – FLUXOGRAMA



**FLUXOS**

- 

**SETOR**

- 

FONTE: A AUTORA (2017)

Como os tipos de usuários diferentes também possuem rotinas específicas de acesso, determina-se que todos os fluxos têm de passar por verificação de segurança. Define-se, portanto, a sala de controle e acesso como um sistema de “gaiola”, em que duas portas são utilizadas como um sistema de antecâmara, possibilitando sua identificação antes do ingresso ao prédio.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher constitui grave violação aos Direitos Humanos. O Poder Público é uma peça fundamental na prevenção, punição e erradicação destes crimes. A Casa-Abrigo é apenas um de diversos serviços organizados em uma rede de atendimento especializada na assistência da mulher. Nela acontece o encontro de dois extremos desse cenário: a violência e a proteção. No Brasil, apesar de previsto desde 2011 pelas Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência, a questão do acolhimento de vítimas de outros tipos de violência contra a mulher não é muito abordada – o foco das Casas-Abrigo existentes é a violência doméstica e familiar.

Nestas instituições a disciplina da Arquitetura é fundamental para uma recuperação exitosa, garantindo o atendimento bem-sucedido, a reaquisição da dignidade de cada vítima e a retomada de suas vidas. Entretanto, esse triunfo encontra barreiras já na própria proposta de Casas-Abrigo brasileiras: seu caráter sigiloso traz consigo uma série de dificuldades.

O sigilo implica na perda de autonomia das acolhidas, uma vez que homens abusivos mantêm a sua liberdade enquanto a mulher é novamente vitimada. Esse isolamento também pode significar o rompimento de referências sociais, materiais e empregatícias importantes. Além disso, ao esconder as vítimas, tira-se a visibilidade política de um grave problema.

Do ponto de vista arquitetônico, o sigilo dificulta o investimento nesse serviço, fadando-o a sedes itinerantes, adaptadas e sempre deficientes. Mesmo quando o projeto arquitetônico é desenvolvido com essa finalidade, a necessidade de discrição impede a construção de edificações de tamanhos consideráveis e, portanto, não há espaço para abrigar todo o programa de necessidades fundamentais ao abrigamento.

Diversas dificuldades surgiram no desenvolvimento deste trabalho, principalmente com relação à bibliografia e coleta de dados. Por não se tratar de um tema extensamente estudado na bibliografia de arquitetura e urbanismo, recorreu-se à trabalhos (artigos, dissertações e teses) de áreas como a Assistência Social, Psicologia, Sociologia e Enfermagem. Já com relação à coleta de dados, encontrou-se, desde a primeira consulta,

resistência e burocracia por parte da Fundação de Ação Social (FAS), o que inviabilizou a visitação da Casa-Abrigo de Curitiba, bem como entrevista com a coordenadora responsável. Além disso, a Fundação não realiza o levantamento de dados importantes, como o perfil socioeconômico das famílias (mulheres e seus filhos) atendidas na instituição. Buscou-se contornar essa situação com a visitação da Casa de Alice, a Casa-Abrigo do Município de São José dos Pinhais, onde a coordenadora da casa concedeu entrevista. Além disso, o artigo de LABRONICI (et. al., 2010) contribuiu com o levantamento detalhado do perfil de mulheres que passaram pelo atendimento da Casa de Maria.

A seleção de estudos correlatos também teve sua dificuldade. Não foram encontrados, no Brasil, informações sobre abrigos com endereços públicos. E dos abrigos localizados (apenas pelo nome, nunca pelo endereço), não existiam informações acerca de suas características arquitetônicas. Por fim, optou-se por três obras internacionais por considera-las mais adequadas para a realização do estudo.

Como futuros pontos de pesquisa, para complementar pontos desta monografia, resta o olhar do desenho urbano para o enfrentamento da violência e da cidade planejada para mulheres. Ainda, falta a pesquisa de instituições ou iniciativas com foco no tratamento, recuperação e instrução dos agressores de mulheres.

## 8 REFERÊNCIAS

ACAYABA, R., REIS, T. Mais de 500 mulheres são vítimas de agressão física a cada hora no Brasil, aponta Datafolha. **G1**, São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/mais-de-500-mulheres-sao-vitimas-de-agressao-fisica-a-cada-hora-no-brasil-aponta-datafolha.ghtml>>. Acesso em: 02 maio 2017.

American Society of Landscape Architects Inc. ASLA Professional Awards. **Bud Clark Commons**. Disponível em: <<https://www.asla.org/2013awards/278.html>>. Acesso em: 15 maio 2017.

ANDRICH, M. Casa-abrigo recebe vítimas de violência. **Tribuna PR**, Curitiba, 15 março 2007. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/casa-abrigo-recebe-vitimas-de-violencia/>>. Acesso em: 21 maio 2017.

APSAIDAL. Shelters. **KWIECO Shelter House / Hollmén Reuter Sandman Architects**. Disponível em: <<http://www.apsaidal.com/kwieco-shelter-house-hollmen-reuter-sandman-architects/>>. Acesso em: 07 maio 2017.

Associação portuguesa de Apoio à Vítima – APAV. Violência Doméstica. **O ciclo da violência doméstica**. Portugal, 2012 em: <<http://apav.pt/vd/index.php/vd/o-ciclo-da-violencia-domestica>>. Acesso em: 01 maio 2017.

AZEVEDO, S. A Maria da Penha me transformou em um monstro. **ISTOÉ**, São Paulo, n. 2150, 26 de janeiro de 2011. Seção Brasil. Disponível em: <[http://istoe.com.br/121068\\_A+MARIA+DA+PENHA+ME+TRANSFORMOU+NUM+MONSTRO+](http://istoe.com.br/121068_A+MARIA+DA+PENHA+ME+TRANSFORMOU+NUM+MONSTRO+/)>. Acesso em: 06 abril 2017.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência**. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. Brasília, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. Brasília, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. Brasília, 2011c.

\_\_\_\_\_. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. Brasília, 2011d.

\_\_\_\_\_. **Texto-Base da Política Nacional de Abrigamento de Mulheres em situação de Violência**. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Relatório Final sobre a Violência contra a Mulher**. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Brasília, junho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, julho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 109 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, novembro de 2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Maria Da Penha**. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015.

Bouw info net. **Eerste grote renovatieproject in Noord-Nederland uitgevoerd als Passiefbouw**. Disponível em: <[http://www.bouwinfonet.nl/project\\_detail.php?pid=425](http://www.bouwinfonet.nl/project_detail.php?pid=425)>. Acesso em: 19 maio 2017.

**Bud Clark Commons / Holst Architecture**. 7 dezembro 2011. Archdaily. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/189376/bud-clark-commons-holst-architecture>>. Acesso em: 10 maio 2017.

Câmara Municipal de Curitiba. **Câmara Rejeita Projeto sobre casas de abrigo**. Curitiba, 2007 em: <[http://www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=8941](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=8941)>. Acesso em: 23 maio 2017.

CERQUEIRA, D., FERREIRA, H., LIMA, R. S de, BUENO, S., HANASHIRO, O., BATISTA, F., NICOLATO, P. **Atlas da Violência 2016**. Brasília, IPEA, março de 2016. Relatório Técnico.

Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha. **Quem é Maria da Penha Fernandes**. Brasília, 2012 em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/quem-e-maria-da-penha-maia-fernandes/>>. Acesso: 06 abril 2017.

Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha. **Rede de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência**. Brasília, 2017 em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/rede-de-atendimento-as-mulheres-em-situacao-de-violencia/>>. Acesso: 09 abril 2017.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **Violência Conjugal: os ricos também batem**. Revista Publicatio UEPG. Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 16 (1) 167-176, junho de 2008.

CURITIBA. Lei nº 9.800, de 03 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Curitiba e dá outras providências. **Câmara Municipal de Curitiba**, Curitiba, PR.

Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Defensoras públicas visitam a “Casa de Maria”**. Curitiba, 2014 em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/modules/noticias/article.php?storyid=160&tit=Defensoras-publicas-visitam-a-Casa-de-Maria>>. Acesso em: 21 maio 2017.

Dutch Design Daily. **The ‘Veilige Veste’**. Disponível em: <<http://dutchdesigndaily.com/nl/nieuw/de-veilige-veste/>>. Acesso em: 18 maio 2017.

FEGADOLI, D; LABRONICI, L. M. **A prática da enfermeira na educação em saúde para mulheres vítimas de violência doméstica**. 100 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Setor Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FORMIGHIERI JR., Aloisio. **Casa-Abrigo em Curitiba para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica**. 116 págs. Trabalho de Conclusão de Curso I (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

FRASER, F. **Context and collaboration: KWIECO Shelter House by Hollmén Reuter Sandman Architects**. Architectural Review, 15 março 2016 em: <<https://www.architectural-review.com/buildings/context-and-collaboration-kwieco-shelter-house-by-hollmn-reuter-sandman-architects/10003875.article>>. Acesso em: 07 maio 2017.

GALVÃO, Elaine Ferreira, ANDRADE, Selma Maffei de; **Violência Contra a Mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil**. Revista Saúde e Sociedade v.13, n.2, 2004, p. 89-99.

GARCIA, L. P., FREITAS, L. R. S., SILVA, G. D. M., HÖFELMANN, D. A. **Violência contra a mulher: Femicídios no Brasil**. Brasília, IPEA, setembro de 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_femicidio\\_leilagarcia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf)>. Acesso em: 08 abril 2017.

Gazeta do Povo. **Entrevista com a secretária da mulher de Curitiba, Roseli Isidoro**. Curitiba, 19 junho 2013 em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/mulherio/entrevista-com-a-secretaria-da-mulher-de-curitiba-roseli-isidoro/>>. Acesso em: 23 maio 2017.

GRIFFITHS, A. Hollmén Reuter Sandman uses local materials and motifs for Kilimanjaro women’s refuge. **Dezeen**, 21 agosto 2015 em <<https://www.dezeen.com/2015/08/21/hollmen-reuter-sandman-kilimanjaro-womens-refuge-moshi-tanzania-yellow-buildings-courtyard/>>. Acesso em: 07 maio 2017.

HAAKEN, J., YRAGUI, N. **Going Underground: Conflicting Perspectives on Domestic Violence Shelter Practices.** *Feminism & Psychology*, vol. 13(1), p. 49-71. London: SAGE, 2003.

HOLST. **Bud Clark Commons.** Portland, 2011 em: <<http://www.holstarc.com/portfolio/bud-clark-commons>>. Acesso em: 10 maio 2017.

Home Forward. **Bud Clark Commons.** Disponível em: <<http://www.homeforward.org/find-a-home/get-an-apartment/apartments-at-bud-clark-commons>> Acesso em: 10 maio 2017.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: <<http://www.institutomariadapenha.org.br/>>. Acesso em: 06 abril 2017.

KARAM, Maria Lúcia. **Os paradoxais desejos punitivos de ativistas e movimentos feministas.** 2015. Disponível em: <<http://justificando.com/2015/03/13/os-paradoxais-desejos-punitivos-de-ativistas-e-movimentos-feministas/>>. Acesso em: 08/04/2017.

KAW Architecten. **Women's Shelter 'Veilige Veste'. Dutch Design: brave, bold and safe!** Disponível em: <<http://www.kaw.nl/en/project/transformatie-opvanghuis-veilige-veste/>>. Acesso em: 18 maio 2017.

Kilimanjaro Women Information Exchange and Consultancy Organization (KWIECO). Disponível em: <<http://www.kwieco.org/>>. Acesso em: 06 maio 2017.

KRONBAUER, J. F. D., MENEGHEL, S. N. **Perfil da Violência de Gênero Perpetrada por Companheiro.** *Revista Saúde Pública*, 2005, 39(5), p. 695-701.

**KWIECO Shelter House / Hollmén Reuter Sandman Architects.** 30 maio 2015. Archdaily. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/634100/kwieco-shelter-house-hollmen-reuter-sandman-architects>>. Acesso em: 06 maio 2017.

LABRONICI, L. M., FERRAZ, M. I. R., TRIGUEIRO, T. H., FEGADOLI, D. **Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria.** *Revista esc. enferm. USP* [online]. 2010, vol.44, n.1, p. 126-133.

LADIKA, V. L. M. Entrevista concedida pela coordenadora da Casa-Abrigo Casa de Alice. Curitiba, 25/05/2017.

LIBBY, B. **Making it more: Holst Architecture's Dave Otte, John Holmes and Jeff Stuhr discuss Bud Clark Commons.** *Portland Architecture*, 27 junho 2011 em: <<http://chatterbox.typepad.com/portlandarchitecture/2011/06/discussing-bud-clark-commons-with-host-architectures-dave-otte-and-john-holmes.html>>. Acesso em: 15 maio 2017.

MACEDO, A. R., ARAÚJO, N. **Dilma recebe hoje relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher.** Câmara dos Deputados, Brasília. 27 agosto 2013. Seção Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/450302-DILMA-RECEBE-HOJE-RELATORIO-FINAL-DA-CPMI-DA-VIOLENCIA-CONTRA-A-MULHER.html>>. Acesso em: 08 abril 2017.

MACEDO, A. R., ARAÚJO, N. **Lei Maria da Penha enfrenta dificuldades para ser cumprida integralmente.** Câmara dos Deputados, Brasília. 26 agosto 2013. Seção Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/450308-LEI-MARIA-DA-PENHA-ENFRENTA-DIFICULDADES-PARA-SER-CUMPRIDA-INTEGRALMENTE.html>>. Acesso em: 08 abril 2017.

MACEDO, A. R., ARAÚJO, N. **Saiba como funcionam os instrumentos de proteção e assistência às mulheres.** Câmara dos Deputados, Brasília. 28 agosto 2013. Seção Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/450315-SAIBA-COMO-FUNCONAM-OS-INSTRUMENTOS-DE-PROTECAO-EASSISTENCIA-AS-MULHERES.html>>. Acesso em: 08 abril 2017.

MARTINS, A. P. A., CERQUEIRA, D., MATOS, M. V. M. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil.** Brasília, IPEA, março de 2015. Relatório Técnico.

MASUKA, K. K. Long Walk to Equality for Tanzanian women. **KEPA**, Helsinque, 13 outubro 2014. Disponível em: <<https://www.kepa.fi/uutiset-media/blogi/long-walk-equality-tanzanian-women>>. Acesso em: 06 maio 2017.

MENEGHEL, S. N., HIRAKATA, V. N. **Femicídios: homicídios femininos no Brasil.** Revista Saúde Pública, 2011, 45(3), p. 564-574.

NASCIMENTO, M. R. B. **“Eu queria ter uma história bonita pra contar” – Violência Conjugal e os (Des)caminhos em busca da ruptura.** 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

Office of Policy Development and Research (PD&R). U.S. Department of Housing and Urban Development. HUD USER. Portland, Oregon: **Innovative Homeless Service Model at Bud Clark Commons.** Disponível em: <[https://www.huduser.gov/portal/casestudies/study\\_12202012\\_1.htm](https://www.huduser.gov/portal/casestudies/study_12202012_1.htm)>. Acesso em: 15 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Mulheres e Saúde: evidências de hoje agenda de amanhã.** Genebra: WHO Press, 2011.

PORTAL BRASIL. **Brasil tem mais de mil serviços especializados em atendimento à mulher.** Brasília, 2014 em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/10/brasil-tem-mais-de-mil-servicos-especializados-em-atendimento-a-mulher>>. Acesso em: 09 abril 2017.

PORTAL BRASIL. **Maria da Penha.** Brasília, 2012 em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/maria-da-penha-1>>. Acesso em: 06 abril 2017.

PRADO, D. Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha. **Pesquisa do IPEA sobre assassinatos de mulheres destaca necessidade de tipificação penal para o feminicídio.** Brasília, 2013 em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/pesquisa-do-ipea-sobre-o-assassinato-de-mulheres-destaca-necessidade-de-tipificacao-penal-para-o-feminicidio/>>. Acesso: 08 abril 2017.

Prefeitura Municipal de Curitiba. Fundação de Ação Social. **Abordagem social e serviços especializados.** Curitiba, 2017 em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=855>>. Acesso em: 12 abril 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA.** Secretaria do Governo Municipal. **Direito de Viver e Ser Mulher.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/enfrentamento-da-violencia/2477>>. Acesso em: 21 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba. **Casa da Mulher Brasileira abre em Curitiba com atendimento integrado a vítimas de violência.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/casa-da-mulher-brasileira-abre-em-curitiba-com-atendimento-integrado-a-vitimas-de-violencia/39968>>. Acesso em: 24 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Fundação de Ação Social. **Acolhimento integral para pessoas adultas.** Curitiba, 2017 em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=147>>. Acesso em: 12 abril 2017.

\_\_\_\_\_. Fundação de Ação Social. **Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.** Curitiba, 2017 em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=198>>. Acesso em: 12 abril 2017.

\_\_\_\_\_. Fundação de Ação Social. **Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.** Curitiba, 2017 em: <<http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?id=104>>. Acesso em: 12 abril 2017.

\_\_\_\_\_. Portal de Serviços de Curitiba. **Mulheres Vítimas de Violência – Abrigo.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/mulheres-vitimas-de-violencia-abrigo/6>>. Acesso em: 21 maio 2017.

PRESTWOOD, Laura Elizabeth. ***Architectural design factors of domestic violence shelters that affect outcomes for female domestic violence victims: a naturalistic inquiry to establish grounded theory for future research.*** 226 pages. PhD Thesis (Doctorate in Philosophy) – Texas A&M University, Texas, 2010.

RAMALHO, J. R., SVITRAS, C. Lei Maria da Penha e o Femicídio. **Visão Jurídica**, São Paulo, n. 116, 01 fevereiro 2017. Disponível em: <<http://visaojuridica.uol.com.br/2017/02/01/lei-maria-da-penha-e-o-femicidio/>>. Acesso em: 08 abril 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade.** In: Corrêa, M. (org.) Gênero e Cidadania. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, Coleção Encontros, 2002, p. 59-69.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ministério da Justiça e Cidadania. **Casa da Mulher Brasileira.** Brasília, 2015, em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb>>. Acesso em: 09 abril 2017

SILVEIRA, L. P. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência.** In: DINIZ, S. G; SILVEIRA, P. L.; MIRIN, L. A. L. (Orgs.). Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45-77.

SIMPLÍCIO, Ariany Heloisa T. Leite, ALBUQUERQUE, Edilene Maria Silva, LOPES, Maria da Paz. **As Casas-Abrigo como vetores do empoderamento das mulheres vítimas de violência doméstica.** UFPE, Caruaru, 2015

The American Institute of Architects. **Bud Clark Commons.** Disponível em: <<http://www.aiatopten.org/node/402>>. Acesso em: 10 maio 2017.

UKUMBI. Kilimanjaro Women Information Exchange and Consultancy Organization (KWIECO). Helsinque, 2010 em: <<http://ukumbi.org/projects/kwieco.html>>. Acesso em: 06 maio 2017.

United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC. **Global Study on Homicide – 2013.** Viena: United Nations Publication, 2013.

University of Oregon. **Solar Radiation Monitoring Laboratory.** Disponível em: <<http://solardat.uoregon.edu/SunChartProgram.html>>. Acesso em: 10 junho 2017.

**Veilige Veste / KAW Architecten.** 22 outubro 2012. Archdaily. Disponível em: <<http://www.archdaily.com/283369/veilige-veste-kaw-architecten/>>. Acesso em: 18 maio 2017.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015 – Homicídio de mulheres no Brasil**. FLACSO do Brasil. 2015.

Washington State Coalition Against Domestic Violence – WSCADV **Building Dignity**. Disponível em: <<http://buildingdignity.wscadv.org>>. Acesso em: 28 abril 2017.